



ANO INTERNACIONAL DAS COOPERATIVAS

Cooperativas Constroem
um Mundo Melhor

10 ANOS DE HOSPITALIZAÇÃO DOMICILIÁRIA EM PORTUGAL

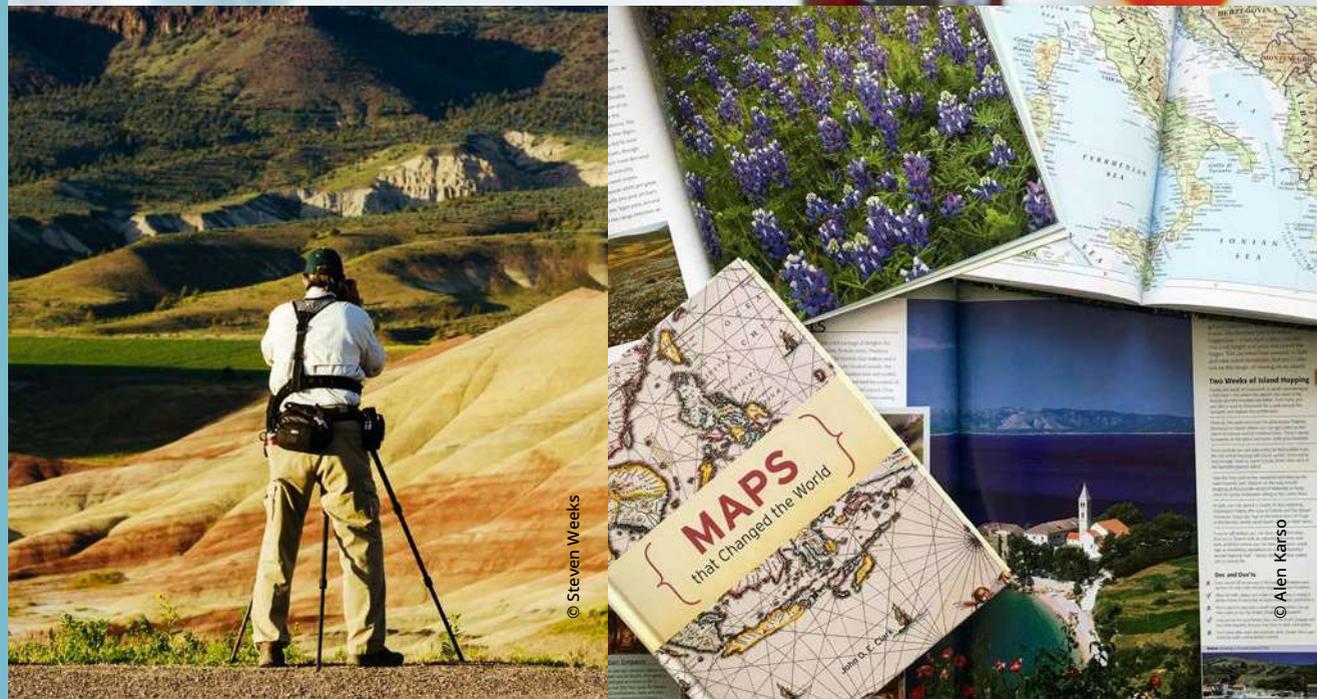
25 DE FEVEREIRO – DIA DA GEOGRAFIA PORTUGUESA



© freepik



© freepik



© Steven Weeks

© Alen Karso

SUSTENTABILIDADE FAZ GIRAR O MUNDO

51 milhões de euros foram destinados
ao financiamento de energias renováveis em 2023

ESTAMOS CÁ POR UM BEM MAIOR

PUBLICIDADE 06/2024



Para mais informações:
creditoagricola.pt



Fonte: Relatório de Sustentabilidade CA 2023
Caixa Central – Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo,
C.R.L. registada junto do Banco de Portugal sob o nº 9000
M.C.R.C. de Lisboa e Pessoa Colectiva nº 501 464 301 |
Capital Social € 321.405.715,00 (variável)
Rua Castilho nº 233, 233 A, Lisboa.

 **CA**
Crédito Agrícola

PORTUGAL EM PERSPETIVA: A GEOGRAFIA COMO MOTOR DE TRANSFORMAÇÃO TERRITORIAL

PAULO LEMOS

Doutorando em Geografia – Universidade do Porto e Professor de Geografia – Ministério da Educação

O Dia da Geografia Portuguesa é uma efeméride que não recorda, apenas, a homologação do primeiro curso de Geografia (1930), mas que nos convida a refletir sobre o papel transformador desta ciência no território. Mais do que uma ferramenta de análise, revela-se um prisma crítico para compreender e intervir nas múltiplas dinâmicas que (re)definem Portugal, entre contrastes, potencialidades e desafios.

Com efeito, a um litoral densamente povoado e economicamente dinâmico, opõem-se um interior que enfrenta um despovoamento crescente, associado à perda de relevância socioeconómica e à redução das oportunidades de desenvolvimento. Este contraste resulta de fatores históricos e de decisões de planeamento que foram negligenciando a integração e o equilíbrio territoriais. Contudo, a Geografia Económica oferece uma perspetiva em ação, ao evidenciar como infraestruturas estratégicas podem desempenhar um papel vital na revitalização destas áreas periféricas.

Para que este potencial se concretize, é indispensável adotar uma abordagem holística que integre infraestruturas e estratégias de desenvolvimento sustentável. Isto é, as políticas públicas direcionadas para a coesão territorial devem, inequivocamente, complementar as intervenções, garantindo que o interior português não permaneça, apenas, como uma área de retaguarda. É neste contexto que o conhecimento geográfico (pode) orienta(r) decisores políticos e agentes económicos, contribuindo para a integração destas regiões em redes de desenvolvimento mais amplas. Assim, em vez de ser relegado à condição de periferia, o interior pode assumir um papel de destaque, como um espaço dinâmico, gerador de oportunidades e promotor de uma economia territorialmente equilibrada. Neste contexto, o Geo-Marketing surge como ferramenta indispensável, que, através do cruzamento de múltiplos dados geográficos, identifica áreas com potencial estratégico, promovendo a localização de serviços, indústrias e iniciativas que respeitam a identidade e, sobretudo, a diversidade dos territórios.



O Dia da Geografia Portuguesa é mais do que uma celebração; é um convite à ação.

Num tempo de desafios climáticos, desigualdades regionais e reconfiguração económica, a Geografia emerge como ciência transformadora, inspirando soluções que relacionam territórios, valorizam recursos locais e promovem um progresso que é, ou deve ser, tão inclusivo, quanto sustentável.

Vejamos, por exemplo, a região das Beiras e Serra da Estrela, cujo estímulo ao desenvolvimento de clusters tecnológicos (e.g. Covilhã ou Fundão) ilustra a forma como este instrumento catalisa o desenvolvimento planeado e sustentável do interior, firmando-o como um espaço dinâmico e competitivo, capaz de contribuir para a coesão e desenvolvimento territoriais.

Portanto, o Dia da Geografia Portuguesa é mais do que uma celebração; é um convite à ação. Num tempo de desafios climáticos, desigualdades regionais e reconfiguração económica, a Geografia emerge como ciência transformadora, inspirando soluções que relacionam territórios, valorizam recursos locais e promovem um progresso que é, ou deve ser, tão inclusivo, quanto sustentável.

Portugal tem, por isso, no conhecimento geográfico a chave para redefinir o futuro, integrando diversidade territorial com inovação e resiliência.

PORTUGAL: A CIDADE E AS SERRAS

Em janeiro de 2025, Eça de Queiroz foi transladado para o Panteão Nacional. Em 1901, era publicada *A Cidade e as Serras*, obra póstuma do autor, marcada, atrevo-me a dizer com simplificação, pela dicotomia entre a **cidade** e o **campo**.

O Portugal do início do século XXI é, sem dúvida, mais complexo e heterogéneo do que aquele da transição entre os séculos XIX e XX. Ainda assim, persistem realidades enraizadas que resistem à passagem do tempo. Entre o dinamismo multidimensional das áreas urbanas e o paulatino abandono do chamado **interior**, Portugal mantém uma Geografia marcada por contrastes e desigualdades territoriais, que são históricas e, também, estruturais.

As idiossincrasias contemporâneas do território português são bem conhecidas e, reconhecidamente, teimam em não desaparecer. Eventualmente, ao longo das últimas décadas, assistimos até à sua preocupante acentuação e consolidação. Num exemplo paradigmático, uma parte substancial da população portuguesa concentra-se no litoral: só na Área Metropolitana de Lisboa, os quase 2,9 milhões de habitantes representam 28% da população portuguesa (em apenas 18 dos 308 municípios do país). E, somando as duas áreas metropolitanas, alcançamos o impressionante registo de 45% de população portuguesa.

Este aumento populacional das áreas metropolitanas, que ocorreu sobretudo na segunda metade do século XX, não resultou de um crescimento natural (elevadas taxas de natalidade nos espaços urbanos), mas antes de intensos fenómenos de imigração e êxodo rural. Por norma, os **ganhos** populacionais de uns territórios correspondem às **perdas** de outros, e, neste caso, foi o **interior** do país que ficou a perder, com dinâmicas demográficas cumulativas de abandono e de conseqüente envelhecimento. Em certa medida, as fragilidades históricas e estruturais que já eram evidentes, não só se agravaram, como reforçaram os fatores que motivaram os movimentos migratórios internos e externos, de saída dos **campos** para as **cidades**.

Num círculo vicioso ainda por romper, o litoral do país concentra o dito **desenvolvimento económico**, as melhores oportunidades de emprego e, não menos importante, melhores rendimentos.



GONÇALO ANTUNES

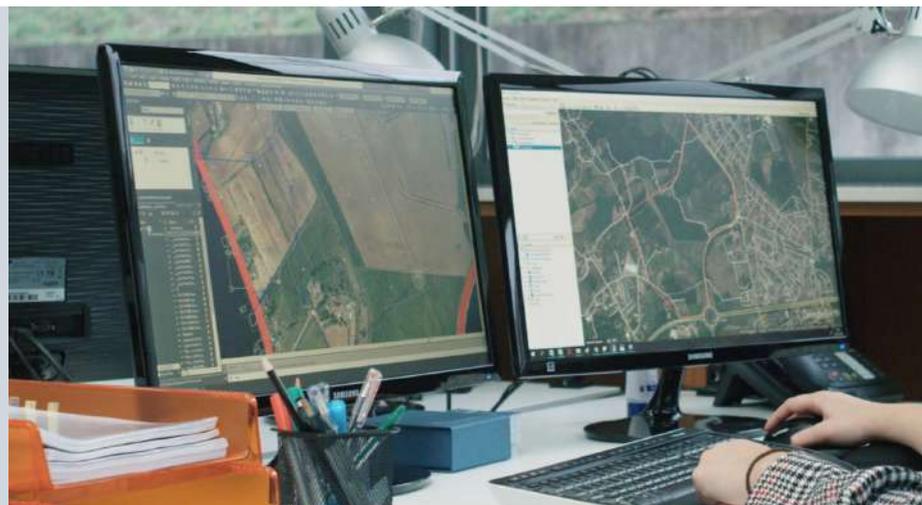
Professor Associado | NOVA Faculdade de Ciências Sociais e Humanas; Coordenador Executivo do Departamento de Geografia e Planeamento Regional | NOVA FCSH; Investigador integrado no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais | CICS.NOVA

As idiossincrasias contemporâneas do território português são bem conhecidas e, reconhecidamente, teimam em não desaparecer. Eventualmente, ao longo das últimas décadas, assistimos até à sua preocupante acentuação e consolidação.

Entre os territórios de maior e menor densidade populacional, as desigualdades persistem, refletindo-se, entre tantos outros, no acesso a serviços públicos e na disponibilidade de infraestruturas e de equipamentos coletivos. Entre **cidades** e **serras**, o Portugal contemporâneo continua marcado por uma Geografia de contrastes e a dicotomia subjacente à obra de Eça de Queiroz ainda parece ressoar no território.

Apesar dos esforços realizados ao longo dos últimos 50 anos para promover a coesão territorial e social do país – com avanços inegáveis – as disparidades económicas e sociais permanecem evidentes, existindo ainda muito por fazer em matéria de políticas públicas que possam garantir um território mais justo.

A NOVA GEOGRAFIA: INTEGRAÇÃO DE METADADOS E DADOS TRADICIONAIS, DESIGUALDADES SOCIAIS E O IMPERATIVO DO ACESSO EQUITATIVO À TECNOLOGIA



RICARDO ALMENDRA
Geógrafo e

BEATRIZ KONSTANTINOVAS
Arquiteta e urbanista

O conceito tradicional de geografia, definido por fronteiras físicas e demarcações geopolíticas, está a ser transformado pela crescente disponibilidade de **metadados**. Estes metadados, fruto dos hábitos, comportamentos e rotinas dos indivíduos, oferecem uma nova perspetiva para entender o espaço com base na atividade humana. É importante notar que o termo “Nova Geografia” não é inédito, tendo sido utilizado por Paul Claval nos anos 70 para descrever uma abordagem que transcendia a geografia tradicional descritiva e determinista, passando a analisar as relações entre o Homem e o espaço tendo em conta fatores culturais, históricos e sociais.

A “Nova Geografia” que aqui abordamos refere-se especificamente à análise espacial que se baseia na **integração de metadados e dados geográficos tradicionais**. Esta abordagem utiliza informações como padrões e pegadas digitais para criar uma compreensão dinâmica do espaço, permitindo mapear o mundo através da análise das relações e correlações entre dados e metadados diversos, como metadados de mobilidade, localização, padrões de compras e outros dados comportamentais. Assim, estas relações e correlações resultam em novas camadas de informações, não visíveis num primeiro momento.

Esta transformação traz consigo desafios, incluindo o potencial para o **aumento das desigualdades sociais** e a necessidade de afirmar o **acesso equitativo ao conhecimento e à tecnologia**, seja para a exploração individual (e.g. educação), para o direcionamento dos processos de tomada de decisão dos governos ou para o desenvolvimento de novos negócios.

A “NOVA GEOGRAFIA” E A INTEGRAÇÃO DE METADADOS E DADOS TRADICIONAIS
A “Nova Geografia” que aqui discutimos não substitui, mas sim complementa, a geografia tradicional. Em vez de se basear exclusivamente em dados geográficos tradicionais, como informações sobre o terreno, clima e infraestrutura, a “Nova Geografia” integra esses dados com metadados que são o reflexo do comportamento humano. Esta abordagem permite identificar novas camadas de informação, como a localização de serviços e estruturas físicas, através de **padrões de comportamento**.

As empresas tidas como gigantes da tecnologia mundial, como as normalmente citadas **Gafa ou Batx**¹, recolhem dados dos seus utilizadores, gerados digitalmente, como a localização, as interações em redes sociais, as transações financeiras, os fluxos de mobilidade, entre outros, em conjunto com os respetivos metadados (informações sobre *quando, onde e como* os dados foram recolhidos).

O impacto do processamento de tal volume de informação pode ser exemplificado pela forma como atualmente os mapas são construídos: com elevada riqueza de detalhes, dinamismo e com modelos preditivos integrados. Ainda assim, a informação recolhida é mantida como **segredo de negócio**, o que levanta questões sobre o acesso e o controlo desses dados e metadados, restringindo às gigantes tecnológicas o monopólio do seu potencial.

[1] Gafa: acrónimo de Google, Amazon, Facebook e Apple e Batx: acrónimo para Baidu, Alibaba, Tencent e Xiaomi.

A “Nova Geografia”, que é entendida como a **integração de metadados e dados geográficos tradicionais**, oferece oportunidades para uma compreensão mais dinâmica e detalhada do espaço, baseada no comportamento humano refletido em padrões e pegadas digitais.

RESULTADOS DE ESTUDOS E PUBLICAÇÕES

Para destacar o potencial da dita “Nova Geografia”, em muitos artigos publicados podemos ver documentada e demonstrada como a **correlação de dados e metadados** pode ser utilizada para inferir informações sobre diversos aspetos, incluindo, por exemplo, a saúde da população.

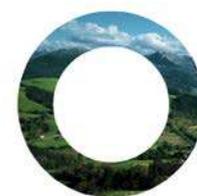
Através da análise de padrões de deslocação, comportamento de compra e outros, estes estudos revelam o poder de inferir o estado de saúde de uma população sem precisar de ter acesso direto a dados médicos em bruto.

Além disso, é enfatizado como a análise destes padrões de comportamento pode ser usada para mapear e entender o mundo, com implicações diretas e indiretas para a sociedade, afinal, a recolha de dados e a análise de correlações de elevado volume de informações demoraria anos para uma equipa de humanos realizar, questão resolvida facilmente por máquinas em segundos, permitindo serem revelados padrões e inferidas informações não diretamente observáveis através de dados tradicionais.

DESIGUALDADES SOCIAIS E ACESSO EQUITATIVO

Embora o potencial positivo da “Nova Geografia” em aumentar a eficiência e eficácia em diversas áreas seja patente, esta também pode ser um **potencializador do aumento das desigualdades sociais**, tanto para as desigualdades sociais tradicionais e já historicamente existentes, como para outras, como a desigualdade de mercado. As desigualdades sociais tradicionais traduzem-se pela falta ou desigualdade de acesso aos dados e tecnologias de processamento, o que pode marginalizar certas populações e/ou regiões.

Ordenamento do Território
Governança e Cooperação



Ação Climática e Resiliência
Sustentabilidade e Circularidade

Com igual efeito, populações e regiões que detêm menor poder de gerar dados – pela falta de acesso à tecnologia necessária para tal, podem ser marginalizadas ao nível do processamento de informações, que nunca servirá para responder a questões específicas dessas regiões.

Para o segundo aspeto, destaca-se a parcela das populações sem literacia tecnológica, como os mais idosos.

É crucial garantir que a informação seja partilhada e não controlada apenas por algumas empresas ou países, visto que a abertura e gratuidade dos dados são essenciais para o desenvolvimento de serviços públicos e para o bem comum.

As desigualdades de mercado introduzidas pela “Nova Geografia” e a forma como esta tem sido conduzida, dá-se pela diferença de escala – em dimensão e volume, de informações recolhidas, armazenadas e processadas pelas *big tech*, aspeto incontornável por empresas de menor escala. Assim, perpetua-se o monopólio destes dados em benefício exclusivo de uma pequena parcela de empresas, enquanto comunidades locais ficam excluídas mesmo que sejam, da mesma forma, geradoras de informação.

Ambiente
Floresta e Gestão da Paisagem
Planeamento de Emergência



Planeamento e Gestão de
Recursos Hídricos

Portanto, é crucial garantir que a informação seja partilhada e não controlada apenas por algumas empresas ou países, visto que a **abertura e gratuidade dos dados** são essenciais para o desenvolvimento de serviços públicos e para o bem comum.

Neste contexto, a tecnologia, em geral, deve ser vista em si como um serviço público, com empresas a contribuir para a sua acessibilidade universal, sendo que o papel do Estado deverá ser o de exigir contrapartidas às empresas que beneficiam com os dados dos utilizadores, com o fim de garantir um acesso equitativo à informação e à tecnologia.

INICIATIVAS E SOLUÇÕES

Como parte da solução para a questão anteriormente desenvolvida, com o objetivo de mitigar as desigualdades potenciais, bem como promover o acesso equitativo de informação e tecnologia, podemos destacar as seguintes abordagens:

- **Iniciativa de Pressão:** Criar uma iniciativa de pressão para garantir que a tecnologia não aumente as desigualdades entre quem tem e não tem acesso a ela, a fim de enfatizar a importância de garantir o acesso equitativo aos dados existentes e às ferramentas tecnológicas – e não apenas à literacia. Esta abordagem importa para a visibilidade do tema e para a conscientização da sociedade, assim, os possíveis envolvidos – quer sejam representantes dos governos, de empresas, de instituições de ensino e da sociedade civil – podem construir, em conjunto, melhores formas de regulação e acesso;
- **Dados Abertos:** Defender que os dados devem ser públicos após um determinado período, com as devidas reservas de privacidade. A abertura de dados importa para a promoção da inovação, de maneira mais rápida e participativa, permitindo, também, que mais pessoas e organizações se beneficiem da informação e, por conseguinte, a sociedade em geral;
- **Contrapartidas:** Exigir contrapartidas às empresas que beneficiam dos dados dos seus utilizadores, como a garantia de que o acesso à informação e tecnologia seja mais equitativo. Esta abordagem importa no contexto de considerarmos o acesso aos dados e às tecnologias como um serviço público, logo, sendo determinante que seja acessível a todos.

COMO EXPLORAR A O POTENCIAL POSITIVO DA “NOVA GEOGRAFIA”

Para abordar alguns dos aspetos positivos da “Nova Geografia”, temos como base o seu potencial transformador para os processos de tomada de decisão, seja para área de planeamento urbano, educação ou quaisquer políticas públicas.

O processamento desses dados tem o potencial de gerar *insights* detalhados sobre como as pessoas se comportam, como se movem numa determinada localização e como e quais os fatores externos – como tempo, espaço e contexto social –, influenciam as suas decisões.

Neste cenário, podemos exemplificar alguns dos potenciais exploratórios da aplicação da “Nova Geografia”:

- **Planeamento Urbano:** Os dados de mobilidade, como os obtidos por meio de *smartphones*, podem ser usados para otimizar a infraestrutura urbana, ajustando o transporte público, melhorando a distribuição de serviços e criando espaços públicos mais adequados às necessidades reais da população. Com outros dados comportamentais de deslocação e transações financeiras, poderá ser inferido o melhor local para a implantação de um equipamento público. Já com dados de procura de imobiliário, como os obtidos por interações em redes sociais, podem ser indicadas áreas com maior pressão urbanística, favorecendo a delimitação correta para áreas de expansão urbana;
- **Educação:** também com dados de mobilidade obtidos através de *smartphones*, e das interações em redes sociais, podem ser usados para inferir motivos de abandono escolar com maior precisão;
- **Políticas Públicas:** O comportamento das pessoas em relação à saúde, consumo e educação pode ser representado cartograficamente de maneira mais detalhada, permitindo a informação e criação de políticas públicas mais eficazes e adaptadas às necessidades específicas de diferentes grupos, como o reforço de medidas de acalmia de tráfego ou policiamento.

Importa, ainda, ressaltar que o potencial da “Nova Geografia” é imenso, já que a análise de dados pode tornar as decisões mais **precisas e informadas**, especialmente em contextos de grande complexidade e incerteza.

CONCLUSÃO

Em suma, temos que a “Nova Geografia”, que é entendida como a **integração de metadados e dados geográficos tradicionais**, oferece oportunidades para uma compreensão mais dinâmica e detalhada do espaço, baseada no comportamento humano refletido em padrões e pegadas digitais. No entanto, esta transformação exige uma atenção cuidadosa às questões de desigualdade social e de acesso equitativo – de informações e de tecnologias –, que possam ser geradas.

Criar uma iniciativa de pressão para garantir que a tecnologia não aumente as desigualdades entre quem tem e não tem acesso a ela, a fim de enfatizar a importância de garantir o acesso equitativo aos dados existentes e às ferramentas tecnológicas – e não apenas à literacia.

Neste contexto, a **GeoAtributo** reconhece a importância fundamental da **regulação do acesso aos dados e a democratização do conhecimento** para construir um futuro geoespacial mais justo e inclusivo, assim, a literacia tecnológica e a defesa de dados abertos são cruciais para garantir que todos possam beneficiar das novas oportunidades que surgem. Para este objetivo, entende-se que é necessário um esforço colaborativo entre governos, empresas, instituições de ensino e sociedade civil para garantir que a “Nova Geografia” sirva o bem comum e não aumente as disparidades existentes, afinal, a tecnologia deve ser vista como um serviço público, com as empresas a contribuir para a sua acessibilidade universal.

A **GeoAtributo**, consciente dos desafios e oportunidades que esta área emergente apresenta para o ordenamento do território, coloca-se no mercado como uma empresa ativamente empenhada no desenvolvimento de soluções e ferramentas inovadoras que permitam aos agentes públicos, especialmente aqueles que trabalham ao nível do ordenamento do território, extrair informação relevante e utilizável dos dados geoespaciais.

Através de soluções intuitivas e de fácil utilização, **a GeoAtributo capacita os decisores públicos com o conhecimento necessário para tomar decisões mais informadas, eficazes e estratégicas, contribuindo para um ordenamento do território mais sustentável, justo e que beneficie toda a sociedade.**

GEO21

– CONSULTORES EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: REFERÊNCIA EM PORTUGAL NA CONSULTORIA PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL E URBANO



Área de Serviço para Autocaravanas (ASA) de Leomil.



A Geo21 acompanha todas as fases dos projetos, desde o planeamento até à implementação. O objetivo é assegurar resultados eficazes e sustentáveis, impulsionando o crescimento equilibrado dos territórios e a qualidade de vida das comunidades.

A Geo21, consultoria especializada em desenvolvimento, planeamento e ordenamento do território, tem vindo a consolidar a sua posição a nível nacional na oferta de soluções integradas para as autarquias locais. Com uma abordagem multidisciplinar e multissetorial, a empresa destaca-se pelo desenvolvimento de estratégias adaptadas às especificidades de cada território, considerando os seus desafios, aspirações e potencial de crescimento.

Através de um serviço exclusivo e diferenciado, a Geo21 atua em diversas áreas, incluindo a elaboração de estudos, planos e projetos, bem como no enquadramento a candidaturas a fundos e programas de financiamento. Além disso, presta aconselhamento estratégico para o desenvolvimento rural, urbano e integrado, sempre com o objetivo de promover a sustentabilidade e a resiliência dos territórios.

GEO21: COMPROMISSO COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS TERRITÓRIOS

A Geo21 reforça a sua missão de promover o desenvolvimento sustentável de territórios, sejam eles rurais ou urbanos, através de uma abordagem integrada e colaborativa. Trabalhando em estreita parceria com municípios, autarquias e outros agentes locais, a consultora procura compreender as necessidades e potencialidades de cada território, garantindo soluções ajustadas à sua realidade. Distinguindo-se pela adoção de uma metodologia holística e estratégica, a Geo21 acompanha todas as fases dos projetos, desde o planeamento até à implementação.

O objetivo é assegurar resultados eficazes e sustentáveis, impulsionando o crescimento equilibrado dos territórios e a qualidade de vida das comunidades.

A Geo21 atua com proximidade, integridade e independência, promovendo soluções sustentáveis e inovadoras que zelam pelo interesse dos clientes e pelo desenvolvimento equilibrado dos territórios. Com uma vasta experiência e um percurso consolidado, a Geo21 é uma referência para municípios e autarquias que buscam soluções inovadoras e eficazes para os desafios do desenvolvimento territorial.



Reflorestação do baldios de Leomil.

A Geo21 desenvolve soluções inovadoras e sustentáveis para o planeamento e gestão do território, abrangendo áreas estratégicas como ordenamento, desenvolvimento urbano e rural, equipamentos públicos e ambiente.

GEO21: INOVAÇÃO E CONHECIMENTO AO SERVIÇO DO TERRITÓRIO

A Geo21 tem vindo a afirmar-se como uma referência na consultoria para o desenvolvimento territorial, destacando-se pela qualidade técnica e científica dos seus serviços. Com mais de 15 anos de experiência, a empresa alia conhecimento especializado, inovação tecnológica e uma rede de parcerias estratégicas para oferecer soluções eficientes e sustentáveis às autarquias e entidades públicas e privadas.

Quatro Vantagens Competitivas da Geo21

• Formação e Especialização

A equipa multidisciplinar da Geo21 integra profissionais altamente qualificados nas áreas das ciências geográficas, biofísicas, socioeconómicas, engenharias, arquitetura paisagista, arquitetura, design e comunicação. Esta diversidade permite oferecer uma abordagem integrada, reduzindo a necessidade de recorrer a terceiros e garantindo soluções otimizadas em termos de custo e eficiência.

• Inovação e Tecnologia

A empresa aposta fortemente em novas tecnologias e metodologias avançadas, como Sistemas de Informação Geográfica (GIS), inteligência artificial, equipamentos avançados de recolha e tratamento de informação geográfica e soluções baseadas na natureza. Este compromisso com a inovação e sustentabilidade permite desenvolver projetos vanguardistas, alinhados com os desafios contemporâneos do ordenamento e gestão do território.

• Parcerias Estratégicas

A Geo21 estabelece colaborações com entidades públicas e privadas, como ESAC, ESAS ou FLUC para fomentar a investigação aplicada, explorar novos nichos de mercado e desenvolver soluções inovadoras e eficazes para o planeamento e valorização dos territórios.

• Compromisso com a inovação e a excelência

Com a sua visão a 360.º do planeamento e desenvolvimento territorial, a Geo21 alia estratégia e execução, garantindo que os seus projetos são não só inovadores, mas também viáveis e exequíveis. O profundo conhecimento dos mecanismos de ordenamento e da administração pública permite à empresa transformar ideias em soluções concretas, adaptadas às necessidades e desafios dos territórios.

SOLUÇÕES E PROJETOS TERRITORIAIS

A Geo21 desenvolve soluções inovadoras e sustentáveis para o planeamento e gestão do território, abrangendo áreas estratégicas como ordenamento, desenvolvimento urbano e rural, equipamentos públicos e ambiente, promovendo a valorização dos recursos locais e a resiliência dos territórios fomentando o quadro de governança local.

Resumo das áreas de atuação:

- **Planeamento Estratégico e do Território** – Desenvolvimento de planos e estratégias de ordenamento, incluindo PDM, Planos de Urbanização e pormenorizados, planos regionais e intermunicipais, bem como soluções para o desenvolvimento urbano, industrial e turístico sustentável;
- **Desenvolvimento Social e Equipamentos Públicos** – Elaboração de planos e estratégias para habitação, saúde, educação e inclusão social, assegurando infraestruturas e serviços essenciais para diferentes grupos populacionais;
- **Desenvolvimento Urbano e Turístico** – Planeamento e implementação de Estratégias Locais de Desenvolvimento Turístico, Núcleos de Desenvolvimento Turístico (NDT) e Económico (NDE), bem como Áreas de Localização Empresarial (ALE), unidades comerciais e industriais, promovendo a dinamização económica e territorial;
- **Desenvolvimento Rural** – Planeamento e valorização do território rural, através de estratégias agrícolas, pecuárias e florestais, mercados locais, bem como projetos de transformação paisagística e sustentabilidade produtiva;
- **Ambiente e Avaliação de Riscos Naturais** – Estudos e planos para a conservação ambiental, gestão de riscos naturais e tecnológicos, defesa da floresta contra incêndios rurais e monitorização e avaliação de impactos ambientais.

O NOSSO OBJETIVO
É CONTINUAR
A INOVAR E A
DESENVOLVER
SOLUÇÕES QUE
CONTRIBUAM
PARA UM TERRITÓRIO
MAIS EQUILIBRADO



A nossa máxima é clara: apenas com uma visão e uma prática abrangentes dos processos de desenvolvimento territorial é possível garantir um serviço eficiente, eficaz no apoio à decisão e capaz de assegurar a sustentabilidade dos territórios.

Quais os projetos para 2025?

Em 2025, temos vários projetos estratégicos em curso, principalmente no domínio do planeamento e ordenamento do território. Continuaremos a trabalhar na concretização de planos urbanos e rurais, bem como na implementação de instrumentos de ordenamento do território, como a Reserva Ecológica Nacional e Agrícola, bem como em projetos de transformação de paisagem e redução de riscos naturais.

Vamos também dar continuidade a projetos de valorização dos recursos naturais e culturais, como a recuperação de linhas de água e corredores ribeirinhos, na criação de novas infraestruturas e equipamentos públicos, por exemplo ligados ao autocaravanismo, mercados locais e espaços verdes, assim como equipamentos sociais.

O nosso objetivo é continuar a inovar e a desenvolver soluções que contribuam para um território mais equilibrado, resiliente e sustentável.

O nosso compromisso é continuar a contribuir para o desenvolvimento sustentável dos territórios, garantindo que as soluções que propomos são eficazes e adaptadas às especificidades de cada contexto.

Conheçam o nosso portfólio no nosso site
geoxxi.pt



PAULO MANUEL REIS

Sócio e Diretor-Geral da Geo21,
Geógrafo Físico e Urbanista e

ELISABETE BOLOTO REIS,

Sócia e Administradora da Geo21,
Educadora Social, Especialista em Economia
social e Desenvolvimento Local,

falam do percurso da Geo21, uma organização que ao longo de seus 15 anos de existência se tem destacado no âmbito da Geografia e planeamento estratégico e territorial.

Quais as etapas mais importantes que podemos destacar deste percurso de 15 anos da Geo21?

Ao longo de 15 anos, realizámos uma vasta gama de trabalhos ligados ao desenvolvimento dos territórios, incluindo estudos, projetos, planeamento estratégico e territorial, planos de pormenor, avaliações de impacto ambiental e estratégico, programação regional, bem como projetos de valorização urbana, paisagismo, urbanismo, criação de infraestruturas e equipamentos sociais.

Reconhecemos a crescente importância da valorização dos recursos locais na sociedade portuguesa e estamos atentos às problemáticas e desafios territoriais, assim como às necessidades de apoio técnico e de consultoria que as autarquias locais, especialmente as de menor dimensão ou situadas em territórios de baixa densidade.

Com a experiência, o conhecimento e a maturidade adquiridos ao longo dos anos, conseguimos posicionar-nos como um parceiro de valor para as autarquias e administração pública na abordagem de qualquer desafio relacionado com os lugares, comunidades ou regiões.

Parque Fluvial de Caparrosa.



Passadiços da Rota de S. Salvador em Côta.



Que tipo de soluções apresenta no mercado e quais os projetos que desenvolve?

A Geo21 desenvolve soluções integradas para o desenvolvimento dos territórios, abordando os quatro grandes pilares da sustentabilidade: ambiental, social, económico e governança.

Trabalhamos tanto em contextos rurais como urbanos, procurando sempre soluções que conciliem a valorização dos recursos locais com estratégias inovadoras e sustentáveis. Temos uma abordagem multidisciplinar, defendemos que o desenvolvimento deve ser ascendente, participado, em rede e atuamos em áreas como o ordenamento do território, a conservação dos ecossistemas, a valorização do património natural e cultural, a mobilidade sustentável e o planeamento estratégico.

Como a Geo21 se diferencia no mercado?

A Geo21 foi, possivelmente, uma das primeiras empresas a nível nacional a romper com a abordagem setorial tradicional na oferta de serviços de consultoria ligados ao território. Fomos pioneiros na integração das componentes estratégicas do planeamento territorial, do ambiente e do ordenamento do território, articulando áreas como as ciências geográficas, biofísicas e socioeconómicas com especialidades ligadas ao desenvolvimento de projetos, nomeadamente o paisagismo, a arquitetura e as engenharias.

A nossa máxima é clara: apenas com uma visão e uma prática abrangentes dos processos de desenvolvimento territorial é possível garantir um serviço eficiente, eficaz no apoio à decisão e capaz de assegurar a sustentabilidade dos territórios.

Quais os grandes desafios de futuro que se quer global e ecológico?

Os desafios para o futuro passam, sobretudo, por responder às grandes problemáticas e desafios territoriais que enfrentamos atualmente, como é o despovoamento das áreas de baixa densidade, a escassez empreendedorismo, de oferta de equipamentos e infraestruturas, a degradação dos espaços urbanos e os desafios da economia circular, a necessidade de melhorar a qualidade de vida das populações e a urgência na redução de riscos naturais e climáticos.

O nosso compromisso é continuar a contribuir para o desenvolvimento sustentável dos territórios, garantindo que as soluções que propomos são eficazes e adaptadas às especificidades de cada contexto. Também queremos reforçar a nossa presença nas áreas insulares e em territórios periféricos, ajudando a promover o desenvolvimento socioeconómico, a coesão territorial, a valorização dos recursos, reduzindo as desigualdades entre diferentes lugares e regiões.

Plano estratégico Terras do Infante.



O PAPEL DA GEOGRAFIA NO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

MARGARIDA QUEIRÓZ

Professora Associada com Agregação, IGOT-ULisboa

A estreita ligação entre a Geografia e o planeamento territorial manifesta-se claramente na evolução dos conceitos de espaço e lugar. Desde as primeiras abordagens descritivas até à atualidade, a Geografia tem servido como uma lente crítica e influenciadora das conceptualizações, estratégias e políticas de ordenamento do território.

Até aos anos 1950, a Geografia era vista como uma disciplina conservadora que se focava na descrição das paisagens. Aquele período foi marcado por uma abordagem chamada possibilismo, onde a explicação e a predição dos fenómenos geográficos eram limitadas. A evolução para uma ciência espacial positivista emergiu nas décadas seguintes (1960 e 70), colocando ênfase no estudo dos padrões espaciais e na modelação matemática, permitindo explicações e previsões científicas mais robustas, visando a eficiência e a funcionalidade do espaço. Tais métodos quantitativos foram incorporados no planeamento territorial, fortalecendo a abordagem técnica e objetiva necessária para políticas públicas orientadas para o urbanismo.

Com o avançar do século XX, especialmente a partir dos anos 1970, críticas ao neopositivismo começaram a surgir, trazendo perspectivas mais humanistas, marxistas e radicais, que enfatizavam o espaço como um produto social. Estas críticas destacaram a importância de considerar a dimensão social e individual, mostrando que as leis e modelos geográficos tradicionais ignoravam fatores humanos e políticos significativos. A Geografia começou então a incorporar estas novas abordagens, usando-as para desafiar e redefinir as práticas e teorias de planeamento territorial, focando-se nas desigualdades sociais, justiça socioespacial e nos problemas urbanos.

No Portugal contemporâneo, esta evolução teórica influenciou diretamente o planeamento urbano e regional. Iniciativas como os Planos Diretores Municipais, os Planos Regionais de Ordenamento do Território e o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território são exemplos de como os conceitos que a Geografia abordou foram aplicados para criar futuros desejados e estratégias mais inclusivas e participativas.



Hoje, a Geografia portuguesa continua a ser uma disciplina fundamental, em permanente diálogo com o ordenamento do território.

Estes planos e documentos de estratégia refletem uma transição do planeamento racional, prescritivo e centralizado, para uma prática mais estratégica e relacional, onde as instituições e a sociedade civil são reconhecidas como parte integrante do processo de planeamento.

Hoje, a Geografia portuguesa continua a ser uma disciplina fundamental, em permanente diálogo com o ordenamento do território. Com efeito, o planeamento contemporâneo adota uma abordagem mais flexível e adaptativa, procurando responder às complexidades de uma sociedade em contínua mudança.

A celebração do Dia da Geografia Portuguesa não é apenas um reconhecimento da sua importância para o desenvolvimento e a sustentabilidade urbana e regional; é, sobretudo, uma valorização da Geografia como uma disciplina fundamental que desafia e atua como um instrumento vital na construção de futuros mais justos e inclusivos.



GEOGRAFIA, UMA CIÊNCIA EM MUDANÇA



ADÉLIA NUNES

Geógrafa, Presidente da Associação Portuguesa de Geógrafos (APG)

Num planeta em transformação acelerada, a Geografia assume um papel fundamental na compreensão e gestão dos desafios ambientais, sociais e económicos que afetam a natureza e as sociedades contemporâneas. A Geografia, enquanto ciência que estuda as interações e os processos dos sistemas sociais e biofísicos, tem evoluído ao longo dos tempos, na tentativa de analisar e responder a relações cada vez mais complexas entre a natureza-sociedade e a territórios cada vez mais dinâmicos.

A associação simplista da Geografia a mapas ou à descrição de lugares tem vindo a ser ultrapassada através da incorporação de novos temas e saberes, alicerçados em análises qualitativas e quantitativas, na criação de modelos e desenvolvimento de cenários, fundamentais na busca de respostas para os problemas que afligem as sociedades atuais. As mudanças climáticas, a delapidação de muitos recursos, o aumento dos danos provocados por catástrofes, o crescimento dos fluxos migratórios de populações, o incremento das desigualdades nas condições de vida e nos territórios impõem respostas rápidas e orientadas para a resolução ou mitigação desses problemas, exigindo abordagens holísticas e interdisciplinares entre Geógrafos e outros profissionais que se dedicam ao estudo do território.

A geografia tornou-se, assim, uma ciência mais analítica, aplicando novos conceitos, metodologias e ferramentas que auxiliam as tomadas de decisões na gestão e ordenamento territorial. O uso de tecnologias no âmbito dos Sistemas de Informação Geográfica e de deteção remota e, mais recentemente, a integração de inteligência artificial e *big data* à investigação geográfica proporcionam análises mais precisas, as quais, todavia, devem ser ajustadas através do contacto com as realidades do terreno, assentes em trabalho de campo.

Assim, o contributo da Geografia e a intervenção dos geógrafos na gestão e ordenamento e do território tem vindo a ser crescentemente reconhecida, pelo estudo, rigor na análise e divulgação dos resultados, no sentido de alertar os governantes e a sociedade, em geral, para os problemas, para as suas causas e, sobretudo, para as possibilidades de os mitigar ou resolver.

Embora a Geografia contemporânea se associe fortemente às questões territoriais, a dimensão social da ciência geográfica vai muito além do papel que o geógrafo pode ter na gestão e ordenamento do território. Com refere J. Gaspar a primeira função da Geografia é contribuir para a formação cívica de cidadãos num contexto multi-escalar do cidadão local ao cidadão global.

A geografia tornou-se, assim, uma ciência mais analítica, aplicando novos conceitos, metodologias e ferramentas que auxiliam as tomadas de decisões na gestão e ordenamento territorial.

Este é, pois, um dos desafios a ultrapassar para a inserção mais adequada da Geografia na Sociedade e para a sua valorização como ciência fundamental na garantia de um desenvolvimento mais justo e equilibrado, capaz de assegurar o bem-estar das gerações atuais e futuras, bem como a sustentabilidade ambiental do nosso planeta.

A REDE URBANA DO CONTINENTE E A ALTA VELOCIDADE FERROVIÁRIA



FERNANDO NUNES DA SILVA
Professor Universitário e Presidente da ADFERSIT – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento dos Sistemas Integrados de Transportes

À semelhança do que se verificou em todos os países que, desde o século XVI controlaram grandes impérios ultramarinos, também entre nós a capital do país sempre teve uma posição proeminente na sua rede urbana. Como o demonstraram vários estudos, as capitais dos então impérios português e espanhol, como depois a do Reino Unido – que lhes sucedeu no domínio dos mares e das possessões coloniais –, deviam a sua macrocefalia ao facto de serem centros do poder político e económico de territórios que excediam em muito a sua dimensão nacional. As consequências desse passado histórico, que se consolidou ao longo de séculos, ainda hoje se fazem sentir.

No nosso caso, a industrialização tardia do país, após a adesão à então EFTA nos anos 1950, não conseguiu contrariar esse passado e acabou, inclusivamente, por contribuir para o reforço da centralidade da região de Lisboa/Setúbal, não só porque foi aí que se verificaram os principais investimentos, como a industrialização no Norte foi menos concentrada territorialmente e suportada em empresas de menor dimensão. Por outro lado, o facto de até aos anos 1970 termos vivido num regime autoritário e fortemente centralista, mais não fez que concentrar o aparelho burocrático e administrativo em Lisboa, com a consequente atração de serviços e capital financeiro.

É assim que, chegados a 1940, já era visível a existência contrastada de dois “países” no continente português: uma faixa litoral que vai do Minho a Setúbal e inclui a orla Algarvia, onde residia quase 70% da população em 18 das 21 cidades com mais de 10 mil habitantes existentes no país; e um segundo espaço, “interior”, com os seus planaltos e montanhas, a Norte, e as peneplanícies do Alentejo, onde a restante população vivia em poucas cidades e sobretudo em pequenas vilas e aldeias. Esta situação dicotómica não deixou de se acentuar desde essa época, mesmo após a instituição da democracia em 1974.

Com efeito, o crescimento da população urbana, sendo significativamente superior ao acréscimo demográfico, reforçou a concentração na área metropolitana de Lisboa, no que podemos designar por região metropolitana do Noroeste Peninsular – suportada nas cidades de Porto/Gaia, Braga e Guimarães – e em pequenos centros urbanos no corredor litoral, onde apenas as cidades de Coimbra e Leiria ultrapassavam os 100 mil habitantes no final do século passado.

É esta ocupação litoral do território continental que ainda hoje é estruturante da sua rede urbana. Nela se concentravam, em 2021, mais de 80% da população e 2/3 do PIB dos sectores secundário e terciário.

Ao mesmo tempo, o designado “interior” despovoava-se e perdia importância económica, sendo exceções o eixo Guarda/Castelo Branco – que se reforçou como elemento estruturante do território que polariza a poente da serra da Estrela – e Évora, como capital terciária do Alentejo e centro universitário.

No momento em que se retoma o processo de construção de uma rede ferroviária de alta velocidade (AVF), importa refletir de que modo essa infraestrutura, e os serviços que irá proporcionar, poderão servir uma estratégia de maior coesão territorial e de desenvolvimento do país. Se em vez de partirmos da ocupação do território existente e das potencialidades que encerra, optarmos pela demagogia de que a AVF deve servir todas as capitais de distrito (independentemente da sua população) e considerarmos todo o território como passível de beneficiar do mesmo modo desta profunda alteração do sistema de acessibilidades, iremos perder uma oportunidade estratégica e, daqui a poucas décadas, seremos forçados a enfrentar a realidade que desmente esses “objetivos”.

É que, séculos de estruturação de uma ocupação territorial não se invertem, e menos ainda se anulam, na base de voluntarismos e falsas promessas, tal como hoje constatamos no tocante à rede de autoestradas, também elas “vendidas” como instrumento de levar o progresso e o desenvolvimento a todo o país.

Ao invés, a prioridade deve ser a de promover a integração funcional da megapólis que se desenvolve no corredor litoral, assegurando, a partir desse eixo, as ligações com a Galiza e a Estremadura espanhola, única forma de ganharmos dimensão no espaço europeu (cujo centro está cada vez mais deslocado para leste) e compensar a macrocefalia relativa das duas regiões metropolitanas com o reforço das centralidades urbanas que se podem desenvolver em torno dos pólos de Aveiro, Coimbra e Leiria.

E quanto ao designado “interior”? Se em parte o seu “desencravamento” passa por uma eficiente articulação entre o novo serviço de AVF e as linhas férreas regionais – que para tanto devem ser modernizadas – o mais determinante para o seu desenvolvimento terá forçosamente de passar por uma efetiva descentralização da administração do Estado para as cidades que têm potencialidades de aumentar as suas áreas de influência – o que tem também a ver com a melhoria das acessibilidades nesses territórios –, direcionar para aí investimentos públicos e privados que desenvolvam e diversifiquem a sua base económica, completando-se esta estratégia com programas de reordenamento agrícola e florestal onde tal se justifique e seja exequível em termos económicos e sociais.



É esta ocupação litoral do território continental que ainda hoje é estruturante da sua rede urbana. Nela se concentravam, em 2021, mais de 80% da população e 2/3 do PIB dos sectores secundário e terciário.



AS COOPERATIVAS CONSTRÓEM UM MUNDO MELHOR



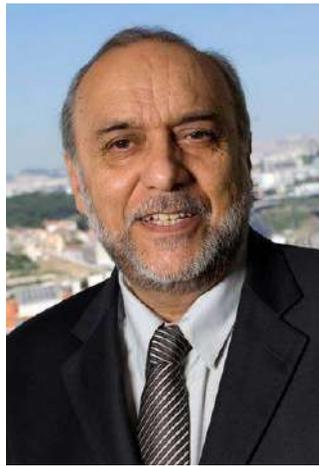
EDUARDO GRAÇA

Presidente da direção da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES)

2025 foi declarado pelas Nações Unidas como o Ano Internacional das Cooperativas. Este é um grande acontecimento para o movimento cooperativo a nível global e nacional. O lema escolhido foi: **“As cooperativas constroem um mundo melhor”**.

Vamos, pois, associar-nos às comemorações que esta iniciativa suscita, honrando a história do movimento cooperativo português, evocando os seus maiores vultos e enfrentando os desafios do presente e do futuro. António Sérgio foi o vulto maior do cooperativismo moderno português. Desde o início dos anos 50 do século passado Sérgio, e um conjunto de seus discípulos, em que se destaca Lúcia Nobre, empenharam-se, com verdadeiro espírito de missão, na refundação do cooperativismo. Criaram o **“Boletim Cooperativista”** e logo no número inicial, em 1951, Sérgio estabeleceu todo um programa destinado a **“Criar no país uma verdadeira consciência cooperativista, que encare o cooperativismo integral como um fim no domínio da economia, isto é, no da produção e distribuição da riqueza”**. Nesse programa preconizava a adoção de uma lei cooperativa, a criação de cooperativas de consumo e de crédito, a criação de federações e confederações cooperativas. Este programa foi integralmente cumprido após a revolução do 25 de abril de 1974. Rui Namorado, falecido em 13 de janeiro passado, foi um continuador do ideário de Sérgio, propulsor do movimento cooperativo contemporâneo. Honra à sua memória!

Em Portugal existem hoje mais de 2100 cooperativas, presentes em 12 ramos cooperativos representando um valor acrescentado bruto de cerca de 725 milhões de euros, onde predominam as cooperativas agrícolas, crédito, solidariedade social, cultura, ensino, serviços e de comercialização. Conjuntamente com a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), neste Ano Internacional das Cooperativas propomo-nos



O PODER DAS COOPERATIVAS CONSTRUIR O FUTURO EM CONJUNTO

ANA MENDES GODINHO

Deputada à A.R. e Ex-Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social



Há momentos que não esquecemos na nossa vida.

Em 2020, fui desafiada pelo Rogério Cação para ir a uma escola e participar numa iniciativa para explicar às Crianças o que é o cooperativismo. Para transmitir a mensagem de forma simples, criámos uma rede de elásticos entrelaçados puxados por cada um de nós que permitia transportar uma bola de um lado para o outro. O transporte só se conseguia quando estávamos todos focados e a trabalhar no mesmo sentido. Terminámos a sessão desenhando com os nossos corpos, no chão, as letras necessárias para construir a palavra Cooperar. Penso que nenhum de nós se esquecerá que só foi possível escrever Cooperar porque cada um se deitou no chão a fazer a sua parte indispensável da letra. Sem preconceitos, de uma forma natural e simples, em conjunto, unidos e focados num resultado comum.

Este episódio tem-me acompanhado sempre como inspiração e, nos últimos tempos, com persistência.

Hoje vivemos tempos de polarização, em que o individualismo e a radicalização tomaram conta do discurso e da vida coletiva. É inquestionável que a pandemia abanou as nossas vidas e deixou sequelas profundas. A pandemia confrontou-nos com a finitude e com os nossos limites e despertou uma insatisfação pela incapacidade de resposta rápida aos problemas que vivemos. Mas também demonstrou que a capacidade de união e a solidariedade – mobilizadas em momentos tão críticos e focadas em resultados concretos – são verdadeiramente transformadoras. As cooperativas são a concretização diária desta capacidade. Nos tempos que vivemos, o cooperativismo tem de nos inspirar.

As cooperativas são a manifestação mais pura da capacidade de sonho e de construção coletiva da sociedade. Norteadas pela convicção de que a união ultrapassa problemas individuais, a história das cooperativas mostra como têm sido, ao longo dos tempos, motores permanentes de promoção de uma sociedade mais coesa. Com uma enorme capacidade de adaptação em função dos tempos e das necessidades concretas da comunidade que servem. O momento que vivemos exige uma reinvenção coletiva e as cooperativas são um modelo carregado de futuro. Desde logo porque incorporam, na sua natureza, na sua organização e na sua missão, os valores da democracia, da liberdade e da igualdade. E porque incorporam no seu modelo o valor hoje decisivo que nos mobiliza: o propósito.

trabalhar para cumprir um programa em que avultam: aumentar a visibilidade das cooperativas e sensibilizar o público para o seu papel no desenvolvimento sustentável; defender um ambiente propício, e quadros políticos e jurídicos favoráveis, ao reforço do seu ecossistema empresarial e promover o crescimento e o desenvolvimento de cooperativas com reforço das suas capacidades de gestão e autossustentação, através da partilha de conhecimentos e parcerias de colaboração.

Conjuntamente com a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), neste Ano Internacional das Cooperativas propomo-nos trabalhar para cumprir um programa em que avultam: aumentar a visibilidade das cooperativas e sensibilizar o público para o seu papel no desenvolvimento sustentável.

Neste ano, em parceria com as Confederações Cooperativas, CONFECOOP e CONFAGRI, desenvolveremos um programa de ação já disponível no website dedicado ao AIC/25:

<https://cases.pt/aic25/>

O Ano Internacional das Cooperativas permitirá reafirmar o papel das cooperativas como instrumento relevante na promoção do desenvolvimento sustentável, da inclusão social e da prosperidade global.

É impressionante como o substrato e muitos dos propósitos que levaram a primeira cooperativa a constituir-se em Portugal há dois séculos continuam atuais: **“melhorar as condições económicas e sociais dos trabalhadores”**, incluindo a **“compra conjunta de bens para reduzir custos, a construção de habitações acessíveis e a promoção da educação”**.

As cooperativas têm demonstrado em Portugal o seu poder de dar respostas concretas às comunidades, de dinamizarem territórios de baixa densidade, de criarem emprego, de serem atores determinantes em áreas decisivas como a agricultura, a comercialização, o crédito, o ensino, a habitação, a solidariedade social ou a cultura. Basta lembrar o papel das cooperativas na resposta às pessoas na dimensão social (nas creches, nas respostas às pessoas mais velhas ou às pessoas com deficiência). As cooperativas têm também sido motores de inovação ao longo do tempo, de que são exemplos a implementação de tecnologias de **“smart farming”**, o uso eficiente de recursos e a adaptação às alterações climáticas no setor agrícola, ou a promoção da sustentabilidade e da economia circular no aproveitamento de biomassa e gestão de resíduos, ou ainda a capacidade de exportação de produtos locais, com a criação de plataformas de distribuição.

Em Portugal, cerca de 260 mil Pessoas trabalham em cooperativas, o que demonstra bem a sua importância. Os desafios são muitos e exigem foco para apoiar o seu desenvolvimento, seja na capacitação da gestão, seja na atração e fixação de talento, seja na formação dos seus quadros, seja em termos de modelos de capitalização e financiamento, seja na transição digital e verde. Por isso, em 2022, foi criado o Centro da Inovação para a Economia Social com o objetivo de apoiar a responder a estes desafios. Este Centro resultou de uma parceria com os Parceiros da Economia Social, a CASES e o IEFP, e acredito que será um parceiro determinante para o fortalecimento e crescimento das cooperativas em Portugal.

As cooperativas são um modelo testado, resiliente, com enorme futuro, que traduzem uma visão colaborativa de construção partilhada. As novas gerações têm aqui um terreno fértil para concretizar, com eficácia, os propósitos de viver em sociedade, quebrando a barreira da insatisfação que alimenta ódios e guerras.

As cooperativas são mesmo um instrumento de esperança e de paz.

O CRÉDITO AGRÍCOLA É A ÚNICA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PRESENTE FISICAMENTE EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

JORGE VOLANTE

Presidente do Conselho de Administração da FENACAM,

fala-nos sobre o papel das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo contra desertificação das regiões de baixa densidade, porque mantendo balcões abertos em territórios mais despovoados, as pessoas continuam a ter acesso a uma série de serviços financeiros fundamentais para o seu quotidiano.

Qual a génese da FENACAM?

A FENACAM – Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, FCRL, é uma instituição fundada em Novembro de 1978, representando, no presente, 64 Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, as quais, por sua vez, contam com aproximadamente 400 mil associados. A defesa dos interesses das Caixas Agrícolas e o robustecimento destas instituições estão na origem da criação desta Federação. Quando foi fundada, a FENACAM tinha por objetivos prestar serviços de auditoria, apoio jurídico e a projetos de investimento agrícola, bem como formação. Compete-lhe também representar as Caixas Agrícolas e defender o modelo de Banca Cooperativa em Portugal, o qual tão boas provas de desempenho tem dado no sistema financeiro português.

Quais as funções da FENACAM, assim como os principais serviços que presta e as atividades desenvolvidas?

No presente, as principais funções da FENACAM passam pela representação nacional e internacional das Caixas de Crédito Agrícola. Enquanto estrutura representativa das Caixas Agrícolas, acompanha de modo atento as matérias que afetam a natureza e a atividade destas instituições. Neste sentido, e com o objetivo de dinamizar e impulsionar as suas associadas no caminho da modernização e atualização, tem promovido seminários de âmbito nacional que têm contado com a participação de diversas entidades públicas, de académicos, do Supervisor, da Caixa Central e de outras instituições financeiras, assim como de organismos internacionais que representam o sector.

A nível internacional tem promovido iniciativas que visam o intercâmbio com congéneres estrangeiras, no sentido da divulgação e partilha de conhecimentos no âmbito da Banca Cooperativa, bem como a participação ativa nas atividades da AEBC (Associação Europeia de Bancos Cooperativos) e da CICA (Confederação Internacional do *Credit Agricole*).

Tem ainda como uma das suas missões fundamentais acompanhar as alterações legislativas no âmbito do Crédito Agrícola, nomeadamente do seu Regime Jurídico. Sem ser muito exaustivo, podemos ainda referir que assegura a representação do Crédito Agrícola em sede de negociação coletiva de trabalho, junto dos sindicatos do sector.

Em termos de serviços prestados, destacamos a Produção Documental do Grupo Crédito Agrícola, garantindo a reserva, confidencialidade e integridade dos dados dos documentos produzidos, condição primordial neste tipo de atividade. Por outro lado, a FENACAM disponibiliza uma Central de Compras, a qual permite a obtenção de economias de escala.

Quais são os valores defendidos e promovidos pela FENACAM na defesa do modelo cooperativo das regiões?

O Crédito Agrícola assenta a sua missão num conjunto de valores e princípios dos quais se destacam os enunciados pela Aliança Cooperativa Internacional, assim como na Confiança, Proximidade, Solidez, Autonomia e Contributo para o Desenvolvimento Socioeconómico, designadamente das comunidades que serve. Não nos podemos esquecer que o modelo atualmente em vigor assenta na autonomia e dispersão territorial das Caixas Agrícolas, podendo assegurar que o Crédito Agrícola é a única instituição financeira presente fisicamente em todo o território nacional.

Tendo em conta o despovoamento do interior do país como é que a FENACAM procura contrariar este fenómeno, considerando o papel essencial da FENACAM na coesão territorial e no desenvolvimento económico, social e cultural nas diversas regiões?

Como referido anteriormente, o Crédito Agrícola mantém-se em localidades há muito abandonadas pela restante banca. Ora, quando a FENACAM defende a coexistência da Banca Cooperativa com os demais modelos de banca, junto das instituições nacionais e internacionais,



contribui para assegurar que as Caixas mantêm a sua presença em todo o território, contribuindo, dessa forma para a coesão social e territorial, contrariando a desertificação populacional e de serviços nos territórios de baixa densidade. Sem o Crédito Agrícola, algumas regiões veriam seriamente comprometida a sua capacidade de desenvolvimento económico, social e cultural, dado que não teriam acesso a uma série de serviços financeiros essenciais.



Museu dos Coches: Assembleia Geral da Associação Europeia dos Bancos Cooperativos.

Quanto à FENACAM e aos seus objetivos do desenvolvimento sustentável.

Quais as medidas que a FENACAM preconiza e implementa neste âmbito?

A FENACAM e o Crédito Agrícola não são alheios às preocupações de um desenvolvimento sustentável da sociedade. Neste sentido, estão definidas e aceites metas específicas que envolvem desde o funcionamento operacional do Crédito Agrícola até à própria definição de critérios de concessão de crédito a determinados sectores de atividade. Os objetivos finais passarão pela diminuição da pegada de carbono, sem esquecer que tal só será possível com o assegurar da rentabilidade e sustentabilidade financeira futura deste Grupo. Outro dos objetivos, não menos importante, é o nosso contributo para a mudança de mentalidades sobre este tema tão crítico para as gerações futuras.



Conferência: O Movimento Regulatório Europeu e o Estatuto da Banca Cooperativa.

O Crédito Agrícola assenta a sua missão num conjunto de valores e princípios dos quais se destacam os enunciados pela Aliança Cooperativa Internacional, assim como na Confiança, Proximidade, Solidez, Autonomia e Contributo para o Desenvolvimento Socioeconómico, designadamente das comunidades que serve.

Internamente, temos implementado medidas de utilização de energias consideradas mais limpas, assim como de uma melhor gestão de resíduos.

É a regulamentação europeia adequada ao sector cooperativo financeiro?

Não. A Regulamentação Europeia adota o princípio do *"one size fits all"*, não considerando as especificidades do sector cooperativo financeiro. Sendo a generalidade dos bancos cooperativos composta por bancos locais que depois se associam entre si para criar estruturas centrais, a legislação a que estão sujeitas é exatamente a mesma daquela que se destina aos grandes bancos multinacionais. A legislação atual não prevê os necessários critérios de proporcionalidade que assegurem a devida autonomia e independência dos bancos cooperativos locais.

A FENACAM, através de AEBC (Associação Europeia de Bancos Cooperativos) e conjuntamente com os outros bancos cooperativos europeus, tem pugnado pelo reconhecimento das suas especificidades, nomeadamente pelo contributo que lhes é reconhecido no desenvolvimento económico e social das comunidades, assim como o seu já referido papel para a coesão territorial e social.

É com pena que constatamos que, no nosso país, e apesar das virtudes já enunciadas, o Estado nem sempre reconhece o nosso contributo.



AGRIBAR É A MARCA DA COOPERATIVA AGRÍCOLA DE BARCELOS QUE É UMA DAS MAIORES COOPERATIVAS AGRÍCOLAS DO PAÍS E FATURA 100 MILHÕES DE EUROS.

JORGE CARLOS MIRANDA

Presidente da Cooperativa Agrícola de Barcelos,

fala-nos de uma instituição com mais de 90 anos de história em prol da agricultura e dos agricultores do concelho de Barcelos.

Qual a missão e os objetivos da Cooperativa Agrícola de Barcelos - Agribar?

A missão de qualquer cooperativa é por definição a "satisfação das necessidades dos membros", ou seja, uma cooperativa é sempre aquilo que os membros quiserem fazer dela. Na **Agribar** queremos ser o *pivot* de toda agricultura da região, colocando ao dispor dos agricultores uma equipa técnica com um saber acumulado muito profundo e abrangente no domínio da produção animal e vegetal, oferecendo um conjunto muito vasto de produtos e serviços, auxiliando na produção e também na comercialização dos produtos agrícolas da região. Somos um fornecedor de soluções completas para a pecuária leiteira e para viticultura, fornecendo todos os insumos da produção, dispomos de consultores técnicos para todas as etapas de produção; mas mais importante - adquirimos as produções e assumimos a comercialização desses produtos.

Qual o papel da Agribar na coesão dos agricultores na conquista dos seus objetivos, mas também, na alavancagem da economia e no desenvolvimento da região?

A **Agribar** como entidade cooperativa, tem na coesão dos seus membros uma das suas maiores forças. Procuramos ser uma organização agregadora, funcionando de forma democrática, regendo-se por elevados padrões éticos, permitindo que todos os seus membros possam em total equidade ter acesso à atividade oferecida pela cooperativa, partilhando todos este espírito de esforço contínuo com objetivos comuns. Conseguimos vencer os desafios que a atividade agrícola tem enfrentado. Temos na região muitos e muito bons empresários agrícolas que, com muito mérito conseguiram erguer empresas agrícolas ao nível das melhores da Europa, contribuindo para a geração de riqueza da região, criando emprego de forma direta e indireta, assumindo um papel importante na economia da região.



Em relação ao I&D, como a Cooperativa cria parcerias e desenvolve projetos em cooperação com outras entidades?

Procuramos sempre manter uma ligação forte com a academia, umas vezes de forma isolada, outras também juntamente com as nossas uniões e federações. Colaboramos com a academia, desde as escolas profissionais agrícolas da região, às universidades com cursos em ciências agrárias. Desenvolvemos investigação, em conjunto, de acordo com necessidades específicas. Por outro lado, ajudamo-los nos seus próprios projetos, auxiliando teses de mestrado e doutoramento. Proporcionamos estágios a muitos estudantes dessas escolas.

A **Agribar** tem também uma quinta própria que está sempre ao serviço da experimentação de novos produtos, novas técnicas, procurando também atualizar continuamente o nosso corpo técnico.

De que forma a Agribar incorpora a inovação nos processos de produção e nos produtos que apresenta, assim como, dissemina o conhecimento aos seus agricultores?

Procuramos sempre atualizar os nossos empresários, dando-lhe a conhecer as tecnologias mais avançadas em cada uma das suas atividades das suas empresas. Durante o ano proporcionamos a participação em vários seminários e *workshops* sobre os mais diversos temas. Promovemos eventos cuja principal missão é atualização dos nossos agricultores. Temos como exemplo a "ExpoAgribar - Feira de Campo do Norte", um certame bianual que procura em cada realização ser um veículo de transmissão de conhecimento, procurando em campo mostrar as novidades no domínio dos cultivos da região, aplicando as técnicas e as tecnologias mais avançadas.

No caso da produção de leite, onde somos especialistas, usamos as ferramentas e os produtos mais inovadores que a ciência nos proporciona, usamos a melhor genética que existe no mundo, procurando os maiores avanços genéticos em cada geração de vacas leiteiras que criamos. Proporcionamos aos nossos criadores, através de parcerias fortes com as melhores empresas de investigação de genética animal, testes genómicos dos seus animais jovens, ajudando-os na seleção das melhores vacas, logo com poucos meses de vida. Os resultados têm sido muito promissores, todos os anos temos melhores produtividades nas nossas vacas leiteiras.

Sendo que a sustentabilidade é um pilar fundamental na atividade agrícola. Quais as medidas que a Agribar promove no sentido de diminuir a pegada ecológica?

A sustentabilidade é um tema muito importante para nós, a nossa atividade pecuária é muitas vezes injustamente apontada como um grande poluidor, por causa das emissões de metano dos bovinos. Poucos já se lembram que durante a pandemia, onde a maioria das atividades abrandou ou parou, a qualidade do ar melhorou significativamente, mas a pecuária não parou! Estamos seriamente comprometidos com a neutralidade carbónica, por isso queremos quantificar detalhadamente as emissões das explorações leiteiras, procurando soluções individualizadas com vista a uma gestão mais eficiente dos recursos e a mitigação das emissões. Temos já em marcha, em conjunto com nossas organizações, um projeto envolvendo a Lactogal, a UTAD e o FeedInov, o projeto Planeta Leite, que faz parte da Agenda Mobilizadora para a produção de Leite Sustentável.

CONSEGUIMOS VENCER OS DESAFIOS QUE A ATIVIDADE AGRÍCOLA TEM ENFRENTADO

A **Agribar** procura desde sempre incentivar os seus agricultores a terem práticas culturais o mais sustentáveis possível. A maioria dos cultivos de milho e vinha são certificados em modo de Produção Integrado há mais de dez anos. Queremos também participar ativamente em um ou mais projetos de produção de biogás que se possam instalar na bacia leiteira. Acreditamos que podemos aproveitar a geração natural de metano que acontece naturalmente nos dejetos dos animais, para produzir um gás muito semelhante ao gás natural. Este pode ser injetado na rede de gás, passível de ser usado por diversas indústrias que querem usar energias limpas nos seus processos industriais.

Quais os projetos e objetivos que a Cooperativa pretende alcançar para 2025?

São muitas as frentes que temos abertas. Queremos continuar a renovar e a melhorar os nossos espaços comerciais, tornando-os mais apelativos, acrescentando-lhe funcionalidades, será um ano de várias obras. Continuaremos também atentos aos nossos processos internos na busca de mais eficiências, quer dos serviços que prestamos às explorações agrícolas, quer no que respeita à nossa estrutura de distribuição de fatores de produção.

Em 2025 queremos implementar um sistema de gestão da qualidade das nossas rações para bovinos de marca própria Agribar, consolidando a marca, transmitindo ainda mais confiança a todos os que preferem as nossas soluções de nutrição para as suas explorações.

Estamos também bastante focados no nosso projeto de vinhos AgribarWines. Paralelamente às melhorias na adega, este ano vamos lançar novas marcas de vinhos verdes, para posicionar os nossos produtos no segmento premium, onde queremos estar.



A **Agribar** como entidade cooperativa, tem na coesão dos seus membros uma das suas maiores forças.



JOÃO BARROSO

Presidente da Adegas Cooperativas de Borba

70 ANOS A DEFENDER A ESSÊNCIA DO ALENTEJO



Com 70 anos de história, quais as principais etapas que podemos assinalar da Adegas Cooperativas de Borba?

Constituída em 1955, por um grupo de viticultores da região cansados de serem espoliados pelos comerciantes de vinho que aqui se abasteciam de boa matéria-prima, para depois fazerem os seus lotes, o projeto de constituição de uma adega cooperativa em Borba foi na altura apoiado pela então Junta Nacional do Vinho, que assim contribuía para melhorar a situação precária em que os pequenos viticultores se encontravam. Apesar da grande adesão por parte dos viticultores da região, levou alguns anos até que a Adega conseguisse a notoriedade junto do mercado, que hoje lhe é reconhecida. Mas o grande salto aconteceu com o início do engarrafamento dos vinhos, que rapidamente começaram a ganhar prémios nas exposições em que participavam e pela sua distribuição direta junto do consumidor.

Nessa altura a quase totalidade do vinho do Alentejo era produzido em cooperativas, e foram estas que durante 40 anos salvaram a produção vitivinícola da região, assim como conseguiram elevar a qualidade do vinho ao patamar que o mercado depois reconheceu mais tarde. Esta é uma história ainda muito mal contada, porque a narrativa mais conhecida e publicitada relata que foram os novos produtores, após os anos 90, que catapultaram o Alentejo para a ribalta, quando de facto foi o trabalho silencioso das cooperativas que durante muitos anos consolidaram a qualidade e tipicidade do vinho alentejano.

Os novos produtores aproveitaram o trabalho já realizado, para depois aprofundaram naturalmente os projetos de enologia em diversas áreas e com grande sucesso. Em 1989 com a demarcação das regiões de produção reconhecida, foi a Adega de Borba mais uma vez pioneira ao produzir o primeiro vinho VQPRD (Vinho de Qualidade Produzido em Região Demarcada) do Alentejo, e a contribuir assim para a nova era dos vinhos certificados do Alentejo que todos hoje conhecemos.

Nos últimos 20 anos a Adega de Borba tem desenvolvido o seu projeto no sentido de competir num mercado cada vez mais exigente, e ao mesmo tempo garantir aos viticultores seus associados uma justa repartição do valor e riqueza criada com a venda de vinho.

O IMPACTO DA COOPERATIVA NA REGIÃO Qual a importância desta Cooperativa e dos valores cooperativos para um território de baixa densidade, mas também na defesa de um produto endógeno?

A região de Borba foi sempre uma região de vinho, e naturalmente sofreu com os ciclos em que a cultura nem sempre foi a melhor escolha do agricultor, e por diversas causas fizeram sempre a gente de Borba regressar à cultura da vinha e ao fabrico do vinho após cada crise.

Quando a Adega Cooperativa foi constituída ainda se estavam “a lamber as últimas feridas” da crise de filoxera do início do século, que dizimou grande parte da vinha na região. 70 anos de vida da Adega Cooperativa em Borba, parece muito tempo, mas para a história do vinho em Borba, que remonta ao período pré-românico, é de facto apenas um lapso da história.

O sucesso do projeto cooperativo teve muitas contribuições até aos dias de hoje, mas a principal é o facto de se ajustar perfeitamente à realidade do viticultor que se encontra completamente focado no cuidado da sua vinha, e precisa de participar numa organização com escala que vinifique da melhor forma as suas uvas, e que coloque no mercado o produto final. Embora, hoje seja frequente ouvirmos dizer até aos enólogos, que o vinho se faz na vinha, a verdade é que para isso ser possível temos que ter viticultores apaixonados pelas suas plantas, tratarem delas com todo o carinho durante todo o ano, e não apenas quando vem o jornalista visitar a Adega em dias de festa. Este cuidado extremo é necessário para se obterem grandes vinhos, isto é o que os viticultores da Adega de Borba têm, e por isso, os resultados são bons.

É verdade que os grandes vinhos se fazem na vinha, mas só com bons e empenhados viticultores.

De que forma a Cooperativa avança a economia e a empregabilidade da região?

Sendo um projeto com alguma dimensão numa região com poucas alternativas, à exceção dos mármorees. A cooperativa contribui de forma decisiva para a economia e emprego da região. Mas o valor do produto vinho não tem feito subir o rendimento disponível da região, o que representa alguma frustração para quem vive só da cultura da vinha. Isto tem a ver com o facto de hoje o consumidor se estar a deslocar mais para a aquisição de serviços do que para a de produtos. Temos assim novas atividades como o enoturismo e o turismo de natureza que poderão no futuro constituir importantes fontes de rendimento para quem se quiser fixar nesta região.

Como a Adega Cooperativa incorpora a inovação e adota medidas sustentáveis, tanto na produção, como na logística e no produto final?

Desde a sua instalação até à atualidade a Adega Cooperativa de Borba investe nas melhores tecnologias e adota as mais recentes inovações no sector. Os investimentos constantes neste domínio são significativos, e isso nem sempre representa uma decisão fácil numa organização cooperativa, porque mais investimento no futuro representa menos rendimento no presente. Só quando se acredita mesmo na viabilidade do projeto a longo prazo isso se torna possível.

A Adega de Borba é hoje a única cooperativa do Alentejo que está certificada pelo PSVA (Plano de Sustentabilidade dos Vinhos do Alentejo), e isso pode dar uma ideia do empenho que temos nesta área tão exigente e valorizada pelo consumidor de vinho. Mas é também verdade que uma boa parte dessa sustentabilidade já vem do muito trabalho realizado; quer na forma como os viticultores cuidam de cada uma das suas parcelas de modo a preservar o seu património ambiental, quer pela justa repartição do valor acrescentado que a Adega consegue, por todos os viticultores e colaboradores, de forma equilibrada e justa.

Como a Adega tem contribuído para a preservação da cultura e tradição vinícola da região?

Sem a Adega Cooperativa de Borba é difícil de imaginar o que seria hoje este sector na região. De facto, é até possível que já tivesse desaparecido. Foram as Adegas cooperativas que salvaram o vinho do Alentejo nos difíceis tempos da campanha do trigo, onde esta cultura estava longe de representar uma boa escolha económica para o agricultor. E como também é conhecido, é sempre nas alturas difíceis que o projeto cooperativo aparece como a melhor oportunidade de resistência, logo a seguir a fuga dos investidores mais oportunistas que pouco devem ao território e a história da região. Durante longas décadas a Adega cooperativa foi o repositório das práticas na vinha e na adega na região, tendo promovido, por exemplo, as boas práticas entre largas centenas de viticultores associados.

OS DESAFIOS DE UM MERCADO GLOBAL O Alentejo tem-se destacado como uma das regiões vinícolas nacionais mais importantes. Em relação ao mercado global, quais os países em que o vinho de Borba está presente?

Os vinhos da Adega de Borba viajam hoje por todo o mundo e podem ser encontrados nos mais recônditos lugares. Há, no entanto, mercados mais importantes pela tradição e pelo aumento de consumo desses países. Estão aqui incluídos; o Brasil, os EUA, a China, toda a Europa, e os países lusófonos de África.

Como a Adega Cooperativa de Borba vê a evolução deste mercado global e qual a estratégia e os desafios que antevê para o futuro?

O consumidor de vinho é hoje muito exigente, não só na qualidade técnica do produto, mas também na forma como ele é produzido, na genuinidade da sua origem, e na história que incorpora.

Esta atividade é assim muito exigente e necessita de competências em várias áreas que nem sempre as pequenas empresas podem garantir. Daí o potencial que o projeto cooperativo pode ter no futuro, porque agrega as melhores competências ao nível da vinha, a outras só disponíveis para maior escala de produção e comercialização.

Em cada marca de vinho da Adega de Borba o consumidor pode facilmente imaginar todo o empenho e rigor que o cuidador da vinha e do seu ambiente, teve durante todo um ano de trabalho.



O ANO EUROPEU DAS COOPERATIVAS, UM ANO PARA A PROMOÇÃO DA ECONOMIA SOCIAL



JUAN ANTONIO PEDREÑO
Presidente do SEE (Social Economy Europe),
e SARAH DE HEUSCH
Diretora Executiva do SEE



2025 é o **Ano Europeu das Cooperativas**, um dos pilares da economia social. Trata-se de uma grande oportunidade tanto para as cooperativas como para a economia social, uma vez que as cooperativas beneficiaram ao abraçar a sua filiação na economia social. Quando a economia social cresce, as cooperativas, como todos os actores da economia social, crescem. E nos últimos anos, há um reconhecimento crescente da economia social como um modelo de negócio que dá prioridade às pessoas em detrimento do capital, promovendo a inclusão, a sustentabilidade e a coesão social. A economia social é reconhecida como fundamental para enfrentar a crise económica, criar empregos e promover um desenvolvimento regional equilibrado. A nível internacional é reconhecida pela UE, ONU, OIT e OCDE como um motor de desenvolvimento sustentável e de inovação. O modelo é elogiado por dar resposta aos desafios societários, como a desigualdade, as alterações climáticas ou as mudanças demográficas, reforçando simultaneamente os sistemas democráticos e o crescimento inclusivo.

Mas afinal do que estamos a falar? A economia social é um vasto ecossistema ativo em TODOS os sectores de atividade, que representa 8% do PIB de toda a União Europeia, com mais de 4 milhões de empresas e organizações e mais de 11,5 milhões de empregos. É comparável à contribuição da indústria automóvel para o PIB e emprega diretamente cinco vezes mais pessoas do que a indústria automóvel. Além disso, a economia social envolve muito mais pessoas, uma vez que mobiliza 135 milhões de associados sem fins lucrativos e 90 milhões de cooperantes. Se o seu impacto económico é mensurável, é muito mais difícil medir o valor acrescentado da economia social: a sua contribuição para a coesão social, o bem-estar, a economia que gera de raiz local, a economia sustentável e a inovação.

A economia social engloba tanto empresas em sectores tão diversos como o agroalimentar, a indústria, a energia, os serviços públicos, a construção, o imobiliário, os transportes, o comércio retalhista, assim como os sectores mais sociais como a saúde e a assistência social (que representa um quarto do emprego do ecossistema), a educação e a formação, entre outros.

Destaca-se em sectores-chave para a UE, como a agricultura sustentável, a habitação, a energia, a educação e a sociedade civil. É uma economia diversificada que engloba cooperativas, sociedades mútuas e empresas de trabalho, fundações, organizações sem fins lucrativos e algumas empresas sociais.

Numa economia altamente competitiva e multicrise, a promoção de uma economia que funcione para as pessoas e para o planeta exige condições equitativas, o que implica a criação de quadros facilitadores, apoio regulamentar e participação em diálogos políticos para aumentar o impacto da economia social.

A UE é pioneira neste sentido, uma vez que adotou um Plano de Ação para a Economia Social (PAES) em 2021, que define ações até 2030. Mas muita coisa mudou desde então, como um novo Parlamento Europeu, uma nova Comissão com novas prioridades ligadas às crescentes tensões geopolíticas e ao atraso na competitividade. Estas mudanças poderiam ter posto em causa o PAES, mas graças à ação da SEE e à mobilização do ecossistema em toda a UE, a economia social continua a ser forte nas instituições mais importantes da UE: a Comissão (com a Vice-Presidente da Comissão, R. Mînzatu, responsável pela economia social) e o Parlamento. Com a economia social a ser impulsionada ao mais alto nível político, podemos ter a certeza de que o PAES continuará a ser cumprido. De facto, há ainda muito a fazer para reindustrializar a EU, de forma a que se adapte à realidade do século XXI, de modo a preservar o modo de vida da UE, que se baseia na diversidade, na solidariedade e no diálogo, estes são os ingredientes essenciais para uma Europa social forte.

A economia social é a única que provou ser capaz de enfrentar desafios tão diversos, porque é o único modelo económico que encara o lucro como um meio e não como um fim, em benefício das suas comunidades e graças a uma governação democrática.

Este ano é o ano cooperativo, um ano que celebra uma das famílias nucleares da economia social, por isso é uma ótima oportunidade para promover a visibilidade de uma economia que trabalha em prol das pessoas e do planeta. **Quem sabe se daqui a alguns anos não teremos um ano europeu da economia social?**

COOPERATIVAS E GÉNERO

DEOLINDA MEIRA,
Professora Coordenadora e Investigadora do Politécnico do Porto/ISCAP/CEOS.PP e Provedora para a Equidade, Diversidade e Inclusão do Politécnico do Porto



Na resolução A/RES/78/289¹, de 19 de junho de 2024, que proclama 2025 como o Ano Internacional das Cooperativas, as Nações Unidas reconhecem o papel das cooperativas na luta contra a discriminação de género.

Diversos estudos publicados nos últimos anos² têm destacado que o equilíbrio de género nos cargos de liderança das cooperativas está acima da média dos demais setores, com destaque para os cargos de direção intermédia em que existe uma prevalência do género feminino. Ainda que se verifique alguma assimetria, esta será menor que nos demais setores. Tais estudos referem igualmente o papel das cooperativas na inclusão das mulheres no mercado de trabalho, sublinham que este setor se revela em matéria de participação mais equitativo que os demais e que é promotor de um trabalho digno, inclusivo e sustentável. No mesmo sentido, diversos documentos internacionais, com destaque para os produzidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT)³, reconhecem a capacidade de as cooperativas contribuírem para o empoderamento das mulheres, promoverem a igualdade de género no seu âmbito, reprimindo atos discriminatórios.

Tais dados explicam-se pelo facto de as cooperativas beneficiarem de um regime jurídico que assenta na primazia da pessoa e que promove a igualdade e a equidade na admissão, na participação na atividade económica e na governação, na repartição dos resultados e no acesso à educação e formação. Este regime funda-se num conjunto de princípios e valores, definidos pela Aliança Cooperativa Internacional, em Manchester, em 1995, e que integram o conceito de *Identidade Cooperativa*⁴.

As cooperativas não têm um fim próprio ou autónomo face aos seus membros, sendo um instrumento de satisfação das necessidades individuais (de todos e de cada um) dos cooperadores, que, no seio dela, e através dela, em cooperação e entreajuda, trabalham, consomem, vendem e prestam serviços, promovendo o desenvolvimento económico e a consequente melhoria da qualidade de vida dos seus membros.

A cooperativa é uma empresa de propriedade coletiva, ou seja, é propriedade daqueles e daquelas que proporcionam os recursos que permitem o seu funcionamento. É uma empresa autogestionada, porque os titulares dos seus órgãos são cooperadores, aos quais se reconhece legalmente um direito/dever de eleger e ser eleito em igualdade e sem discriminações.

A cooperativa é uma empresa que se organiza e funciona democraticamente, por força do princípio cooperativo da *gestão democrática pelos membros*, que valoriza a participação ativa e em igualdade de condições dos cooperadores no funcionamento das cooperativas, no seu controlo, na formulação de políticas e na tomada de decisões fundamentais, com base na regra de um membro, um voto.

A admissão dos membros obedece ao princípio cooperativo da *adesão voluntária e livre*, o qual dispõe que as cooperativas estão abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços, sem quaisquer discriminações. A admissão dos membros assenta num princípio de equidade económica, que resulta do princípio cooperativo da *participação económica dos membros*, e que torna a cooperativa uma entidade caracterizada por um equilíbrio do poder económico dos seus membros, o que em si mesmo é fomentador de uma cultura empresarial mais inclusiva e equitativa.

A partilha da propriedade da cooperativa, assente numa gestão democrática e participada, permitirá uma mais justa distribuição do valor criado, que ficará nas mãos das pessoas que realmente o geraram e que é repartido em função da participação de cada cooperador na atividade da cooperativa, não sendo admissível qualquer critério discriminatório, designadamente em função do género.

Finalmente, cumpre referir que as cooperativas devem observar o princípio da *educação, formação e informação*, recaído sobre o órgão de administração o dever de organizar as atividades necessárias para que todo e qualquer cooperador adquira capacidades e conhecimentos que reforcem a sua cultura organizacional, assente nos princípios e valores cooperativos, bem como adequadas competências técnico-profissionais, permitindo-lhes uma melhor compreensão dos modelos de governação e fiscalização da cooperativa, potenciando a profissionalização da gestão e induzindo os cooperadores a participar ativamente na sua cooperativa.

¹ <https://digitallibrary.un.org/record/4053387?ln=en&v=pdf>

² <https://genderequality.coop/es/fomentan-cooperativas-equidad-genero>; <https://cases.pt/relatorio-cases-retrato-da-mulher-no-sector-cooperativo-portugues/>

³ <https://www.ilo.org/resource/other/sse-gender-equality>

⁴ <https://ica.coop/en/cooperatives/cooperative-identity>



ANTÓNIO BRITO

Presidente da UCASUL - União de Cooperativas Agrícolas UCRL.,

fala-nos dos desafios que este sector enfrenta, nomeadamente no que diz respeito às dificuldades encontradas na capacidade de escoamento/processamento da azeitona, assim como do papel da UCASUL na valorização deste produto de excelência e a capacidade de alavancagem económica e social que esta união de cooperativas tem na economia da região onde se inserem.

Quais são os grandes desafios que esta atividade enfrenta, nomeadamente ao nível da região e a UCASUL em particular?

O setor olivícola no Baixo Alentejo enfrenta alguns desafios significativos, sendo a comercialização de azeite a preços justos um dos principais. Após dois anos de preços elevados, assistimos a uma descida que compromete a viabilidade de muitos olivais, especialmente os tradicionais, que correm o risco de abandono devido aos elevados custos de manutenção. Além disso, Portugal produz azeite de excelente qualidade, mas a comercialização é maioritariamente feita a granel, exportando-o em cisternas para Espanha e Itália, onde é embalado e vendido com maior valor. Repensar esta estratégia e investir no embalamento e promoção direta ao consumidor, de forma a aumentar o valor acrescentado e garantir uma maior competitividade é crucial, mas exige políticas públicas de promoção e apoio ao setor.

A modernização dos olivais também trouxe desafios operacionais. Nos sistemas intensivos e superintensivos, a colheita mecanizada num curto período de tempo sobrecarrega os lagares, dificultando a gestão da extração de azeite de qualidade.

Na UCASUL, o grande desafio é acompanhar o crescimento do volume de bagaço de azeitona entregue pelos lagares associados. É crucial assegurar a capacidade de processamento e valorização desses subprodutos, garantindo que não se tornem um problema ambiental e económico.

Uma das dificuldades sentidas tem sido a capacidade de escoamento/processamento da azeitona.

O que seria necessário para melhorar ou até resolver esse desafio?

Resolver esta questão exige investimentos estruturais em toda a cadeia produtiva. Os lagares precisam de equipamentos mais eficientes e pátios de receção adaptados para lidar com o grande volume de azeitona entregue.

A UCASUL, por sua vez, deve continuar a reforçar a sua capacidade de armazenamento e processamento do bagaço de azeitona, garantindo que este pode ser tratado ao longo do ano e evitando estrangulamentos durante a campanha. Isso é essencial para impedir a interrupção do funcionamento dos lagares, que teria consequências catastróficas para o setor.

Além disso, começa a verificar-se a dificuldade crescente na contratação de transportes de mercadorias durante a campanha. É necessário explorar soluções logísticas que assegurem o transporte de azeitona, bagaço e azeite, minimizando os impactos desta limitação.

Considera que UCASUL tem um papel primordial como alavanca da economia local e na fixação de população em territórios de baixa densidade?

Sem dúvida. A UCASUL desempenha um papel crucial na dinamização económica do Baixo Alentejo, garantindo o escoamento e valorização dos subprodutos da produção de azeite, como o bagaço, caroço e água de vegetação.

Esta atividade não só resolve os desafios ambientais dos lagares, como também contribui para a viabilidade económica das cooperativas associadas, que por sua vez apoiam muitos agricultores.

Através da sua atividade, a UCASUL ajuda a manter os lagares em funcionamento, permitindo que os agricultores continuem a produzir e garantindo a sua subsistência. Isso é essencial para a fixação de população em áreas rurais, preservando o património cultural e promovendo o desenvolvimento económico local.

O AZEITE PORTUGUÊS NA CONQUISTA DE NOVOS MERCADOS INTERNACIONAIS

Quais foram os investimentos realizados e os que estão previstos?

Nos últimos anos, a UCASUL realizou importantes investimentos para aumentar a eficiência e a sustentabilidade das suas operações, incluindo:

- A aquisição de dois secadores rotativos para aumentar a capacidade de secagem do bagaço de azeitona.
- A modernização dos ciclones de apoio aos secadores.
- A instalação de estações de tratamento de emissões gasosas, utilizando filtros eletrostáticos húmidos, reforçando o compromisso ambiental.
- A renovação da impermeabilização das charcas utilizadas para a receção do bagaço de azeitona.

Estes investimentos permitiram aumentar a capacidade de processamento, melhorar a qualidade do óleo extraído e reduzir o impacto ambiental das operações.

Para 2025, está prevista a instalação de uma unidade de extração mecânica de óleo do bagaço e de um sistema de tratamento de águas provenientes dos filtros eletrostáticos. Estes projetos refletem o compromisso contínuo da UCASUL com a sustentabilidade, a inovação e o desenvolvimento do setor olivícola, garantindo o futuro das cooperativas associadas.

Sendo o azeite um produto de excelência e fazendo parte da dieta mediterrânea, património da UNESCO. Considera que a conquista do mercado internacional é um dos objetivos?

O setor olivícola nacional tem registado uma evolução notável nos últimos anos, com a plantação de olivais mais produtivos e a modernização tecnológica dos lagares, o que resultou num aumento exponencial da produção de azeite. Atualmente, Portugal é um importante exportador, com destaque para mercados como o espanhol e o brasileiro. No entanto, com o crescimento contínuo da produção nacional, será fundamental diversificar os destinos de exportação e conquistar novos mercados internacionais, aproveitando o prestígio do azeite português como um produto de qualidade excepcional e potenciando mais valias superiores para os produtos das cooperativas.

Quais os projetos para 2025 que podemos destacar?

Em 2025, a UCASUL continuará a consolidar os seus esforços na valorização do bagaço de azeitona, explorando alternativas sustentáveis como a produção de biogás e compostagem, bem como reforçando as medidas de eficiência energética e hídrica. Além disso, a organização planeia intensificar a colaboração com entidades científicas e empresariais para desenvolver tecnologias inovadoras, aumentando o valor acrescentado para os seus associados.

Estas iniciativas não só reforçam a sustentabilidade económica e social do setor olivícola como garantem o crescimento e a competitividade da produção nacional em mercados diversificados.



A UCASUL desempenha um papel crucial na dinamização económica do Baixo Alentejo, garantindo o escoamento e valorização dos subprodutos da produção de azeite, como o bagaço, caroço e água de vegetação.



JOSÉ DUARTE

Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos,

explica o percurso destes 70 anos de atividade da cooperativa, mas também os maiores desafios que o futuro traz a um território que é afetado pela seca e de baixa densidade.



José Duarte, Qual tem sido o percurso da Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos?

Ao longo dos seus 70 anos, a Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos tem tido um percurso notável, de crescimento continuado. Obviamente, com alguns períodos da sua história mais complicados, que são normais para uma organização que cresceu bastante. Com o empenho dos nossos olivicultores e dos colaboradores desta casa, tornámo-nos na maior cooperativa de olivicultores do país e somos hoje uma referência da olivicultura portuguesa. Ao longo deste percurso afirmámos um produto de excelência que é símbolo da nossa região, em que o nome da cidade e do azeite se confundem, o Azeite de Moura.

Atualmente, a nossa cooperativa tem 4.000 associados, dos quais 1.300 são olivicultores. A área de olival total dos nossos olivicultores é de 20.000 hectares, com predominância do olival tradicional de sequeiro. A produção média da Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos é de 6.500 toneladas de azeite por ano. Ao longo dos últimos 15 anos, a Cooperativa realizou vários investimentos para adaptar as suas instalações ao aumento de produção dos nossos olivicultores, com foco não só na aquisição de equipamentos modernos de receção de azeitona, mas também de extração e armazenamento de azeite. Essa melhoria de processos permitiu que cerca de 98% dos nossos azeites sejam de qualidade superior, mas principalmente, permitiu modernizar e tornar a nossa Cooperativa mais eficiente. Estes investimentos transformaram completamente o espaço físico das nossas instalações e permitem-nos ter atualmente uma capacidade instalada de moenda de azeitona de 1.800 toneladas/dia, associada a uma capacidade de armazenamento de 11.500 toneladas de azeite.

COM UM PERCURSO DE 70 ANOS, TORNOU-SE UMA REFERÊNCIA DA OLIVICULTURA PORTUGUESA

Sendo que esta é a maior cooperativa olivícola do País, qual a estratégia de forma a criar um produto de excelência, e ao mesmo tempo, contribuir para alavancagem da economia deste território?

A Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos está situada na zona de excelência de olival em Portugal - não é por acaso que desde os tempos dos Fenícios que existem aqui olivais. A estratégia adotada há muitos anos pelas sucessivas direções, administrações e equipas de gestão, foi apostar no embalamento dos nossos azeites para valorizar a venda dos mesmos e, com isso, tornar mais competitivos os nossos olivicultores. A cooperativa tem uma particularidade: nós não compramos nem azeitonas, nem azeite a terceiros. Ou seja, tudo o que sai desta casa é proveniente da produção dos nossos associados, o que é extremamente desafiante, porque a maioria dos olivais dos nossos associados são tradicionais de sequeiro com produções baixas e de grande alternância com safras e contrassafas.

Há 30 anos, foi constituída a DOP Moura e hoje somos a maior e mais antiga DOP de Portugal. Esta visibilidade reforçou a excelência dos nossos azeites e permitiu-nos apostar no mercado de embalados através da nossa marca, com os nossos azeites a serem sinónimo de qualidade, autenticidade e genuinidade. Estamos no mercado de embalados com os azeites da marca Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos, através de quatro referências. O "Azeite Moura DOP", que é o nosso ex-libris, um azeite produzido das nossas variedades autóctones Galega, Cordovil e Verdeal; depois temos também uma marca centenária que apenas é distribuída na nossa região que é o "Salúquia"; o "Lote Seleção" que é um *blend* com os melhores azeites de cada campanha e, por último, uma marca bastante recente e que tem sido a nossa aposta para os mercados de exportação com variedades não DOP. Por outro lado, temos também diversas parcerias com as grandes superfícies através do fornecimento de azeite para as marcas de distribuição, tanto em Portugal como também nos mercados externos. O nosso foco principal é a venda de azeite embalado.

A excelência e a qualidade dos nossos azeites tem sido reconhecida pelos diversos prémios que a Cooperativa tem conquistado ano após ano nos diversos concursos de azeite, não apenas a nível nacional, mas principalmente, internacional. Para uma cooperativa que recebe azeitona de 1.300 associados é um feito absolutamente notável e reflete a paixão e a dedicação que os nossos olivicultores entregam ao olival.

Os concelhos de Moura e de Barrancos estão localizados no Alentejo profundo onde o tecido empresarial não é significativo e onde, obviamente, a agricultura é o motor da economia. A agricultura na nossa região é dominada pela olivicultura (e também pela pecuária extensiva) e a cooperativa desempenha um papel fundamental na sustentabilidade ambiental, económica e social do nosso território. A nível económico, garantimos o rendimento dos 1.300 olivicultores associados e dos seus trabalhadores permanentes.

A circularização da nossa Cooperativa tem desde prestadores de serviços agrícolas, vendedores de equipamentos, fatores de produção, entre outros. Uma particularidade muito interessante na nossa região é que praticamente todas as famílias tem uma ligação à nossa cooperativa, quer direta ou indiretamente.

Sendo esta uma região de baixa densidade, de que forma a cooperativa consegue promover o investimento no sector, a empregabilidade e a fixação de população?

Este é o tema essencial para a coesão e sustentabilidade futura desta região e sobre o qual a Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos tem vindo a alertar o poder central ao longo dos anos. Os nossos agricultores enfrentam dois graves problemas estruturais que afetam o desenvolvimento da atividade agrícola e a sua modernização e eficiência. Em primeiro lugar, a Rede Natura 2000, onde se inclui cerca de 2/3 da área de intervenção da nossa Cooperativa e, que, com o chavão da sustentabilidade ambiental e da proteção da fauna e flora, está a colocar em vias de extinção nestes territórios o Homem Agricultor através da imposição de medidas extremamente limitativas - com proibições à prática de uma agricultura moderna, eficiente e que torne possível a manutenção da atividade agrícola, essencial para a fixação de pessoas à terra. Tudo isto é feito em propriedade privada e com compensações por perdas de rendimento completamente anedóticas. O que a nossa cooperativa defende, para além da flexibilização da Rede Natura é que, se os nossos agricultores estão a prestar um serviço ambiental a Portugal e à União Europeia, então têm de ser ressarcidos pelas perdas económicas que resultam destes serviços. É altura de revermos as limitações, impostas desde 2004, que tanto têm prejudicado a agricultura e os agricultores do nosso concelho e efetuar uma avaliação de forma rigorosa e com base científica.

O outro grande problema que afeta a nossa agricultura é a falta de água. Apesar de estarmos ao lado do grande lago de Alqueva e dos nossos agricultores terem sido expropriados para que se construísse e enchesse esta grande obra, a realidade é que não temos infraestruturas de regadio.

Existe a promessa de construção dos blocos de rega de Moura e Póvoa - Amareleja desde 2018, e o Ministro da Agricultura de então o Dr. Capoulas Santos, anunciou a construção de 10.000 hectares e a sua conclusão em 2021. A realidade é que estamos em 2025 e vamos ter a construção de apenas 7.500 hectares, sabendo de antemão que neste momento só há verba para se avançar com 1.200 hectares referentes ao bloco de Moura. Esta situação é inaceitável e devia corar de vergonha os nossos políticos, que andaram a prometer e a assumir compromissos com os nossos agricultores. Ao não honrarem a palavra dada e assumida até na Assembleia da República pela anterior Ministra da Agricultura, estão completamente descredibilizados perante as nossas gentes. Esta percepção que temos dos nossos políticos melhorará um pouco quando se cumprir a construção dos blocos de rega há muito prometidos. Só com a resolução destes dois problemas gigantescos é que é possível mantermos a coesão territorial, fixar jovens nos nossos territórios, travar a desertificação e atingir uma verdadeira renovação geracional de agricultores. Se não podermos utilizar os melhores solos para a produção de alimentos, em breve não haverá pessoas para cuidar da terra e o abandono dos campos é uma realidade, com graves problemas para a biodiversidade ambiental, pois não nos podemos esquecer que são os agricultores os verdadeiros guardiões ambientais, são eles que cuidam da fauna e flora e que preservam o território para as próximas gerações. Se nada for feito a curto prazo ninguém fica numa atividade que para além de exigente, é pouco atrativa na nossa região, com excesso de condicionantes. Com o abandono dos campos por não termos agricultores, os prejuízos ambientais e económicos para o país são brutais, a começar pelos fogos e as suas consequências para a fauna e flora.

Pessoalmente, acredito na construção dos blocos de rega há muito prometidos no nosso concelho e na flexibilização da Rede Natura com equilíbrio na sustentabilidade económica e ambiental, e que é imprescindível para mantermos uma coesão territorial importantíssima nestes territórios do interior de Portugal. Com esta transformação, obviamente, que a agricultura irá ter um peso ainda mais preponderante na economia local, fixando jovens e garantindo emprego e melhoria das condições de vida a quem decide trabalhar no campo. Vai permitir que passemos de uma agricultura de subsistência para uma agricultura moderna, com recurso a ferramentas tecnológicas em busca de eficiência e da sustentabilidade ambiental. Ganha a região, ganha o país e ganha a economia nacional, pois para além de produzirmos alimentos com qualidade e segurança alimentar para a mesa dos portugueses, contribuímos também para o equilíbrio da balança comercial. Não nos podemos esquecer que o setor do azeite exportou mil milhões de euros em 2023.

Ao nível da sustentabilidade como integram o aproveitamento dos subprodutos, as boas práticas nos processos produtivos, na logística e no produto final?

Nós temos de encarar sempre a sustentabilidade assente em três pilares, o económico, o social e o ambiental pois só assim conseguimos contribuir para um futuro melhor. Tanto a cooperativa como os seus associados têm uma grande preocupação com o aproveitamento dos subprodutos associados à nossa atividade.

Esta preocupação começa no campo com o aproveitamento dos restos da poda do olival que são triturados na própria entrelinha do olival e constituídos fonte de matéria orgânica essencial para a nutrição do olival.

Durante a campanha de azeitona, a Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos aproveita os subprodutos, nomeadamente, as folhas de oliveira provenientes do campo e que são separadas no processo de descarga, antes da pesagem da azeitona. Por outro lado, através de um processo mecânico, aproveitamos e separamos o caroço da azeitona que depois serve de combustível para as nossas caldeiras de aquecimento. O resto do caroço, bem como as folhas de oliveira são vendidas para biomassa.

O subproduto mais importante, que é o bagaço de azeitona, é enviado para a UCASUL onde também irá receber um tratamento adequado para otimizar todo circuito de valorização dos subprodutos.

Sendo uma atividade Agroindustrial, a Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos tem de cumprir um conjunto de requisitos e de certificações que dão garantias aos consumidores que estão cada vez mais conscientes no que se refere à segurança e qualidade alimentar.

Temos em vigor o sistema de gestão alimentar através da norma de certificação internacional ISO22000. Estão a decorrer neste momento mais dois processos de certificação. Estas certificações demonstram o nosso compromisso com a segurança alimentar e a satisfação do cliente, apoiando a cooperativa na proteção da sua imagem corporativa e de valorização da marca. Para além de todos estes processos, somos também frequentemente auditados pelos nossos clientes de azeite embalado.

De referir também que os nossos olivicultores são obrigados a cumprir um conjunto de regras e obrigações impostas pela União Europeia, como por exemplo a condicionalidade, boas práticas agrícolas ou modos de produção biológico e integrada. Todas estas medidas são auditadas pelo estado português através do IFAP (Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.), mas também por entidades certificadoras externas.

De que forma integram o I&D na vossa estratégia de atuação, mas também como fazem a disseminação do conhecimento pelos vossos associados e comunidade?

A inovação e desenvolvimento tem sido fundamental no crescimento do setor olivícola em Portugal, que assistiu nos últimos anos a uma grande transformação e modernização.

Com a água do Alqueva, o Alentejo tornou-se numa referência da olivicultura mundial. Aqui podemos encontrar os olivais mais modernos, eficientes e sustentáveis do mundo, com tecnologia de ponta, produtivos e que tornaram o país no produtor de azeite com maior percentagem de azeite de qualidade a nível mundial.

A atuação da cooperativa tem sido de transmitir informação aos seus associados de uma forma recorrente, através de várias sessões de esclarecimento que se realizam ao longo do ano, onde são abordadas temáticas relacionadas com o olival - desde a poda, a fertilização, a melhoria dos solos, o uso eficiente da água, mas também a utilização de novas tecnologias que estão ao serviço do agricultor e que o tornam cada vez mais competitivo e eficiente.

Uma das nossas grandes preocupações é tornar as nossas variedades autóctones mais resilientes ao clima e às pragas e doenças, mas também adaptá-las aos modos de plantação mais modernos. É um caminho longo que requer tempo e principalmente muita investigação. Existe uma parceria entre a Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos e um grande viveirista de plantas mundial para melhorar as nossas variedades. É um trabalho que tem de ser feito também com a Academia para preservarmos as nossas variedades e a identidade dos nossos azeites.



Nas nossas instalações existe uma preocupação constante junto dos nossos fornecedores de adquirirmos equipamentos com tecnologia de ponta que nos permitam ser mais eficientes em termos de sustentabilidade durante a campanha de azeitona, e preservar as características e as qualidades organolépticas da azeitona que é entregue na nossa cooperativa e, com isso, garantir azeites de alta qualidade.

Quais os projetos e objetivos a cumprir em 2025?

O ano de 2025 vai ser bastante interessante para a nossa cooperativa. Em termos de marketing, vamos aumentar o nosso portfólio de azeites da marca Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos, através do lançamento durante o primeiro trimestre, de dois azeites monovarietais. As variedades são a Galega e a Cobrançosa, que tem características muito próprias, bastante distintas e que estão associadas a uma história, que achamos que vai ter uma grande aceitação por parte dos nossos consumidores.

Atualmente o espaço físico onde nos encontramos, apesar dos investimentos efetuados, torna-se limitado e já não temos capacidade de crescer dentro das nossas instalações. Ao mesmo tempo, qualquer investimento que se faça é demasiado oneroso.

Para preparar a próxima campanha de azeitona que, à data, se perspetiva que venha a ser uma grande campanha, vamos fazer alguns investimentos nas atuais instalações, nomeadamente, a substituição de duas linhas de receção de azeitona de 40 toneladas por hora, por duas novas linhas com o dobro da capacidade.

Por outro lado, vamos aumentar a capacidade de moenda em mais 1.000 toneladas/dia, o que nos vai permitir ter uma capacidade total de moenda de azeitona de 2.800 toneladas/dias. Todos estes investimentos irão ser aproveitados para o novo lagar, sobre o qual já me irei debruçar.

Historicamente as campanhas de azeitona começavam em novembro e prolongavam-se até fevereiro, no entanto, nos últimos anos temos assistido a uma mudança nos timings de recolha de azeitona, que começam em Outubro e que nesta campanha terminou em meados de janeiro. Esta redução de tempo de apanha da azeitona faz com que tenhamos um aumento na quantidade de entregas diárias de azeitona por parte dos nossos associados. Por exemplo, nesta última campanha trabalhamos quatro semanas sempre no limite da nossa capacidade instalada. Por isso mesmo, é imperativo que a cooperativa se adapte, primeiro para ter capacidade de resposta às entregas de azeitona dos associados, mas sobretudo para preservar a qualidade e características dos nossos azeites. E isso só é possível se conseguirmos moer a azeitona pouco tempo depois de ser entregue pelo agricultor na cooperativa, só assim é vai ser possível continuarmos a obter azeites de qualidade.

Para prepararmos o futuro da cooperativa, em 2024 assinámos um contrato de urbanização com a Câmara Municipal de Moura, que nos cedeu um terreno para a construção de um novo lagar. Este será o grande projeto e a principal prioridade da Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos para os próximos anos.

Com a construção dos blocos de rega de Moura e Póvoa-Amareleja, vamos ter um aumento significativo de produção de azeitona por parte dos nossos associados. A construção do novo lagar é parte integrante de um projeto mais abrangente que começa nos nossos postos de receção de Póvoa de São Miguel e de Amareleja, onde serão efetuados investimentos para aumentar a capacidade de receção de azeitona, e também na melhoria e aumento da capacidade do nosso posto de Sobral da Adiça.

Estes investimentos vão permitir à nossa cooperativa ter um dos lagares mais modernos do mundo, com o recurso à transformação digital que está a tornar os lagares cada vez mais eficientes e sustentáveis, com um controlo de todo o processo de gestão desde a receção de azeitona até à saída do azeite embalado. Este investimento é essencial para nos mantermos como uma referência da olivicultura nacional, mas, principalmente, para fazer face aos desafios que nos são propostos pelos nossos parceiros comerciais. A Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos embala hoje cerca de 30 referências de azeite, entre a nossa marca e a marca de distribuição. É imperativo aumentar a capacidade de embalagem e de armazenamento do produto final.

Por último, volto a reforçar que gostávamos também que fossem efetuados progressos significativos na construção dos blocos de rega de Moura e Póvoa-Amareleja e, claro, que se efetuasse uma revisão da Rede Natura e de qualquer plano de gestão que seja prejudicial para os nossos agricultores e consequentemente para a região. **Temos efetuado várias diligências junto do Sr. Ministro da Agricultura, mas também da Sra. Ministra do Ambiente para que se flexibilize a Rede Natura e com isso consigamos atingir a sustentabilidade ambiental, mas também a económica e a social.**



O COOPERATIVISMO COMO CAMINHO PARA UM MUNDO MAIS JUSTO

A CONFECOOP – Confederação Cooperativa Portuguesa CCRL, é uma organização de representação de cúpula nacional do sector cooperativo não agrícola, criada a 14 de Abril de 1988, onde se integram atualmente as seguintes federações: FENACERCI – Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social; FENACHE – Federação Nacional de Cooperativas de Habitação Económica; e suas cooperativas associadas.

Recentemente, procedeu à alteração dos seus Estatutos para permitir a filiação de cooperativas de primeiro grau, que pertençam a ramos que não têm federações representativas.

A prática de intercooperação instituída entre estas estruturas e a coresponsabilização dos seus membros são o mote para a capacitação organizacional da Confederação, constituindo-se assim como uma entidade de referência – no e do sector cooperativo –, bem como junto dos poderes públicos e da comunidade em geral.

A CONFECOOP centra a sua atuação em valores de solidariedade e cooperação, num diálogo permanente com o sector da Economia Social e com o sector privado, mantendo simultaneamente uma relação de cariz autónomo e independente com o Estado através dos vários órgãos de poder central, regional e local.

Defende uma forma diferente de organização do processo económico por meio do modelo cooperativo socialmente responsável como fator de desenvolvimento assente em princípios cooperativos, de igualdade de poder, de liberdade e de democracia. Pretende simultaneamente contribuir para o reconhecimento público do sector como parceiro incontornável a par com os demais agentes económicos, sociais, culturais e políticos.

A DEFESA DO COOPERATIVISMO NO CONTEXTO NACIONAL

A proclamação de 2025, pela ONU, como Ano Internacional das Cooperativas contribuirá, à semelhança do que aconteceu em 2012, para sensibilizar as opiniões públicas para o importante papel das cooperativas na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

É essa a convicção da atual Direção da CONFECOOP, que vê a proclamação da ONU como «a valorização de um modelo de negócio centrado nas pessoas, inspirado na ética, na coresponsabilização, na democracia, na equidade e na solidariedade».

Uma celebração, pois, que reforça, no entender desta organização representativa, o importante papel das cooperativas na construção de um mundo melhor. Citando António Sérgio, lembramos que «o cooperativismo é um movimento de ascensão moral, de reforma social, que se serve, como instrumento, das necessidades económicas dos homens».

A CONFECOOP espera, contudo, que a visibilidade global conferida pela efeméride permita dar impulso também à colaboração das estruturas representativas com os decisores políticos no plano nacional. Ao parafrasear Rui Namorado, que caracteriza a cooperação como uma «constelação de esperanças», a Direção da CONFECOOP lembra que «há lutas a travar, muito trabalho a fazer e muito diálogo por concluir».

Entre os desafios que se colocam à Economia Social em geral, e ao sector cooperativo em particular, há um que se destaca: o do reconhecimento do peso das cooperativas na riqueza do país. «Contribuímos para a economia nacional em 3,2% do VAB – Valor Acrescentado Bruto, e geramos 5,2% do emprego. Merecemos ter assento no diálogo e na concertação social», defende a Direção, que aguarda também pela regulamentação da Lei de Bases da Economia Social e pela tradução, em forma de lei, do Estatuto Fiscal para a Economia Social, essenciais para a sustentabilidade das organizações do setor.

A Confederação está também empenhada na elaboração da legislação setorial do ramo cooperativo, que permita às cooperativas fazer face aos contextos cada vez mais exigentes e competitivos. «Mas que este processo seja o resultado de um profundo debate que nos permita harmonizar e transformar inteligentemente os dissensos e reservas em consensos que tornem o movimento cooperativo mais forte e coeso», sublinham os dirigentes da CONFECOOP.

AS COOPERATIVAS NA CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA DE PORTUGAL

- O papel das Cooperativas de Solidariedade Social - CERCI, na Economia do Cuidado, na inclusão, na reabilitação, na capacitação, na educação, na saúde e na ação social.
- O papel relevante das cooperativas de habitação na resposta às necessidades habitacionais.
- O papel das cooperativas de seguros na resposta às várias especificidades de risco, em particular, do mundo da pesca.
- O papel das cooperativas de Ensino Superior e no reforço da democratização do acesso ao conhecimento.
- O papel no apoio à produção criativa e cultura.
- O papel na coesão territorial e expressão da vontade comunitária.

CENTRAMOS A NOSSA ATUAÇÃO EM VALORES DE SOLIDARIEDADE E COOPERAÇÃO



FÓRUMS DE REPRESENTAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL

A CONFECOOP, enquanto organização de cúpula, com assento na Comissão Permanente do Setor Social e Solidário, encontra-se representada em diferentes fóruns e organismos de âmbito nacional e internacional, nomeadamente:

- CES – Conselho Económico e Social;
- CNES Conselho Nacional para a Economia Social;
- CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social;
- CPES – Confederação Portuguesa para a Economia Social;
- ACI – Aliança Cooperativa Internacional; Cooperatives in Europe;
- CECOP - Confederação Europeia das Cooperativas Industriais e de Serviços;
- OCPLP – Organização Cooperativista dos Povos de Língua Portuguesa;
- CIRIEC Portugal;
- e ESMED – Rede Euromediterrânea de Economia Social.

O JOGO DA COOPERAÇÃO PARA OS MAIS JOVENS
Em 2021, a CONFECOOP lançou o “Jogo da Cooperação”, uma ferramenta lúdica inspirada no tradicional “Jogo da Glória”, que visa levar aos mais jovens os conceitos da cooperação e da interajuda. Está disponível nas bibliotecas escolares.

JOGO DA COOPERAÇÃO

COOPERA PARA ATINGIR A GLÓRIA!

REGRAS

Jogar só com um dado.
O jogo termina quando um jogador atinge a casa 52 com número exato.
Exemplo: Se o jogador estiver na casa 51, e jogar um 3 no dado, vai para a casa 50.

Casas Especiais:

- Dados: joga outra vez;
- Escadote: passa para a casa onde termina o escadote, seja no sentido ascendente ou descendente;



HERDADE DA CONTENDA E AZEITE DE MOURA, UMA DUPLA VENCEDORA NO ALENTEJO



ÁLVARO AZEDO

Presidente da Câmara Municipal de Moura, fala-nos sobre as características ímpares deste território, destacando o projeto da Herdade da Contenda, onde se preserva a vida animal e a biodiversidade, sendo considerado como um santuário ambiental, assim como, o azeite, produto de qualidade superior, medalhado e pertencente a uma região que é denominada como Origem Protegida pela União Europeia.



A Herdade da Contenda é um espaço público gerido pela Câmara Municipal de Moura, quais os projetos integrados que estão a ser desenvolvidos?

A Herdade da Contenda desenvolve um universo de projetos integrados que visam promover o destino Moura, ao nível ambiental, cultural e também cinegético (a Contenda é Zona de Caça Nacional). Mas existem outros projetos dos quais somos parceiros por exemplo, associado à preservação do abutre preto – *Projecto Life Aegypius Return*. Atualmente temos 21 casais desta espécie considerada como “*Criticamente Ameaçada de Extinção*” na nossa herdade.

Temos uma importante missão ao nível das boas práticas florestais, sendo a Contenda um Perímetro Florestal e ainda uma “Mata Modelo” no âmbito do Plano Regional de Ordenamento Florestal, mas também ao nível da pecuária, na conservação de 2 raças autóctones de pequenos ruminantes: a Cabra Serpentina e a Ovelha Merino Preto.

É importante para nós saber que a Herdade é esse santuário de atividades tão diversas, mas todas elas, resultam de uma ligação ao território e às entidades que o reconhecem como uma empresa sólida a este nível. Por exemplo em 2020, a Herdade recebeu o Prémio Nacional de Paisagem.

Recebemos este prémio através do nosso projeto “Uma Paisagem de referência na Raia”. Em termos mediáticos esta atribuição foi muito importante, porque até 2017, pouco se sabia da Herdade.

De que forma estes projetos integrados podem alavancar economia local, a área social, o turismo e as atividades relacionadas com a agricultura?

Criámos o Centro Contenda Natur, que assenta não só no turismo de natureza, mas também na sensibilização e educação ambiental. Trata-se de um polo de recepção de visitantes associado a uma programação anual própria, com visitas, eventos, formações e outras atividades. Recuperámos casas que se tornaram numa espécie de sala de aula e laboratórios, onde acolhemos os nossos visitantes. Disponibilizamos um conjunto de percursos interpretativos diversificados, além da iniciativa designada por **Dia Aberto**.

De futuro, pretendemos criar condições de alojamento associadas às atividades de Turismo de Natureza.

A nível cinegético, promovemos um conjunto de atividades que visam a caça Maior do Veado, Javali e Muflão. As atividades são cada vez mais procuradas por caçadores nacionais e internacionais. A excelência da gestão levou à atribuição do galardão Wildlife Estates e ainda, nos últimos dois anos, à atribuição do Prémio da Melhor Mancha Mista do Ano, por parte do Clube Português de Monteiros. Além disso, produzimos um mel com excelente qualidade. Também a atividade pecuária, gera obviamente receitas.

A Herdade da Contenda autofinancia-se, construímos um conjunto de projetos agrícolas e cinegéticos que permite a sua autonomia.

Herdade da Contenda tem sido um exemplo importante de conservação ambiental na região. Quais são as principais ações que têm sido realizadas para promover a biodiversidade nessa área?

A manutenção e valorização da biodiversidade é precisamente uma das atribuições da Empresa Municipal Herdade da Contenda. Neste sentido são desenvolvidas ações de gestão ao nível do habitat, a disponibilização de alimento para

as espécies alvo, a recuperação e construção de ninhos para o abutre-preto, a gestão de um Campo de Alimentação de Aves Necrófagas, a identificação e proteção da regeneração natural, o desenvolvimento de ações para salvaguarda do saramugo. Para além da gestão ativa, a Contenda tem vindo a apoiar a investigação da biodiversidade.

A conservação da natureza é realizada em sinergia com as atividades cinegéticas, desenvolvidas no âmbito do Plano de Gestão da Zona de Caça Nacional do Perímetro Florestal da Contenda. A este respeito, há uma responsabilidade direta transitada pelo Estado, na salvaguarda dos recursos cinegéticos, sendo desenvolvido um trabalho muito competente com o Veado, mas também com a perdiz vermelha e com o coelho bravo.

Quais desafios a região enfrenta na preservação da biodiversidade, especialmente considerando as mudanças climáticas e a pressão de atividades agrícolas intensivas?

Tentamos criar um equilíbrio entre as atividades florestal, agrícola, cinegética e turística e a preservação da biodiversidade mantendo a rentabilidade global da empresa. Servimos sempre de exemplo para os agricultores do concelho que procuram fazer uma agricultura sustentável, mas não perdendo a rentabilidade das suas culturas.

Procuramos o incremento da resiliência dos ecossistemas aos fenómenos extremos, como secas, incêndios e tempestades.

O PRESTÍGIO DO AZEITE DE MOURA Qual o papel e a importância de um produto de alta qualidade e endógeno para a região?

O Concelho de Moura está muito ligado ao azeite e tem no seu portefólio um produto de altíssima qualidade, Azeite de Moura DOP, de origem portuguesa com Denominação de Origem Protegida pela União Europeia (UE) desde 21 de junho de 1996.

Esta foi a primeira região demarcada na produção do azeite de qualidade, o Município de Moura tem tido uma presença muito forte na vida da Cooperativa Moura – Barrancos. Estamos a falar de cerca de 2000 olivicultores que depositam na cooperativa o que têm de melhor, para que depois esteja presente nas prateleiras dos supermercados em todo o país.

A economia deste concelho gira à volta do olival e da atividade agrícola, sofremos as agruras do mercado como qualquer outra região. Mas quando falamos do azeite de Moura, sabemos que é um produto de qualidade superior. Todo o trabalho desenvolvido no sentido de elevar o valor do nosso azeite deve-se à Cooperativa Agrícola.

Quais iniciativas têm sido tomadas para promover o azeite da região tanto no mercado nacional quanto internacional?

Existem um conjunto de iniciativas e eventos, que o Município dinamiza, como por exemplo os fins-de-semana gastronómicos em parceria com os restaurantes do concelho, onde mostramos os nossos produtos endógenos, mas também as boas práticas na área da gastronomia.

A feira da olivicultura, que é tripartida entre 3 municípios, de forma a dinamizar e divulgar o nosso azeite. Em qualquer evento que o município esteja presente levamos sempre os nossos azeites, os nossos vinhos, assim como o mel da Herdade da Contenda, mas também, os produtos locais que nos estão associados.

Quais os desafios para garantir que as novas gerações de produtores da região possam continuar a produzir azeite ao mesmo tempo que preservam o ambiente?

O concelho de Moura tem sido o garante da preservação da natureza e da sustentabilidade, temos uma grande área do nosso território em sede de Rede Natura, e todos os nossos parceiros têm tentado ser solução para a resolução dos problemas. Os agricultores estão obrigados a boas práticas agrícolas ao abrigo dos regulamentos da UE, para que não haja esses desequilíbrios. O Município de Moura luta para que os agricultores sejam reconhecidos pelos seus esforços e que tenhamos uma agilização das regras às quais estão obrigados ou então que sejam melhor remunerados perante obrigações nacionais face a Bruxelas, que retiram competitividade à nossa agricultura e empresários. De igual forma o regadio está na ordem do dia e só cumprimos Alqueva quando o bloco de regra Amareleja, Póvoa, Moura for uma realidade, impulsionando assim a nossa Agricultura.



A COOPERATIVA É FUNDAMENTAL NA MANUTENÇÃO DA OLIVICULTURA NA REGIÃO DE TRÁS-OS-MONTES

PAULO RIBEIRO

Presidente do Concelho da Administração da Cooperativa de Olivicultores de Valpaços

Qual a importância económica e social desta instituição para a região, assim como para os agricultores e produtores?

A Cooperativa de Olivicultores de Valpaços foi constituída em 1951, com 28 associados. Hoje conta com 1800, com um dos lagares mais modernos do País e do Mundo. Produz anualmente, em média, 13 milhões de kilos extraído cerca de 2.200.000 litros de azeite virgem extra com 0,2 % de acidez média.

As marcas com que o nosso azeite é colocado no mercado são o “ROSMANINHO”; “VILA NOVA” e “ANCESTRAL”.

A Cooperativa é fundamental na manutenção da olivicultura na região de Trás-os-Montes, contribuindo para que mais de 30% da nossa superfície agrícola, seja de pequena propriedade e onde predomina o olival tradicional de sequeiro. É por isso o fator mais importante para que o Nordeste Transmontano seja ainda a segunda região produtora, povoada por extensos olivais desenhando uma paisagem única em Portugal. A Cooperativa tem sido desde o seu início, um elemento de alívio das grandes dificuldades da produção de azeitona pelos nossos agricultores, promovendo o desenvolvimento regional e contribuindo decisivamente para a sustentabilidade económica, social e climática.



Somos uma organização cooperativa cujo objetivo é, defender os superiores interesses dos seus associados, remunerando sempre com as maiores vantagens as suas produções. A nossa ação estende-se para além do concelho de Valpaços, aos concelhos de Mirandela e Vinhais.

Qual o reconhecimento do Azeite Rosmaninho pelas suas características únicas e qualidade?

Para além de produzirmos uma azeitona de qualidade, a Cooperativa tem um lagar de classe mundial, estando entre os melhores 50 do mundo.

Sendo o nosso azeite 100% natural, extraído unicamente por processos mecânicos de última geração, continuará a distinguir-se de outros azeites, pelas suas características que se obtêm através das nossas variedades de azeitona autóctones.

Este é especial, porque é um azeite com características únicas, e que têm a ver com vários fatores entre os quais se destacam:

As variedades da azeitona (Cobrançosa, Verdeal e Madural);

O clima, solo, latitude, levando a que a mesma variedade, por exemplo a cobrançosa, tenha características diferentes quando produzida em Trás-os-Montes comparada com o resto do País e no Mundo.

Para além destes há outros fatores que determinam a qualidade do nosso azeite, tais como:

- A antecipação da colheita da azeitona, apanha, transporte, e tempo de espera para o seu processamento;
- O equipamento, temperatura de extração e higienização;
- Armazenamento do azeite em depósitos de aço inox;
- Embalamento com os sistemas de segurança alimentar implementados (Iso 22000 e Iso 9001).

Por tudo isto conseguimos assim obter um azeite único, que os especialistas caracterizam como: azeites muito frutados, intensos, com amargo e picante persistente e equilibrados, complexos e harmoniosos, com sabor e sensações que traduzem a essência da região, uma terra agreste e de paisagens muito diversas.



COOPAÇOS TEM TIDO UM PAPEL FUNDAMENTAL NA PRESERVAÇÃO DAS TRADIÇÕES AGRÍCOLAS E NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO



A Coopaços - Cooperativa Agrícola de Valpaços foi formalmente constituída em 1980, sucedendo ao extinto Grémio da Lavoura de Valpaços (1974), pelo que ainda hoje é conhecida como Grémio. Atua em todo o território continental, com maior presença nos distritos de Vila Real (Valpaços, Murça e Chaves) e Bragança (Mirandela, Vila Flor, Alfândega da Fé, Vinhais e Macedo de Cavaleiros). Conta com 13 colaboradores e uma faturação anual de três milhões de euros. Está estruturada em sete secções específicas, destacando-se o Agrupamento de Produtores de Folar de Valpaços e a Secção de Frutos de Casca Rija.

De que forma a Coopaços valoriza os produtos endógenos da região?

A Coopaços valoriza produtos locais como a Castanha da Padrela DOP, o Folar de Valpaços IGP e a amêndoa, promove a concentração, o processamento e comercialização da produção dos seus associados, impulsionando a economia local e preservando tradições. Os seus 1449 associados são, maioritariamente, pequenos agricultores familiares, sendo 105 produtores de castanha, 800 de amêndoa e 18 de Folar de Valpaços IGP. Anualmente, entregam na cooperativa 150 toneladas de castanha, 1200 toneladas de amêndoa e os produtores de Folar de Valpaços, comercializam, diretamente, cerca de 30 000 unidades de Folar de Valpaços IGP.

Qual a importância económica e social desta instituição para a região?

Numa região onde a população e a mão-de-obra agrícola são maioritariamente envelhecidas, destaca-se a importância social das cooperativas para manter a atividade agrícola. Sem as cooperativas, os pequenos agricultores tinham muita dificuldade na comercialização dos seus produtos.

A Coopaços tem sido essencial no desenvolvimento sustentável do setor agroalimentar na região.



JOSÉ VIEIRA

Presidente da Cooperativa Agrícola de Valpaços

Sem as cooperativas, os pequenos agricultores tinham muita dificuldade na comercialização dos seus produtos.

Até 2008, foi responsável pela recolha e pagamento do leite em Valpaços, atuando como cofundadora da Lactimontes (cooperativa para a transformação e comercialização de leite do Alto Tâmega) e como associada da Agros - União de Cooperativas de Produtores de Leite.

Em 1996, elaborou e submeteu o pedido para a obtenção da Denominação de Origem Protegida (DOP) para a Castanha da Padrela. No início do século XXI, consolidou-se como entidade-chave no setor agrícola, promovendo produtos endógenos e denominações protegidas, destacando-se a obtenção da Indicação Geográfica Protegida (IGP) para o Folar de Valpaços.

A Coopaços detém a marca “Folar de Valpaços” e, como gestora da IGP, entre outras funções, tem o dever de apoiar os produtores e demais operadores em matéria de interpretação e cumprimento das normas constantes dos Cadernos de Especificações, manter atualizado o cadastro dos diferentes tipos de operadores e das respetivas instalações, das quantidades produzidas e das infrações eventualmente cometidas pelos produtores. Em 2006, obteve Reconhecimento como Organização de Produtores (OP) para Frutos de Casca Rija, passando a receber, processar e comercializar amêndoa e castanha dos seus associados.

O compromisso da Coopaços com a qualidade e preservação das tradições agrícolas tem sido fundamental para o desenvolvimento sustentável da região. O reconhecimento da Castanha da Padrela DOP e do Folar de Valpaços IGP reflete o seu sucesso na valorização do património agrícola local.



JORGE MATA PIRES

Vice-presidente do Município de Valpaços

aborda nesta edição a importância das cooperativas para o concelho, bem como a relevância do setor primário para a economia local.

A APOSTA NO SETOR PRIMÁRIO É MUITO FORTE NO CONCELHO

Valpaços é um concelho repleto de potencialidades e gerador de muitas oportunidades. Felizmente há cada vez mais jovens a ter essa consciência e a investir no setor. A nossa marca é já muito forte e todos os produtos de Valpaços saem hoje com a marca – Valpaços A Essência Natural –, na qual foi realizado um claro investimento, através da sua promoção e divulgação, com a presença em vários certames, que tem dado frutos, com o surgimento de novas linhas de escoamento e novas fileiras de mercado.

A nossa aposta é dinamizar sinergias, a nível nacional e internacional, para tirar partido do que estas características particulares nos dão. Se há algo que não se pode comprar são as características únicas que determinadas regiões têm que lhes permitem gerar produtos de excelência e Valpaços ocupa lugar de pódio no que concerne à produção agrícola.

Nós temos um dos melhores azeites do mundo, assim como excelentes vinhos... dois produtos a conquistar o seu mercado e a serem premiados nos mais diversos concursos. A castanha, nomeadamente a Judia, é a maior referência a nível de setor primário na nossa economia, que por si só representa a venda de mais de 15 mil toneladas/ano. O Folar de Valpaços é também um produto já consagrado, com o selo de IGP – Indicação Geográfica Protegida, o único folar certificado do país.

VALPAÇOS – A ESSÊNCIA NATURAL



TRADIÇÃO DO COOPERATIVISMO EM VALPAÇOS:

Num concelho como o nosso, em que a base da economia é predominantemente agrícola, o cooperativismo e o associativismo têm um papel importantíssimo. Os seus agricultores, técnicos e dirigentes contribuem, ativamente, para que a inovação e a evolução tecnológica caminhem a par e passo com o setor agroalimentar. São agentes de mudança cruciais, que orientam o uso eficiente e sustentável de recursos, aproveitamento da biomassa, redução de contaminação por produtos fitofarmacêuticos, soluções de adaptação a fenómenos meteorológicos extremos, promoção e organização da produção e incentivo ao consumo de produtos locais.

As nossas cooperativas e associações demonstram bem a capacidade de resiliência e adaptação a novas tecnologias, o seu impacto sustentável e o retorno económico e social, contribuindo para que pequenos, médios e grandes produtores tenham a oportunidade de trabalhar a terra, escoar os seus produtos e valorizar o potencial agrícola do concelho.

O setor cooperativo é uma peça crucial na valorização dos produtos agrícolas produzidos pelos seus associados e um elemento essencial para a formação de hábitos de consumo sustentáveis, éticos e saudáveis.

Em territórios do interior onde o risco de desertificação é real, as cooperativas desempenham um papel fundamental, promovendo a promoção, bem como a comercialização e o seu trabalho permite valorizar o que temos de mais genuíno. São as cooperativas e associações que têm contribuído, de forma significativa, para o crescimento sustentável do setor e, sem dúvida, cruciais para o desenvolvimento da economia local e divulgação dos nossos produtos endógenos. É também de salientar a sua importância no setor agrícola no concelho, não só na vertente económica, mas também no equilíbrio da paisagem e na preservação da fauna e da flora.



Enquanto autarca sinto orgulho no desempenho destes organismos valpacenses e da boa parceria existente com a Câmara, sendo exemplos de um setor que sempre viveu da resiliência, do trabalho esforçado e da dedicação dos agricultores.

EVENTOS ORGANIZADOS OU APOIADOS PELA AUTARQUIA COM OBJETIVO DE PROMOVER, VALORIZAR E DIVULGAR OS SEUS PRODUTOS

Olhando para o calendário anual de iniciativas já conseguimos consolidar alguns eventos, da responsabilidade do Município, como a Feira do Folar de Valpaços ou a Feira Nacional de Olivicultura e a Feira da Castanha Judia, mas também, o que muito me apraz, as feiras realizadas nas freguesias, apoiadas pelo Município, que dinamizam a economia local e contribuem para a economia circular. Praticamente todos os meses temos eventos ligados ao setor.

CARACTERÍSTICAS NATURAIS DE VALPAÇOS COMO VALORIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Valpaços possui um microclima excepcional. No mesmo concelho, em 550 kms², divididos por 25 freguesias, concentramos a Terra Fria e a Terra Quente, e entre elas uma parte do território intermédia, que lhe oferecem particularidades ímpares, capazes de produzir, acompanhadas pelo saber fazer das duas gentes, os melhores produtos do mundo nas diferentes estações do ano.

Localizadas no coração de Trás-os-Montes, as nossas terras são casa dos melhores produtos da região. A castanha, nomeadamente a Judia, a melhor e mais cobiçada, mais reservada à Terra Fria, depois na intermédia e Terra Quente, o azeite, reconhecido pela sua excepcional característica organoléptica, o renomado vinho, a amêndoa, o mel, fruto de uma diversificada flora, a maçã, os figos, os frutos vermelhos, como a cereja, a framboesa, o mirtilo, entre outros.

UMA COMBINAÇÃO QUE NOS TORNA INCOMPARÁVEIS NO QUE AO TURISMO DE NATUREZA DIZ RESPEITO

Com o passar dos anos, tornou-se imperativo consolidar e dinamizar as potencialidades turísticas existentes no nosso Concelho, tornando-o num lugar de passagem obrigatória.

Temos a Praia Fluvial do Rabaçal, totalmente acessível, já vencedora de alguns prémios, com passadiços e pista de pesca, na concretização de um projeto singular na região. A zona de lazer na Ribeira da Fraga, na freguesia de Carrazedo de Montenegro e Curros, também com passadiços panorâmicos, a Praia Fluvial de Rio Torto...

A Ecovia do Rabaçal, que conta com três percursos diferentes, que perfazem mais de 50 kms, atrai anualmente inúmeros visitantes, pela beleza da paisagem, aldeias repletas de história, lagares escavados na rocha, vestígios de épocas passadas, observatório de aves, praias fluviais de águas límpidas e cristalinas. O troço Valpacense do Caminho Português Interior de Santiago resulta também da vontade em enriquecer a oferta turística da região... estamos, oficialmente, na rota dos peregrinos. Na vertente religiosa, requalificamos recentemente o Santuário de Nossa Senhora da Saúde, numa obra emblemática...

Em Valpaços encontrarão um destino ideal para quem procura serenidade e paz de espírito.

PERSPETIVAS PARA O FUTURO

As perspetivas para o futuro são as melhores. O turismo no concelho conhecerá, seguindo a evolução dos últimos anos, novas dinâmicas e criará, com o apoio do Município, novas oportunidades de negócio e de criação de riqueza.

A requalificação das nossas praias fluviais, a nossa gastronomia e o acolhimento das nossas gentes, aliados ao nosso património histórico e religioso, entre outros investimentos no sector do turismo, serão uma âncora de desenvolvimento do território.



AZEITE, UM PRODUTO GENUINAMENTE NACIONAL



ANTÓNIO BRITO

Presidente da FENAZEITES,

explica a missão desta federação na defesa de um produto nacional com qualidade única, o Azeite.

Entretanto também chegou à presidência da FENAZEITES?

Sim, é verdade. Contudo, é importante notar que a FENAZEITES e a UCASUL têm naturezas distintas. A UCASUL é uma estrutura produtiva, enquanto a FENAZEITES é uma federação nacional que representa cooperativas de olivicultores. Fundada em dezembro de 1999, a FENAZEITES tem como missão principal defender os interesses do setor cooperativo olivícola e promover o azeite cooperativo como um produto de excelência e genuinamente nacional. Atualmente, a FENAZEITES reúne 32 cooperativas e uma união de cooperativas, que abrangem todo o território de Portugal, de Norte a Sul.

Qual tem sido o papel da FENAZEITES durante o mandato desta direção?

Ao longo do seu mandato, o Conselho de Administração da FENAZEITES, constituído pelos representantes da UCASUL, Cooperativa de Olivicultores de Fátima e Cooperativa Agrícola dos Olivicultores de Murça, tem procurado atuar em várias frentes para defender as cooperativas e os olivicultores que representa.

Reuniu com o Secretário de Estado da Agricultura, João Moura Rodrigues, para abordar questões cruciais; como a classificação do caroço de azeitona, que era tratado como um resíduo, e a aplicação da legislação relacionada com MOSH/MOAH, que impõe desafios significativos ao setor. Também apresentámos propostas para novos projetos de investimento nas estruturas produtivas das cooperativas e para a promoção do azeite cooperativo.

É gratificante perceber que algumas das nossas propostas já foram bem recebidas e implementadas. Este trabalho reflete o compromisso da FENAZEITES em fortalecer o setor cooperativo olivícola.



É gratificante perceber que algumas das nossas propostas já foram bem recebidas e implementadas. Este trabalho reflete o compromisso da FENAZEITES em fortalecer o setor cooperativo olivícola.

Quais os projetos e objetivos para 2025?

O ano de 2025 será marcado por várias iniciativas importantes. Planeamos lançar uma página web que facilitará a comunicação entre as cooperativas e proporcionará maior visibilidade ao azeite cooperativo. Além disso, organizaremos um concurso internacional de azeite cooperativo, que reforçará a promoção deste produto de excelência.

Paralelamente, continuaremos a fortalecer a representação europeia da FENAZEITES, garantindo que os interesses das nossas cooperativas sejam defendidos junto das instâncias comunitárias.

O SECTOR COOPERATIVO SURGE COMO UMA FORÇA MOTRIZ DA ECONOMIA EUROPEIA



Numa época de mudanças geopolíticas, de desconfiança crescente nas instituições, de alterações climáticas e de muitos outros desafios globais, a procura de soluções eficazes e sustentáveis nunca foi tão urgente. Felizmente, muitas dessas soluções já existem.

As crises trazem frequentemente para a ribalta o modelo empresarial cooperativo. E por boas razões. As cooperativas, e a economia social em geral, oferecem atualmente uma alternativa convincente. Elas derrubam barreiras com as suas abordagens únicas e mais resilientes e orientadas para a comunidade.

As cooperativas representam um modelo de negócio distinto, “*as pessoas em primeiro lugar*”, que enfatiza a tomada de decisões democrática como um princípio fundamental.

O sector cooperativo surge como uma força motriz da economia europeia, empregando mais de 5 milhões de pessoas e com mais de um terço dos seus cidadãos envolvidos em cooperativas como membros, trabalhadores, consumidores e de outras formas. O movimento cooperativo pode oferecer uma solução de escala que não só tem um impacto direto na economia da Europa, mas também cria efeitos positivos em todas as camadas da sociedade.

De facto, os valores e princípios, do movimento cooperativo estão estreitamente alinhados com os objetivos estratégicos da UE em vários domínios. Por exemplo, as cooperativas são líderes na transição ecológica, desde projetos de energias renováveis em zonas rurais, a iniciativas de economia circular em ambientes urbanos. Ao tirar partido da sua abordagem orientada para os membros, permitem que as comunidades participem ativamente nas atividades económicas locais.

Atualmente, a Comissão Europeia estima que existam mais de 250.000 cooperativas na União Europeia, com impacto em inúmeras vidas. Mas ainda sentimos que o potencial das cooperativas é frequentemente sub-reconhecido. Os decisores políticos devem integrar o modelo cooperativo em estratégias mais amplas de recuperação económica e resiliência.



AGNES MATHIS

Diretora da Cooperatives Europe (CE)

Por exemplo, o acesso a mecanismos de financiamento adaptados, programas de reforço de capacidades e quadros jurídicos favoráveis são cruciais para libertar todo o potencial das cooperativas. Ao fazê-lo, a Europa pode aproveitar o poder deste sector para alcançar as mudanças desejadas.

No âmbito deste Ano Internacional das Cooperativas 2025, é um momento oportuno para destacar as contribuições do sector e defender um maior apoio ao mesmo. Ao nível da UE, mas também ao nível local.

O sector cooperativo surge como uma força motriz da economia europeia, empregando mais de 5 milhões de pessoas e com mais de um terço dos seus cidadãos envolvidos em cooperativas como membros, trabalhadores, consumidores e de outras formas.

Incentivamos os leitores a explorar e a envolver-se com as cooperativas locais. Compre e participe na sua cooperativa local e apoie o seu fantástico trabalho.

Este ano é um momento crucial para dar visibilidade a estes esforços de base, recordando-nos que as pequenas ações locais podem conduzir a uma mudança social mais ampla.



SOFTWARE MES

Manufacturing Execution System



COMPRAS | RECEÇÕES

ALERTAS

QUALIDADE

PRODUÇÃO

PLANEAMENTO

INVENTÁRIO

FICHAS TÉCNICAS

ENCOMENDAS | PICKING

DOCUMENTOS

INCIDÊNCIAS

REGISTOS | MANUTENÇÃO

ETIQUETAGEM GS1

EXPEDIÇÕES

STOCKS | ARMAZÉNS

MRP

AUDITORIAS

INTEGRADORES ERP | EQUIPAMENTOS

ANÁLISES LABORATORIAIS

MAÇÃO, CATEDRAL DO PRESUNTO

TERRITÓRIO RECONHECIDO COMO CATEDRAL DO PRESUNTO, PRODUZ 70% DESTE PRODUTO A NÍVEL NACIONAL. O PRESUNTO É PREPARADO DE FORMA ARTESANAL CONFORME TRADIÇÃO SECULAR E É UM VERDADEIRO ORGULHO REGIONAL.

MARGARIDA LOPES

Presidente da Câmara de Mação

fala-nos da importância deste legado, como se reflete na economia local e os investimentos que serão realizados nesta área.



Mação é responsável por cerca de 70 % da produção Nacional de presunto. Há mais de um século que é o Concelho maior produtor do país, detendo, também, a maior unidade produtiva nacional.



A região de Mação produz 70 % do presunto ao nível nacional.

Qual o impacto que esta atividade tem no território no âmbito da economia e da empregabilidade?

A indústria da transformação de carnes sempre foi fundamental na economia do Concelho de Mação, tendo, ao longo dos últimos séculos, assegurado a sobrevivência de centenas de famílias. Beneficiando de um microclima favorável ao setor e do “*saber fazer*” derivado de tradições ancestrais, Mação é responsável por cerca de 70 % da produção nacional de presunto. Há mais de um século que é o Concelho maior produtor do país, detendo, também, a maior unidade produtiva nacional. Após a entrada de Portugal para a UE e a vigoração do Ato Único Europeu em 1986, e do posterior Tratado de Maastricht em 1993, que instituiu a livre circulação, Portugal viu-se obrigado a harmonizar a sua legislação relativa à segurança alimentar e licenciamento industrial, o que determinou o encerramento da maior parte das mais de 30 unidades industriais de carnes à altura existentes, muitas dotadas de matadouros. Parte delas cresceu e modernizou-se, existindo, na atualidade, 7 unidades industriais que produzem, para além de mais de 10.000 toneladas de presunto, uma grande diversidade de enchidos e ensacados, a maioria produtos tradicionais emblemáticos não só de Mação, mas de toda a região. A modernização e mecanização destas unidades, apesar de terem majorado substancialmente a capacidade produtiva, tem sido acompanhada por um natural decrescendo de mão-de-obra necessária, que se apresenta cada vez mais especializada, estimando-se que, na atualidade, empreguem cerca de centena e meia de pessoas.

Quais as iniciativas e eventos associados a esta temática com intuito de dinamizar a região, nomeadamente na divulgação de Mação como “Catedral do Presunto”?

A Câmara Municipal, com os empresários do setor, iniciou um processo de homogeneização e certificação do produto em 2010, para abrir novos mercados para um Município conhecido como Catedral do Presunto que tem sido, na verdade, pouco aproveitado, ou explorado.

A Câmara Municipal tem incentivado e apoiado os industriais a organizarem-se, tendo sido criada, sob a égide do Município, a Associação de Industriais de Carnes do Concelho de Mação, com o intuito de promover, divulgar e valorizar o sector e os seus produtos, englobando todos os componentes desta fileira, incluindo a melhoria da qualidade em todas as suas vertentes, e a prospeção de novos mercados. A marca registada “*Mação, Catedral do Presunto*” visa afirmar o Concelho e as suas principais potencialidades, assim como comunicar ao exterior esta notoriedade produtiva.

Foram elaborados Cadernos de Especificações de vários produtos, encontrando-se o concernente ao Presunto de Mação preparado para a efetivação de uma candidatura a Indicação Geográfica Protegida (IGP), assim como se encontram em últimação mais alguns referentes a vários enchidos que possuem maior especificidade.

Ainda neste contexto, como município promove a cultura gastronómica e os produtos endógenos?

Sim, é um trabalho de há muitos anos que poderemos dizer ter sido coroado quando a Câmara Municipal de Mação lançou, em 2012, a Carta Gastronómica “*À Mesa em Mação*”, um livro que já esgotou duas edições. Estamos a preparar a terceira. Um livro que foi feito por Armando Fernandes após percorrer, durante meses, todo o Concelho onde entrevistou dezenas de pessoas.

O nosso receituário ficou eternizado neste livro, bem como quem nele colaborou, precisamente com a partilha dos nossos comeres, dos mais simples aos mais elaborados. Este livro recebeu, inclusivamente, um importante prémio internacional, o Prémio de Literatura Gastronómica – Prix de la Littérature Gastronomique, tendo impressionado os jurados pela profundidade do estudo gastronómico-social-antropológico de grande valor científico e cultural. Há a referir os vários Festivais Gastronómicos que já realizámos, sublinhando o da Lampreia e, importante não esquecer, os festivais que muitas associações do concelho começaram a fazer e continuam, na promoção da nossa cozinha. Por outro lado, o Município e os seus produtores têm estado representados, direta ou indiretamente, em inúmeros certames de âmbito nacional e até internacional.



São várias as apostas e condições para que se invista neste Concelho que, estando no centro do país, tem uma ligação privilegiada a todo o lado e a Espanha, com a Passagem da A23 aqui, assim como acesso ferroviário, com a linha da Beira Baixa.

De que forma este sector alavanca novos investimentos e consequentemente a fixação de população num território de baixa densidade?

As indústrias dos enchidos e transformação de carnes têm, de facto, desempenhado um papel de relevo e projeção na economia do Concelho. No entanto, sectores primários com vincada tradicionalidade no Concelho, como a olivicultura, a vitivinicultura, a apicultura e a indústria do pimentão, têm merecido especial atenção, dinamização e apoios por parte do Município.

Existem nesta área projetos por parte da autarquia para a promoção do investimento e empreendedorismo?

Captar novas empresas é um dos objetivos da Câmara Municipal de Mação. Como tal, oferecemos condições excecionais: terrenos a preços simbólicos, benefícios fiscais ímpares, apoio administrativo, inexistência de taxa de derrama. Temos 3 zonas industriais em 3 pontos do Concelho, criámos em 2017 um Centro de Negócios com 29 módulos e espaços de coworking, temos um Gabinete de Apoio ao Empreendedor.

São várias as apostas e condições para que se invista neste Concelho que, estando no centro do país, tem uma ligação privilegiada a todo o lado e a Espanha, com a Passagem da A23 aqui, assim como acesso ferroviário, com a linha da Beira Baixa.

Ainda no que concerne ao presunto, está prevista, numa nova Área de Localização Empresarial, uma unidade destinada especificamente a este produto, que será não apenas a maior do País, mas uma das maiores da Península Ibérica, o que permitirá consolidar este especial protagonismo que, nesta vertente, o Concelho de Mação assume.



Sendo este um sector com destaque na região, existe cooperação entre esta indústria e unidades de investigação ou centros universitários de forma a integrar inovação nos processos de produção ou no produto final?

Algumas das Empresas, individualmente, têm procurado, e conseguido, modernizar-se a todos os níveis, especialmente nos âmbitos da tecnologia e gestão, o que tem contribuído para aumentar constantemente a produção, não apenas do presunto, mas dos restantes transformados à base de carnes de suíno.



PAULO GONÇALVES

Presidente Executivo e de Empatia | RD-Portugal, União das Associações de Doenças Raras de Portugal

DA RD-PORTUGAL AO PLANO DE AÇÃO 2025-2030



Como se constroem as fundações de um “cabo de trabalhos”?

Quando em novembro de 2018 um grupo de associações de doenças raras decidiram em votação unânime criar uma única organização que representasse os cidadãos com doença rara e seus familiares, estaríamos longe de imaginar a transformação que estávamos a iniciar. Não escrevo isto por vanglória, minha, de um grupo de afortunados ou especiais. Apenas porque cada um de nós inspirou mais um, e mais um e mais um... a construir algo que decidimos. E os que se juntaram, fizeram-no por convicção ou simplesmente por esperança.

Quisemos que as doenças raras tivessem voz, projetos conjuntos, mais literacia, mais investigação e controlo sobre os nossos dados. Enfim, mais resultados para mais qualidade de vida ou mais vida.

Foi fácil? Demorámos 30 meses até à fundação. Depois, foi uma montanha-russa até sermos quase 50 associadas. Lembrámo-nos das raras menos raras, mas principalmente das raras mais raras e dos raros que, de tão raros, ainda não têm nome.

Construímos iniciativas em 5 áreas que se relacionavam:

Saúde, Social, Educação, Ciência e Economia.

Demos gás a 4 eventos anuais:

Dia das Doenças Raras (DDR), o nosso aniversário, o Dia da Deficiência e o nosso Encontro Científico.

Estabelecemos Protocolos com Ordens Profissionais, com Sociedades Científicas, entidades públicas, privadas, da educação, da academia, da saúde, social, política.

Desenvolvemos iniciativas conjuntas, ambiciosas, procurando impacto. E temos, paulatinamente, vindo a atingir resultados.

Sonhámos que queríamos fazer parte de um registo nacional de saúde, ter um modelo de cuidados integrados, reduzir a odisseia do diagnóstico, ter mais esperança.

Com determinação, trabalho, esforço, mais trabalho, perseverança, mais trabalho, quedas, mais trabalho, desalentamentos, mais trabalho, mais teimosia ou perseverança, lográmos convencer o Governo que era hora de ter um Plano de Trabalho estruturado, objetivo, inclusivo, centrado na Pessoa com Doença Rara, no Raro.

Não no Raro no centro, como se fosse uma estátua no centro de uma rotunda, mas como o centro das perguntas e o mesmo centro das respostas.

Será coincidência que o Despacho nº 5505/2023 tenha incluído aqueles Ministérios, instituições por eles tutelados e representantes dos destinatários diretos do objeto do mesmo Despacho? Será coincidência que o prazo de 150 dias tenha sido menos importante que a construção de algo absolutamente estrutural, objetivo, integrado, ambicioso porque buscando paulatinamente os resultados?

Estamos na reta final. O Grupo de Trabalho Intersectorial, ao qual se juntaram muitos contributos antes, durante e mesmo depois do período de consulta pública, tal é o interesse que gera, está a produzir um Plano de Ação para as Doenças Raras: da Estratégia à PESSOA 2025-2030. **Está fechado? Está Perfeito? Nada a melhorar? Longe disso.**

Acreditamos no verbo EsperançaR.

Um verbo que não existe a não ser para os que têm Esperança movida a trabalho que traz Resultados.

O DDR É O DIA MAIS RARO DO ANO, OU SEJA, ASSINALA-SE A 29 DE FEVEREIRO.

No próximo, estaremos na Universidade do Algarve, no “Doenças Raras: um compromisso com o futuro” com a **apresentação** do Plano (para o qual vamos EsperançaR já estar aprovado), as conclusões do último Conselho Científico da RD-Portugal, projetos de investigação com investigadores portugueses e um concurso para estudantes do ensino superior.

Vemo-nos lá?

Quisemos que as doenças raras tivessem voz, projetos conjuntos, mais literacia, mais investigação e controlo sobre os nossos dados. Enfim, mais resultados para mais qualidade de vida ou mais vida.



ESTAMOS A APROFUNDAR O DESENVOLVIMENTO DE MAIS SOLUÇÕES DE MONITORIZAÇÃO À DISTÂNCIA”

ANA POVO

Secretária de Estado da Saúde,

fala-nos do percurso de 10 anos de Hospitalização Domiciliária e como esta estratégia inovadora é cada vez mais importante no sistema de saúde do nosso país, permitindo um atendimento mais próximo e personalizado, além de aliviar a pressão sobre os hospitais.



Nos 10 anos da Hospitalização Domiciliária em Portugal e com a evolução dos equipamentos que ajudam a monitorizar o doente à distância, qual a estratégia do Ministério da Saúde para a ampliação e diversificação deste serviço?

A prestação de cuidados de saúde, a nível europeu, enfrenta nos nossos dias três importantes desafios: uma população cada vez mais envelhecida e com elevada carga da doença; falta de recursos humanos e uma inovação terapêutica cada vez mais dispendiosa.

Portugal não foge a esta problemática e enfrentar estes constrangimentos implica o desenvolvimento de políticas de saúde eficientes, que promovam a sustentabilidade do sistema nacional de saúde e procurem uma oferta de cuidados de proximidade dirigidos à nossa população. Neste quadro, a prestação de cuidados na proximidade tem-se revelado um importante fator contributivo para a sustentabilidade do Serviço Nacional de Saúde, aliado à grande satisfação que oferece aos nossos doentes, bem como aos seus familiares.

Beneficiando da evolução técnica e tecnológica a Hospitalização Domiciliária é hoje uma modalidade de assistência que assegura a prestação de cuidados com diferenciação, complexidade e intensidade de nível hospitalar, ao mesmo tempo que promove uma humanização dos cuidados de saúde, pois permite ao doente ser tratado no seu ambiente familiar, reduzindo o seu stress emocional e psicológico enquanto proporciona, igualmente, um maior conforto e bem-estar. Além disso, reduz de forma significativa todos os riscos associados à hospitalização, nomeadamente o desenvolvimento, nos hospitais, de infeções nosocomiais. Esta resposta, permite ainda que o cuidado seja personalizado, respeitando as rotinas e necessidades individuais do paciente e sua família, para além de estimular a participação ativa dos familiares no processo de recuperação.

É um modelo, recomendado pela Organização Mundial de Saúde, que, reforço, contribui para a sustentabilidade do sistema nacional de saúde, pois desenvolve respostas que fomentam a integração, a continuidade de cuidados e o ambiente em casa proporciona a obtenção de melhores resultados em todo o ciclo do tratamento, desde o internamento do doente até a sua alta. Por outro lado, esta resposta liberta infraestruturas hospitalares, nomeadamente camas, para casos de maior complexidade, contribuindo, desta forma, para melhorar a eficiência dos serviços de saúde. Este modelo tem-se revelado uma aposta vencedora e atualmente, todas as Unidades Locais de Saúde têm unidades de hospitalização domiciliária, à exceção de Vila Franca de Xira e Braga, que deverão iniciar o programa, brevemente.

Em 2024, de acordo com os dados mais recentes do programa de Hospitalização Domiciliária, cerca de 11.500 doentes receberam cuidados hospitalares em casa, o que corresponde a mais 14,6% que no ano anterior, poupando-se mais de 100 mil dias de internamento no SNS e reduzindo a demora média do internamento. Com base em tudo o que acabei de referir, fica claro que a hospitalização domiciliária é um ponto fulcral para este governo.

Neste sentido, estamos a aprofundar o desenvolvimento de mais soluções de monitorização à distância, por forma a que mais doentes possam ser selecionados para este regime de “internamento”. Por outro lado, estamos a trabalhar com o Ministério de Trabalho, Segurança Social e Solidariedade, para o alargamento de apoios sociais, tais como o fornecimento de higiene ao doente, para que estas limitações não sejam motivo de exclusão para a opção pelo modelo de hospitalização domiciliária. Para além disso, em algumas Unidades Locais de Saúde com áreas geográficas maiores, estamos a desenvolver modelos de integração com os cuidados de saúde primários, para que sejam estes a realizar o acompanhamento dos doentes e a distância não seja, por si só, fator de exclusão.

Com uma população cada vez mais envelhecida, quais os grandes desafios e soluções a encontrar para uma sociedade a precisar cada vez de cuidados de saúde?

Como sabemos, Portugal é um dos países do mundo que apresenta um dos Índices mais elevados de envelhecimento. Os Censos de 2021 revelam um aumento expressivo da nossa população idosa.

Ora, a pergunta em causa não se coloca unicamente para uma população mais envelhecida, coloca-se para uma população mais envelhecida e com uma maior carga de doença, ou seja, numa população mais dependente e mais doente, logo com uma maior necessidade de cuidados de saúde. Posto isto, o mais importante é começar, primeiramente, por apostar em políticas de promoção e prevenção da saúde, que permitam um envelhecimento saudável da população.

Conscientes de que os impactos destas medidas podem levar mais de uma década a alcançar os objetivos pretendidos é decisivo agir no imediato. Por isso, temos de olhar para os nossos doentes crónicos criando modelos de vigilância e monitorização integrados com os cuidados primários, de forma a garantir um acompanhamento de maior qualidade e evitando ao máximo internamentos desnecessários.

Em 2024, de acordo com os dados mais recentes do programa de Hospitalização Domiciliária, cerca de 11.500 doentes receberam cuidados hospitalares em casa, o que corresponde a mais 14,6% que no ano anterior, poupando-se mais de 100 mil dias de internamento no SNS.

Paralelamente, há que aprofundar, como temos feito, o trabalho com a segurança social - pois para esta população é importante o desenvolvimento de verdadeiras políticas de saúde sociais - de forma a oferecermos um suporte integral para garantir qualidade de vida. Devo dizer que estamos comprometidos em promover uma cidadania sénior ativa e proporcionar um envelhecimento populacional saudável com o máximo de qualidade de vida possível e dignidade nesta fase da vida.

Destaco aqui o programa Portugal 2030, onde estão previstas medidas de apoio ao envelhecimento ativo, estilos de vida saudável e prevenção de doenças, assim como o Plano Nacional de Saúde 2030 que

visa promover comportamentos, culturas e comunidades saudáveis, nomeadamente a longevidade e o envelhecimento ativo e saudável.

O programa Portugal 2030, onde estão previstas medidas de apoio ao envelhecimento ativo, estilos de vida saudável e prevenção de doenças.

No âmbito da saúde, quais as prioridades previstas para esta legislatura?

Este governo, no âmbito da saúde, está apostado em três grandes prioridades: em primeiro lugar, garantir o acesso equitativo a cuidados de saúde de todos os nossos cidadãos, em segundo, garantir cuidados de saúde de elevada qualidade, e em terceiro lugar, mas não menos importante, apostar fortemente em políticas de promoção e prevenção em saúde.

Para garantirmos o pressuposto anterior, temos estado a apostar e a trabalhar em várias áreas: recursos humanos em saúde (investir nas pessoas), infraestruturas, acesso a inovação terapêutica.

Relativamente aos recursos humanos saliento o exemplo de acordos laborais já alcançados com vários grupos profissionais, tais como enfermeiros, médicos e farmacêuticos, assim como as negociações que decorrem com outros grupos profissionais. Relativamente a infraestruturas, saliento as grandes obras já anunciadas e incluídas já no orçamento de 2025: Hospital de Todos os Santos em Lisboa, novo Hospital da Unidade Local de Saúde Barcelos-Esposende, novo Hospital do Algarve, novo Hospital do Oeste, ampliação do Hospital de Beja.

Relativamente à inovação terapêutica destaco a reforma do SINATS – sistema nacional de avaliação de tecnologias da saúde (Infarmed) – em que estamos a trabalhar e que terá um forte impacto nos ganhos em saúde.





NephroCare

A APOSTA NA INOVAÇÃO NO TRATAMENTO DA INSUFICIÊNCIA RENAL CRÓNICA

Em Portugal, a NephroCare opera diversas unidades de hemodiálise, oferecendo tratamentos especializados a doentes com insuficiência renal, cada centro oferece modalidades de tratamento adaptadas às necessidades de cada paciente.

ANA CARINA FERREIRA

MD PhD, Diretora Clínica da Unidade de Diálise do Lumiar da NephroCare,

esclarece em que consiste os vários tipos tratamentos disponíveis, assim como, as vantagens e os pré-requisitos da hemodiálise domiciliária.

Que tipo de tratamentos têm disponíveis um doente de Insuficiência Renal Crónica?

Um doente com doença renal crónica em estadio 5 tem rins não funcionantes. Como estes órgãos têm um papel essencial na hemostasia do nosso organismo, porque removem as toxinas urémicas do nosso corpo através da formação da urina, controlam o equilíbrio eletrolítico e de ácido base e mantêm a nossa volémia, eles asseguram que todo o sistema corporal funcione.

Por isso, quando existe insuficiência renal é necessário substituir a função renal, sendo que as formas de o fazer são através das técnicas dialíticas: hemodiálise e diálise peritoneal, e, nos casos possíveis, o transplante renal, que poderá ser de dador vivo ou falecido. Neste último caso, normalmente terá que se fazer hemodiálise ou diálise peritoneal, enquanto se aguarda por um dador compatível, uma vez que a média de espera em lista de transplante renal é cerca de 4/5 anos, em Portugal.

Quais os tratamentos disponíveis nos Centros da NephroCare?

A NephroCare é uma empresa de prestação de cuidados especializados em hemodiálise, com cobertura nacional e que pertence ao grupo Fresenius Medical Care. A hemodiálise baseia-se na filtração e purificação do sangue, com remoção de toxinas e líquidos, utilizando para tal uma máquina e um circuito de sangue extracorporal. Sendo que para o sangue chegar ao equipamento de diálise e ao filtro é necessário existir um acesso vascular.

Habitualmente, a hemodiálise é efetuada 3 vezes por semana, durante 4 horas. Se for efetuada nos centros de diálise é feita em turnos pré-estabelecidos.

A NephroCare do Lumiar tem também à disposição dos doentes hemodiálise domiciliária, onde a maior vantagem é a flexibilidade de horário, porque o doente fará o tratamento em sua casa, no horário por si escolhido.

Os doentes podem optar por fazer a hemodiálise durante a noite, enquanto dormem ou 3 vezes por semana, assim como fazer hemodiálise diária de curta duração.

Os doentes em diálise na NephroCare têm à sua disposição plataformas e Apps, onde podem ver os resultados das suas análises e ter feedback sobre os seus resultados clínicos.

No que respeita aos tratamentos de hemodiálise propriamente ditos, a NephroCare também tem as opções de hemodiálise convencional, de alto fluxo, ou a opção de hemodiafiltração, método que combina difusão e convecção. O que acontece é que em vez de existir troca de solutos e a saída de toxinas apenas por gradiente de concentração, há também eliminação de impurezas através da convecção, ou seja, através da aplicação de uma força que empurra as toxinas para o outro lado do filtro, conseguindo a saída de toxinas com um peso molecular maior. Para este processo há fatores a ter em conta, nomeadamente um bom acesso vascular.

Quais as vantagens e os pré-requisitos para a hemodiálise domiciliária?

Atualmente temos 7 doentes na NephroCare do Lumiar em hemodiálise domiciliária (e penso que existem 2 doentes em casa no Centro de Hemodiálise de Valongo). As vantagens são sobretudo a autonomia e flexibilidade.

Em relação aos pré-requisitos, é necessário que o doente deseje participar ativamente no tratamento da sua doença, promova o autocuidado e que esteja disponível psicologicamente para essa tarefa. É primordial ter um acompanhante que apoie o doente nas sessões de hemodiálise, porque esta é uma prática que não se pode fazer de forma solitária. Há ainda a necessidade de se ter uma habitação com condições adequadas (eletricidade, água potável), com espaço para ter a máquina de hemodiálise e o equipamento de tratamento de águas portátil para assim conseguir realizar o tratamento no seu domicílio.

Antes da entrada do doente no programa de diálise autónoma domiciliária, o doente é avaliado pela equipa médica e de enfermagem, de forma a garantir que reúne todas as condições para a hemodiálise autónoma. Após a entrada do paciente no programa é dada toda a formação ao doente e ao cuidador na nossa sala de ensinos.

Em que consiste a Diálise Peritoneal?

O objetivo da diálise peritoneal é o mesmo da hemodiálise, mas, no caso da diálise peritoneal, é a membrana peritoneal que funciona como filtro.

O processo passa por colocar um cateter para aceder à cavidade peritoneal. Será através desse cateter que se irá infundir uma solução de diálise na cavidade abdominal e, por gradiente de concentração, as toxinas do organismo passam através dos capilares peritoneais para essa solução de diálise. A saída de líquidos em excesso é conseguida através da chamada ultrafiltração de água, que se consegue porque há um soluto osmoticamente ativo na solução de diálise.

O processo de diálise peritoneal (de infusão e drenagem de solução de diálise na cavidade peritoneal) pode ser feito manualmente ou através de uma cicladora, sendo uma técnica domiciliária.

De que forma a Inovação terapêutica e a tecnologia se aliam a estes tratamentos?

Os equipamentos de hemodiálise, as máquinas, os filtros, o tratamento de águas, são dotados de tecnologia avançada, minimizam as complicações intradiálíticas, a bioincompatibilidade e aumentam a eficácia de diálise. No âmbito da inovação dos equipamentos domiciliários, existem alguns monitores de hemodiálise que são mais pequenos, e por isso, mais fácil o seu manuseio. Penso que estará pensada a integração da monitorização remota.

Os doentes em diálise na NephroCare têm à sua disposição plataformas e Apps, onde podem ver os resultados das suas análises e ter feedback sobre os seus resultados clínicos.

Estes são pacientes que passam muito do seu tempo em unidades de tratamento. O que considera essencial para estes doentes para que se sintam em “casa”?

Um fator essencial é a coesão e estabilidade das equipas, de forma a oferecer o melhor tratamento possível num ambiente familiar.

Tenho a experiência de que os doentes em hemodiálise sentem-se muito apoiados pelas equipas que estão disponíveis em cada unidade da NephroCare. Todas elas são multidisciplinares, com médicos, enfermeiros, auxiliares, técnicos, secretariado clínico, nutricionistas e assistentes sociais, que apoiam e ajudam na resolução dos mais variados problemas.

Quais os projetos a serem implementados nesta área?

Um dos projetos em que se deve apostar é na formação dos profissionais de saúde, de forma a sensibilizá-los para as várias modalidades de hemodiálise, nomeadamente hemodiálise domiciliária; incrementar campanhas de sensibilização para os doentes, famílias, cuidadores e profissionais de saúde.

Será importante desenvolver a monitorização remota e manter a inovação em equipamentos de diálise, de forma a torná-los mais pequenos e portáteis, não esquecendo a investigação na área do rim artificial.

A NephroCare do Lumiar tem também à disposição dos doentes hemodiálise domiciliária, onde a maior vantagem é a flexibilidade de horário, porque o doente fará o tratamento em sua casa, no horário por si escolhido.

HOSPITALIZAÇÃO DOMICILIÁRIA: A TRANSFORMAÇÃO DOS CUIDADOS DE SAÚDE COM O FOCO NO DOENTE, INOVAÇÃO, EFICIÊNCIA E SUSTENTABILIDADE



IRENEIA LINO
Diretora Clínica das Unidades ULDM e UMDR da Santa Casa da Misericórdia de Évora



DELFIM RODRIGUES
Coordenador Nacional do Programa Hospitalização Domiciliária do SNS e Presidente do Conselho Fiscal e da disciplina da Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares

A Hospitalização Domiciliária (HD) surgiu da necessidade de combater os impactos negativos ligados ao internamento convencional, reduzir as taxas de ocupação hospitalar e os custos associados, enquanto se procura proporcionar um ambiente terapêutico ideal e próximo aos doentes. A HD pretende prestar cuidados diferenciados, de nível hospitalar, no domicílio dos doentes, substituindo parcial ou totalmente o internamento convencional.

Os primeiros registos sobre HD surgem nos Estados Unidos, após a 2ª guerra mundial, com o programa *Home Care*. O programa visava encurtar a estadia dos doentes nos hospitais que, à data, encontravam-se sobrelotados, privilegiando cuidados de proximidade com um ambiente mais favorável à recuperação e reabilitação dos doentes (Mitre Cotta 2001). O programa foi alargado para a Europa, mas de forma pouco uniforme, com avanços e recuos. Em Espanha, França e Reino Unido, o programa já conta com mais de 30 anos de existência e continua em crescimento.

A escalabilidade tem sido um desafio para os programas de HD presenciais devido à dependência do pessoal clínico. Em Espanha, Beatriz Domínguez (Domínguez 2017) relata que ao longo do tempo verificou-se um crescimento errático por haver falta de regulamentação e poucos incentivos institucionais. Mas ainda assim, atualmente tem uma larga implementação em todo o território. Conta com equipas multidisciplinares constituídas por profissionais especializados na área da HD que conseguem dar relevância não só aos aspetos clínicos como também aspetos familiares e sociais.

Uma revisão com inclusão de estudos realizados na Austrália, Itália, Nova Zelândia, Roménia, Espanha, Reino Unido e EUA avaliou a eficácia da HD para doentes com diversas patologias. O estudo não encontrou nenhuma diferença em seis meses na mortalidade verificada e também não há diferença no número de transferências efetuadas ou readmissões hospitalares. Em contrapartida, identificou maior satisfação dos doentes e das famílias com os cuidados de saúde e custos mais baixos (Shepperd 2016). Este estudo foi corroborado mais tarde por outro estudo que verificou que o custo do tratamento de um episódio de cuidados agudos em casa foi 38% menor do que os doentes em internamento convencional, e que na HD os doentes tinham um consumo menor de serviços de baixo valor, nomeadamente os estudos laboratoriais e os estudos de imagem para além das consultas internas (Levine 2020).

Também a OMS veio reconhecer o valor da hospitalização domiciliária, ajudando a promover os cuidados hospitalares para além das paredes dos hospitais. Este reconhecimento tinha o objetivo de impulsionar esta modalidade de internamento no sentido da sua expansão.

Na verdade, as visitas domiciliárias parecem oferecer uma oportunidade inestimável para entender melhor as necessidades dos doentes. Quando realizadas por médicos ou por enfermeiros que colaboram de perto com médicos, as visitas domiciliárias podem oferecer cuidados mais consistentes do que fornecer apenas equipamentos hospitalares em casa (por exemplo, terapêutica endovenosa) ou coordenar serviços domiciliários (por exemplo, visitas de enfermeiros de serviços comunitários). Afirma igualmente que este tipo de cuidado é um componente-chave da integração de cuidados na transição do hospital para a comunidade sobretudo em doentes idosos e com doenças crónicas (Arsenault-Lapierre 2021).

A HD é um sistema amplamente seguro e eficaz para doentes que necessitam de cuidados de nível hospitalar, geralmente leva a melhores resultados clínicos, internamento mais curto e elevada satisfação dos doentes quando comparados com os doentes internados convencionalmente (Leong 2021).

Em Portugal, a primeira experiência em HD teve início em 2014 no Hospital de Guimarães, mais próxima do conceito de domiciliação de cuidados e depois em 2015, no Hospital Garcia de Orta avançou um projeto UHD mais próximo à estratégia atualmente em curso.

Com base no êxito destes programas e nas experiências internacionais bem estabelecidas, foi promulgada uma estratégia de implementação da HD no SNS através do despacho número 9323-A/2018. Além disso, a Direção Geral de Saúde (DGS), emitiu no mesmo ano, a norma 020/2018 que define as linhas de orientação para a atividade das UHD em idade adulta.

Em outubro de 2018, e de acordo com a estratégia nacional para a HD, 25 hospitais comprometeram-se a criar estas unidades ao longo de 2019. No início de 2020, mais 18 unidades aderiram a este acordo. Em março de 2024 estavam disponíveis 36 unidades de hospitalização domiciliária ao longo do país. Na nossa atividade qual é a centralidade? É o ser, a ontologia, a sustentação da ética e da deontologia, o “ontos” e no caso concreto o doente, a sua família e o outro ser o outro “ontos” igualmente importante e determinante que são as equipas profissionais de saúde.

O Professor Covinsky, internista, Universidade da Califórnia, adianta que um terço dos doentes com mais de 70 anos e mais de 50% com 85 anos, têm alta dos Hospitais com estatuto de saúde agravado em relação ao momento da da admissão.

Por sua vez sabemos que esses mesmos doentes com mais de 85 anos nos 30 dias pós alta:

- 30% entram em declínio funcional;
- 20% morre;
- 40% necessita de cuidador a tempo inteiro, por referência à data de entrada no Hospital.

O relatório anual de 2024 do programa de HD revela avanços significativos em relação ao período homólogo do ano anterior, destacando o crescimento sustentado, a melhoria na qualidade dos cuidados prestados e a eficiência operacional das equipas. Ao longo do ano, foram avaliados 28.103 doentes, o que representa um aumento de 9,6% em relação a 2023. A capacidade média instalada em camas nas casas dos doentes também cresceu 2,5%, atingindo 366 camas disponíveis ao longo do ano.

A HD é um sistema amplamente seguro e eficaz para doentes que necessitam de cuidados de nível hospitalar, geralmente leva a melhores resultados clínicos, internamento mais curto e elevada satisfação dos doentes quando comparados com os doentes internados convencionalmente (Leong 2021).

O número de doentes tratados registou um aumento expressivo de 14,6%, totalizando 11.500 doentes. Este crescimento foi acompanhado por uma redução na demora média de internamento, que passou para 9,3 dias, refletindo o compromisso das equipas em proporcionar cuidados mais seguros e eficientes. Nos 12 meses analisados, os dias de internamento realizados e poupados aos hospitais atingiram 107.041, um aumento de 11,4%.

A aposta na qualidade e segurança dos cuidados foi reforçada, com 6.872 prevenções ativadas em regime de vigilância contínua, representando um crescimento de 12,3%. Paralelamente, verificaram-se aumentos em diferentes modalidades de admissão de doentes: 13,2% dos internamentos foram diretamente da urgência, 20,4% da consulta externa, 48,1% diretamente referenciados pelos cuidados de saúde primários sem passagem pelo hospital e 20,3% a partir de hospital de dia.

No que respeita à taxa de mortalidade, foi possível reduzi-la para 2%, inferior ao valor expectável de acordo com a classificação ICD-10, demonstrando a eficácia do modelo de cuidados. Durante o ano, foram realizadas 138.323 visitas domiciliárias, um aumento de 6,1%. O tempo médio de permanência das equipas nas casas dos doentes e famílias subiu para 37,04 minutos, mais 7,7%, refletindo uma abordagem mais personalizada e abrangente. Este período foi ainda marcado pelo envolvimento crescente de outros profissionais, como nutricionistas e assistentes sociais, que contribuíram para a diversificação e qualidade dos cuidados prestados.

O crescimento expressivo da atividade de HD reflete uma transformação significativa nas estratégias de cuidados de saúde.

Do ponto de vista económico, a taxa de eficiência – medida pela relação entre receita e custos diretos – situou-se em 50%, com um total de 17.983.154,78€.

O relatório evidencia, assim, não apenas o impacto positivo da HD no alívio da sobrecarga hospitalar, mas também a capacidade deste modelo de transformar os cuidados de saúde, oferecendo uma alternativa sustentável, eficiente e centrada no doente.

O cuidar em casa deslocaliza a prestação dos cuidados das instituições para o domicílio, conduzindo assim a uma redefinição dos processos de cuidados e a uma estreita colaboração entre vários intervenientes, desde os cuidados de saúde primários, aos hospitais e à rede nacional de cuidados integrados.

O cuidar em casa deslocaliza a **prestação dos cuidados das instituições para o domicílio**, conduzindo assim a uma redefinição dos processos de cuidados e a uma estreita colaboração entre vários intervenientes, desde os cuidados de saúde primários, aos hospitais e à rede nacional de cuidados integrados.



As boas práticas na HD, tanto a nível nacional quanto internacional, têm demonstrado diversos benefícios. Em primeiro lugar, os doentes em HD frequentemente apresentam melhores resultados clínicos, como menores taxas de infeção e complicações. Além disso, a maioria dos doentes relata maior satisfação com os cuidados recebidos em casa, devido ao conforto e à familiaridade do ambiente domiciliar.

Outro benefício significativo é a redução de custos; programas de HD têm mostrado ser mais económicos em comparação com a hospitalização tradicional, reduzindo os custos operacionais dos hospitais. Por fim, ao tratar doentes em casa, os hospitais conseguem liberar camas para casos mais graves, melhorando a gestão de recursos e a capacidade de resposta.

O crescimento expressivo da atividade de HD reflete uma transformação significativa nas estratégias de cuidados de saúde, colocando em evidência a necessidade de ferramentas eficazes de controlo de gestão para alcançar os objetivos. Uma das formas para o atingir é através da implementação dos centros de responsabilidade. Este desempenho notável reforça a necessidade de organizar as unidades de HD em CRI, permitindo que os resultados positivos sejam convertidos em ganhos diretos para os profissionais e em incentivos para continuar a impulsionar a inovação e a eficiência no programa.

Os centros de responsabilidade são qualquer unidade da organização que, sob a chefia de um gestor, é responsável por um conjunto de atividades, que para o controlo de gestão, se traduzem em objetivos e ações. Nos hospitais expressa-se em CRI, que é um modelo de organização orientado por objetivos negociados, que reconhece e premeia o desempenho individual e coletivo.

A complexidade crescente das organizações de saúde, resultante de mudanças tecnológicas, sociais e económicas, reforça a importância de integrar instrumentos como o Balanced Scorecard e o Tableaux de Bord. Estes instrumentos permitem alinhar o aumento da atividade da HD com os objetivos estratégicos, promovendo eficiência e responsabilidade na utilização de recursos.

É com grande expectativa de crescimento da estratégia nacional de hospitalização domiciliária que acolhemos a publicação da Portaria n.º 310/2024/1, de 3 de dezembro de 2024. Que este marco seja também um incentivo à adoção de estratégias de gestão mais diferenciadas e alinhadas com os desafios e objetivos dos CRI e das Unidades de Saúde Locais.

A aplicação de instrumentos de controlo de gestão nos CRI de HD é fundamental para monitorizar indicadores financeiros e não financeiros, especialmente num contexto onde a qualidade do atendimento e a centralização no doente são prioritárias. Esses instrumentos facilitam a definição de metas alinhadas aos incentivos financeiros previstos na Portaria n.º 310/2024/1, de 3 de dezembro, permitindo uma análise contínua do desempenho e ajustes estratégicos necessários para sustentar o crescimento da HD.

Assim, o controlo de gestão torna-se indispensável para consolidar a sustentabilidade, eficiência e inovação no modelo de hospitalização domiciliária, assegurando cuidados de elevada qualidade e centrados no doente.

De facto, a conjugação da nossa Saúde Pública, dos nossos Cuidados de Saúde Primários e dos nossos Cuidados Hospitalares e Cuidados Continuados, tem sido um garante de confiança para os portugueses e portuguesas.

Também a OMS veio reconhecer **o valor da hospitalização domiciliária**, ajudando a promover os cuidados hospitalares para além das paredes dos hospitais.

O INTERNAMENTO DOMICILIÁRIO E OS CUIDADOS CONTINUADOS E PALIATIVOS NA VIDA DA PESSOA COM DOENÇA RARA

MARIA DO CÉU MACHADO

Coordenadora do GT Intersectorial para o Plano das Doenças Raras e Professora Catedrática Jubilada da Faculdade de Medicina (Universidade de Lisboa)

As Doenças Raras são complexas, com frequência incapacitantes, com necessidades especiais e grande impacto na vida do doente, da família e/ou do cuidador. Apenas 50% são diagnosticadas na infância, apesar de 80% ser de causa genética. A Jornada do Doente/Família/Cuidador exige integração de cuidados em modelos holísticos, o que significa saúde e bem-estar em contexto familiar e social, e acompanhamento intersectorial cujo início é desencadeado pela saúde, mas que envolve educação, apoio social e emprego.

Na saúde, impõem-se um plano individualizado, seguimento em Centros Especializados (Centros de Referência) com equipa multidisciplinar, consoante as necessidades identificadas, aconselhamento e estudo genético da família.

Também, em situação de doença complexa, limitante da vida, a referenciação a uma equipa de cuidados paliativos deve ser precoce, promovendo a articulação desde os Cuidados de Saúde Primários aos Cuidados Continuados Integrados e Paliativos e a todas as estruturas da comunidade.

A estratégia “Hospitalização Domiciliária e/ou Domiciliação do Tratamento” implementada com êxito por muitos hospitais portugueses foi um salto qualitativo nos cuidados com mais valia e satisfação para os profissionais, mas principalmente para o doente/cuidador. Com maior literacia (conhecimento) sobre a doença e a intervenção, o doente pode ser um “perito por experiência” assim como o seu cuidador. Especificamente as crianças e as famílias têm problemas acrescidos de que salientaria os cuidados continuados, “o internamento em casa” e ainda a transição para os cuidados do adulto.

A Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, criada sem limite inferior de idade, é inacessível abaixo dos 15 anos, por motivos práticos, mas inaceitáveis. Duas associações de doentes (No Meio do Nada no Porto e Raríssimas em Lisboa) dispõem de oferta mas por constrangimentos vários que urge resolver, estão desproveitadas.



Quanto à hospitalização domiciliária/domiciliação de tratamento, apenas três Unidades Locais de Saúde utilizam esta estratégia em idade pediátrica mas, apesar das dificuldades inerentes às especificidades da idade, é urgente o alargamento a outras.

A legislação específica de Paliativos Pediátricos com equipas intrahospitalares e domiciliárias intensificou uma área também negligenciada, mas a articulação entre hospital e comunidade é necessária. Quanto à hospitalização domiciliária/domiciliação de tratamento, apenas três Unidades Locais de Saúde utilizam esta estratégia em idade pediátrica mas, apesar das dificuldades inerentes às especificidades da idade, é urgente o alargamento a outras.

A transição para os cuidados de adulto é um processo complexo e de grande mudança para o adolescente/jovem adulto e para a família que implica um plano abrangente de cuidados e inclui questões logísticas, educação do adolescente e coordenação entre os profissionais de saúde de modo a garantir ganhos anteriormente conseguidos.

Pode ser iniciado pelos 12 anos de idade e prolongar-se até aos 21 ou 24 conforme a complexidade, maturidade e o apoio da família. Planeado de acordo com as necessidades de saúde, psicossociais e educacionais/vocacionais do adolescente e utilizando tecnologias essenciais para os jovens como Apps nos smartphones e plataformas para troca de experiências.

Todas estas recomendações constam do Plano AÇÃO PARA AS DOENÇAS RARAS 2025-2030 elaborado por um grupo de trabalho intersectorial, nomeado pelo Ministério da Saúde, que propõe medidas para as complexas dimensões e desafios associados à promoção e proteção da saúde e bem-estar da Pessoa/Família/Cuidador, ao longo do ciclo de vida, numa abordagem integrada e multisectorial.

A OPÇÃO PELO QUE FUNCIONA... E QUE POUÇA!

JOAQUIM BRITES

Presidente da Associação APN – Associação Portuguesa de Neuromusculares



Quando, pelos diversos países da União Europeia, procuramos os bons exemplos de sistemas de saúde para podermos estabelecer uma comparação, embora nem sempre justa, com o SNS português, encontramos algumas diferenças que nem sempre são justificadas pela dificuldade em efetuar alterações de fundo nas políticas de saúde que, há dezenas de anos, se recomenda que sejam implementadas. Por vezes, elas revestem-se de tanta simplicidade que demoramos demasiado tempo a compreender as verdadeiras razões para que não sejam executadas. Da experiência mais recente, que tem ocupado quase todos os espaços noticiosos, sobressaem as dificuldades nas urgências dos hospitais e a sua sobrelotação, nas mais variadas especialidades, e os constrangimentos no seu acesso. Algo que o bom senso e a normalidade deveriam definir como inaceitável dado o conhecimento que a maioria dos decisores em saúde tem, ou deveria ter, em matéria de organização de outras realidades que funcionam melhor e que impõem menos sofrimento a quem, por alguns períodos ou de forma crónica, se torna mais vulnerável.

A humanização dos cuidados de saúde que, em meu entender, deveria estar presente em todos os atos que impliquem um contato com quem está doente, ou que apenas procura uma resposta médica, estende-se, naturalmente, aos períodos de hospitalização.

Estar fora de casa, por vezes longe da família mais próxima e sem a sua retaguarda, ou um apoio que, ainda que apenas psicológico, ajude a passar o tempo nos momentos mais difíceis, é muito impactante para cada um de nós.

No mês em que se dá um maior relevo às doenças raras e se fala nas dificuldades dos seus portadores, não posso deixar de referir a importância que, para eles, assumem os cuidados continuados. Muito frequentemente, dependendo da gravidade e da evolução da doença, estas pessoas, adultas ou em idade pediátrica, têm que recorrer à hospitalização para recuperarem de alguns episódios de agravamento da doença que, em muitos casos e sempre que isso seja possível, poderiam e deveriam acontecer em suas casas, no seu conforto, no seu meio ambiente e junto da família.

Bem sei que, em Portugal, muitos temas relacionados com a saúde e, como agora é mais frequente referir, com o envelhecimento da população, ao que eu acrescento as muitas pessoas que sofrem de doenças crónicas, até agora com poucas probabilidades de tratamento porque raras ou mais complexas, mergulham na controvérsia e acabam por não ter o tempo recomendável para o seu estudo. Quase sempre, porque se acha que fica mais caro. Quase sempre porque não se pensa na prevenção e no acompanhamento do doente como forma de melhorar a sua condição.

Tal como comecei por referir, compará-los com outros países da UE nem sempre é fácil. Talvez porque, por lá, se pensa em saúde e, por cá, se pensa em doença. Muito provavelmente, porque se pensa mais em prevenir do que em tratar. Um dos últimos exemplos, sobre o qual pude ouvir excelentes referências, foi o sistema dinamarquês, muito bem retratado pelo seu Diretor Executivo durante a Conferência comemorativa da celebração do 45º aniversário do SNS.

Claramente, a prevenção e o acompanhamento da população através de soluções bem pensadas de hospitalização domiciliária, com bons planos de execução e com uma boa preparação dos profissionais de saúde, conduziu a uma redução significativa na procura dos serviços hospitalares nos últimos dez anos. Essa redução permitiu uma maior concentração e otimização dos meios e uma maior atenção nas situações de risco, retirando pessoas das urgências dos hospitais e do internamento, diminuindo os focos de propagação infecciosa e poupando recursos. Simultaneamente, aumentou-se o índice de satisfação da população relativamente à utilização dos serviços de saúde, já projetados de forma equitativa e gratuita para toda a população.

No mesmo período, com estas novas formas de abordar a saúde, construíram-se menos dois hospitais, face ao que estava inicialmente previsto e já orçamentado. **Um excelente exemplo de como é necessário, e urgente, mudar a visão sobre a saúde, em Portugal.**

UM DIAGNÓSTICO PRECISO E ATEMPADO SIGNIFICA MELHORES RESULTADOS EM TERMOS DE CUIDADOS DE SAÚDE E DE QUALIDADE DE VIDA PARA ESTES DOENTES



Uma doença rara afeta apenas um número muito reduzido de pessoas, com um máximo de 5 doentes em cada 10.000 pessoas. Embora este número possa parecer insignificante, em Portugal existem cerca de 700 mil pessoas que vivem com uma doença rara. Na União Europeia, cerca de 30 milhões de indivíduos são afetados e, a nível mundial, já chega aos 300 milhões de pessoas. Além disso, existem atualmente mais de 7.000 doenças raras diferentes, com novas doenças a serem descobertas todos os anos.

“É difícil acreditar que as pessoas com uma doença rara podem demorar até 7 anos a receber um diagnóstico correto e, consequentemente, a ter acesso ao tratamento adequado”, explica Ana Neves, do departamento médico da PTC Therapeutics em Portugal.

Durante este período, normalmente os doentes consultam uma média de 8 médicos diferentes e estima-se que 40% destes doentes recebam um diagnóstico errado. No caso das doenças raras, em particular, um diagnóstico precoce e o tratamento atempado são cruciais: cerca de 3 em cada 10 crianças com uma doença rara não chegam a completar os 5 anos de idade. Este facto torna ainda mais importante a sensibilização para estas doenças e a realização de investigação intensiva sobre as opções de tratamento. *“No entanto”, continua Ana Neves, “a suposta raridade significa que certos perfis clínicos permanecem muitas vezes “fora do radar” na investigação e nos cuidados. O diagnóstico e o tratamento são então difíceis e morosos e, muitas vezes, não existem opções terapêuticas. Atualmente, só estão disponíveis opções terapêuticas específicas para cerca de 10% das doenças raras.”* Conclui.

O impacto de viver com uma doença rara é largamente desconhecido para a grande maioria da sociedade. Falar de doenças raras significa centrarmo-nos nas pessoas. Por detrás de cada necessidade, doença ou sintoma... há pessoas que sofrem e as suas famílias que cuidam delas. E ao lado de todas elas há pessoas que diagnosticam, tratam e investigam... como a PTC Therapeutics.

A PTC dedica-se a melhorar esta situação. *“É por isso que a nossa investigação se centra no desenvolvimento de terapias inovadoras que abordam a causa da doença. O nosso objetivo é ajudar os doentes com medicamentos que tratem a causa subjacente à doença e não apenas os seus sintomas”, explica Alejandro Olay, Diretor da PTC Therapeutics em Portugal.* *“Também desejamos apoiar ativamente as pessoas afetadas e as suas famílias. É por isso que estamos empenhados em sensibilizar o público para as doenças raras e suas consequências, mas também, fazer com que as vozes dos doentes sejam ouvidas”, enfatizou Alejandro.* *“A equipa da PTC em Portugal restringe-se a poucos colaboradores, e é por isso que trabalhamos afinadamente todos os dias, com objetivo de mudar a vida destes doentes. Toda a equipa adora realmente o que faz.”*

A PTC tem trabalhado nos últimos 10 anos com a Associação Portuguesa de Neuromusculares e com toda a comunidade que se dedica a esta área, tentando aumentar a consciencialização para os primeiros sintomas, e para que os pediatras nos cuidados primários identifiquem prontamente estes doentes, e assim os encaminhem para a respetiva especialidade.

“Neste tipo de doenças, todos os minutos contam. Um diagnóstico preciso e atempado pode significar os melhores resultados em termos de cuidados de saúde e de qualidade de vida para estes doentes”. Afirma Mercè Vallribera, Diretora Médica da PTC Therapeutics para Portugal e Espanha. *“De igual modo, trabalhamos continuamente com a comunidade neuromuscular para melhorar o padrão de cuidados destes doentes, tentando colaborar com toda a equipa multidisciplinar que gere estas patologias complexas.”*



Desde que a empresa foi fundada por um professor universitário e investigador em 1998, a PTC conseguiu avanços históricos no tratamento de várias doenças raras, como a Distrofia Muscular de Duchenne (DMD), a Atrofia Muscular Espinal (AME) e a Deficiência da Descarboxilase dos L-aminoácidos Aromáticos (AADC).

Atualmente, a PTC está na vanguarda da ciência em novas terapias. Pretende tirar partido da sua experiência científica alargada e da sua infraestrutura comercial robusta para continuar a sua missão de desenvolver tratamentos para mais doentes com doenças raras, concentrando-se em duas áreas terapêuticas principais: Neurologia e Metabolismo.

A PTC está a desenvolver um potencial tratamento para a Fenilcetonúria (PKU) com base num programa de investigação na área das metabólicas e está a preparar um lançamento global ainda este ano. A Fenilcetonúria (PKU) é uma doença metabólica rara, hereditária, que afeta gravemente o cérebro devido a um defeito no gene que ajuda a criar a enzima necessária para decompor a fenilalanina. Se não for tratada ou for mal gerida, a fenilalanina – um aminoácido essencial que se encontra em todas as proteínas e na maioria dos alimentos – pode acumular-se em níveis nocivos no organismo. O que poderá causar incapacidades graves e irreversíveis, como deficiência intelectual permanente, convulsões, atraso no desenvolvimento, perda de memória e problemas comportamentais e emocionais. Os recém-nascidos com PKU inicialmente não apresentam quaisquer sintomas, e estes são geralmente progressivos, sendo que os danos causados pelos níveis tóxicos de fenilalanina nos primeiros anos de vida são irreversíveis.

Felizmente, o diagnóstico da Fenilcetonúria está incluído no programa de rastreio neonatal em Portugal.

“Sabemos, com base na nossa investigação, que continua a haver uma necessidade significativa não satisfeita para os doentes com PKU, a nível mundial e em Portugal, e que os doentes precisam de mais opções de tratamento. Estamos ativamente envolvidos com a comunidade que desenvolve atividade na área da PKU, apoiando todas as partes interessadas, incluindo os prestadores de cuidados de saúde que desempenham um papel importante nos cuidados aos doentes. Ajudar esta comunidade é a nossa missão e motivação. A minha confiança na ciência mantém-me concentrada e faz-me avançar”, afirma Mercè Vallribera.

A missão da PTC é proporcionar acesso aos melhores tratamentos da sua classe a doentes com poucas ou nenhuma opções de tratamento.

“A nossa missão está subjacente ao nosso foco na descoberta, desenvolvimento e comercialização global de medicamentos clinicamente diferenciados para as pessoas com doenças raras”, afirma Edouard Dumont, Diretor da PTC Therapeutics para a Península Ibérica.

“Como empresa farmacêutica global centrada no doente, combinamos conhecimentos clínicos e científicos com ciência e tecnologias inovadoras, sempre com o doente em mente. Trabalhamos arduamente para proporcionar um acesso alargado aos nossos tratamentos que mudam vidas. O que nos move é a nossa paixão por proporcionar aos doentes qualidade de vida e mais momentos com as suas famílias.”

Empresas de biotecnologia como a PTC trabalham incansavelmente para fornecer recursos e apoio aos doentes ao longo do processo de desenvolvimento de medicamentos. Elas são fundamentais para aumentar o conhecimento sobre essas doenças desconhecidas e melhorar todo o percurso do doente ao longo do caminho. Empresas como a PTC são das poucas que investem em investigação e desenvolvimento inicial ou em ensaios clínicos, para comercializar tratamentos e encontrar soluções para estes doentes que não têm outras oportunidades. Estes tratamentos são a única esperança para os doentes que sofrem de doenças raras e para as suas famílias, e nós também as devemos apoiar.

A missão da PTC é proporcionar acesso aos melhores tratamentos no seu âmbito de investigação a doentes com poucas ou nenhuma opções de tratamento.

A HOSPITALIZAÇÃO DOMICILIÁRIA MINIMIZA OS RISCOS HOSPITALARES

SOFIA FONTES RIBEIRO

Responsável Médica da Unidade de Hospitalização Domiciliária (UHD) - Hospital Santo António - ULSA



A Medicina Hospitalar fora do hospital é uma alternativa viável para a sustentabilidade do Serviço Nacional de Saúde (SNS), focada no custo-eficiência e numa abordagem centrada no doente.

A Hospitalização Domiciliária (HD) é um modelo inovador de internamento de nível hospitalar, que se tem expandido lentamente a nível mundial. Em Portugal, surgiu em 2015, mas já estava presente nos EUA desde a década de 1940, chegando à Europa em 1951, com a sua implementação em Paris.

A Medicina Hospitalar fora do hospital é uma alternativa viável para a sustentabilidade do Serviço Nacional de Saúde (SNS), focada no custo-eficiência e numa abordagem centrada no doente. Este modelo permite a continuidade dos cuidados hospitalares, proporcionando tratamento para doenças agudas e crónicas agudizadas, realizado por profissionais de saúde com experiência hospitalar, no conforto e carinho da casa do doente, rodeado pela família.

A missão principal da HD é permitir o regresso precoce do doente ao seu domicílio, minimizando os riscos hospitalares e garantindo um serviço de excelência, com rigor clínico e uma visão holística e humanizada. Estudos demonstram que os internamentos domiciliários estão associados a uma redução de custos (26,5%), diminuição de complicações hospitalares (quedas, infeções, ansiedade) e redução da mortalidade (38% em 6 meses). Documenta-se ainda um maior envolvimento da família, contribuindo para a literacia em saúde e para a prevenção do abandono e institucionalização dos doentes.

A nossa unidade de HD, no Hospital de Santo António, conta com 5 anos de existência, com mais de 1.300 doentes internados e mais de 20.000 visitas domiciliárias. A diversidade de doentes é ampla, desde jovens aos muito idosos, grávidas, doenças agudas e crónicas agudizadas complexas. Acompanhamos também doentes em cuidados de fim de vida, permitindo uma despedida digna, em casa, junto da família. A satisfação dos doentes e cuidadores é de 100%. Em resposta aos resultados e à crescente necessidade estamos a aumentar a capacidade da unidade. Atualmente, estamos a expandir a capacidade de internamento. Em cada visita domiciliária procuramos envolver o doente e a família/cuidadores nas decisões, criando um plano conjunto de cuidados e partilhando responsabilidades.

Este processo estimula a autonomia dos doentes, incentivando-os a tomar decisões sobre o seu tratamento e da gestão da sua saúde.

A capacitação dos cuidadores informais e dos doentes traz benefícios diretos para o SNS, como a prevenção da agudização dos doentes crónicos e a redução da necessidade de cuidados hospitalares. Os cuidadores são fundamentais na gestão da medicação, alimentação, higiene e no apoio emocional, concorrendo para o bem-estar do doente.

A articulação com os cuidados de saúde e sociais da comunidade, como as equipas comunitárias e as estruturas residenciais para idosos (ERPI), é crucial. Contudo, reconhecemos a necessidade de reforçar essas intervenções, especialmente no apoio aos cuidadores informais. Apesar das dificuldades e limitações, a nossa equipa de HD é um exemplo de dedicação e motivação. Procuramos sempre prestar cuidados personalizados e promover a educação para a saúde, desiderato inequivocamente comprovado pelo testemunho de uma doente de 104 anos, que disse: *"Aqui sei quem sou! Lá tiraram-me os óculos, a minha roupa, os dentes... só tinha o meu nome"*. Na HD, estava com a sua roupa, cabelo arranjado e sabrinhas douradas! *"Tive uma vida boa!"*. Este testemunho ilustra o impacto positivo da hospitalização domiciliária.

A sustentabilidade do SNS passará pela melhor integração dos cuidados hospitalares, comunitários e sociais. A mudança deve focar-se no apoio às pessoas nas suas próprias casas e comunidades, reduzindo o uso inadequado dos hospitais e antecipando ou evitando a necessidade de internamentos.



LUÍS AGOSTINHO

Enfermeiro de Reabilitação da Unidade Local de Saúde do Oeste e APER e

RUI SILVA,

Enfermeiro de Reabilitação da ULS do Oeste

A mudança no perfil epidemiológico e demográfico da nossa população comporta novos desafios à sustentabilidade do SNS. A pressão a que este está sujeito, impõe o desenvolvimento de respostas assistenciais alternativas, como sejam a ambulatorização de cuidados e a sua descentralização para a comunidade e domicílio.

A Hospitalização Domiciliária (HD) surge neste contexto, como uma medida inovadora, estratégica e sustentável, que modifica o modelo tradicional de prestação de cuidados, apostando numa forte articulação entre doente, cuidadores, família e profissionais de saúde, sendo uma resposta de proximidade, segura e humanizada.

O programa de HD, que se iniciou 2015 (primeira unidade no Hospital Garcia de Horta), tem sido um sucesso, incrementando anualmente os seus resultados operacionais e atualmente quase todas as ULS do SNS têm programas de HD. Em 2024 trataram-se 11.500 doentes, com uma capacidade para 366 camas.

A multidisciplinaridade e interdisciplinaridade das equipas é uma característica intrínseca neste modelo assistencial, em que o EEER desempenha um papel fundamental, valorizando a oferta assistencial com cuidados de reabilitação, garantindo acessibilidade e equidade relativamente aos cuidados prestados em ambiente hospitalar.

Na HD o EEER desenvolve estratégias/planos de reabilitação com o doente e cuidador, ajustados ao seu estado de saúde, às características do domicílio, aos recursos existentes e às suas rotinas diárias, o que permite alcançar níveis de adesão e motivação elevados, com tradução nos ganhos em saúde.

A INTERVENÇÃO DO ENFERMEIRO ESPECIALISTA DE ENFERMAGEM DE REABILITAÇÃO (EEER) NO MODELO ASSISTENCIAL DE HOSPITALIZAÇÃO DOMICILIÁRIA

O EEER tem um papel fundamental no empoderamento do binómio doente/cuidador, com intervenções nas dimensões de aprendizagem de capacidades nos diagnósticos andar; auto-cuidados; equilíbrio corporal; pôr-se de pé; transferir-se; levantar-se; para uma maior autonomia nos mesmos, após fenómenos de transição saúde-doença.

Intervém na doença crónica, como na doença pulmonar obstrutiva crónica e na insuficiência cardíaca, através do ensino/instrução/treino de inaloterapia, técnicas de conservação de energia, exercícios aeróbicos, respiratórios, de flexibilidade e de fortalecimento; na gestão da doença aguda, como no caso da patologia respiratória, com reeducação funcional respiratória, capacitando doente e cuidador.

O EEER tem um papel fundamental no empoderamento do binómio doente/cuidador, com intervenções nas dimensões de aprendizagem de capacidades nos diagnósticos: andar; auto-cuidados; equilíbrio corporal.

Com a transição digital que se está a operar na saúde, novas funcionalidades estão disponíveis para o EEER integrar no seu plano integrado de reabilitação, como a telemonitorização, a telereabilitação e os telecuidados, que possibilitam alcançar uma melhoria na qualidade/segurança dos cuidados e na literacia em saúde, com incremento dos ganhos em saúde.

OS DESAFIOS NO PANORAMA GLOBAL DAS DOENÇAS RARAS

JOÃO ROXO

Head of Rare Diseases at PIAM IBERIA

As **Doenças Raras (DR)** constituem, atualmente, um motivo de preocupação e estudo para a comunidade científica e para a sociedade.

Apesar das **DR** afetarem um número reduzido de pessoas, estima-se que globalmente tenham impacto em cerca de 400 milhões de pessoas em todo o mundo, cerca de 3,5% a 6% da população mundial. Esta baixa prevalência suscita pouca atenção, comparativamente às restantes doenças que despertam um maior interesse científico e económico.

Uma grande percentagem destas doenças, são classificadas como genéticas. Contudo, em alguns países, apenas uma pequena parte dos pacientes é diagnosticada corretamente, permanecendo muitos outros sem diagnóstico ou com diagnósticos tardios e até incorretos.

O percurso até ao diagnóstico final, pode em alguns casos e em certos países durar anos, envolvendo consultas com diversos especialistas, exames de diagnóstico invasivos e uma panóplia de análises laboratoriais e bioquímicas.

Facilmente se conclui que este tipo de doenças apresentam desafios únicos e significativos para a saúde pública, refletindo-se na complexidade do diagnóstico, do tratamento e da investigação. Definem-se por serem patologias, na sua maioria, altamente debilitantes e incapacitantes, potencialmente fatais, complexas de gerir e tratar. Apresentam manifestações clínicas variadas, o que constitui uma dificuldade do ponto de vista do diagnóstico e do tratamento, dificultando não só a padronização de diagnósticos, mas igualmente as possíveis abordagens terapêuticas; estas últimas nem sempre bem estabelecidas e definidas, quando comparamos diferentes populações e países.



A discussão e a implementação de políticas de saúde para estas doenças torna-se uma questão fundamental para a melhoria dos cuidados de saúde e acesso a novas abordagens terapêuticas.



Um dos grandes desafios das **DR**, está relacionado com a elevada morbilidade e com o impacto negativo na qualidade de vida do doente e dos seus cuidadores e, ou família.

Apesar da sua baixa prevalência, representam um impacto significativo na saúde pública e exigem estratégias de cuidado personalizado. Exemplos como a Doença de Huntington, Fenilcetonúria, Doença de Fabry, Doença de Gaucher, Doenças Neuromusculares, entre outras, demonstram a diversidade destas patologias que incluem distúrbios neurológicos, metabólicos, estruturais e genéticos.

Embora muitas destas doenças afetem predominantemente crianças, podem manifestar-se em diferentes fases da vida, comprometendo o desenvolvimento e causando deficiências com diferentes níveis de gravidade.

Algumas, possuem apenas impacto limitado na qualidade de vida, enquanto outras podem ser graves ou até fatais. Em certas situações, a semelhança sintomática com doenças mais prevalentes, dificulta e atrasa o diagnóstico, reforçando a necessidade de uma abordagem multidisciplinar para a gestão adequada do doente.

Por serem raras, nem sempre existe tratamento disponível e o acesso ao diagnóstico e à terapia adequada é ainda uma dificuldade enfrentada pelos pacientes. Desta forma, a discussão e a implementação de políticas de saúde para estas doenças torna-se uma questão fundamental para a melhoria dos cuidados de saúde e acesso a novas abordagens terapêuticas. Garantir o acesso a medicamentos órfãos, suplementos médicos personalizados e melhorar a qualidade de vida destas pessoas deve ser o compromisso dos diferentes intervenientes da saúde para com a sociedade.

O diálogo e as sinergias entre o sector público e privado devem ser contínuos para viabilizar e promover soluções e investigações científicas que mudem a atual realidade.

Adicionalmente, a falta de *know-how* e interesse sobre **DR** gera incompreensão e insegurança socio-emocional no doente e na família e, conseqüentemente, pode contribuir ainda mais para a demora no diagnóstico e respetivo tratamento.

As terapêuticas, ou a ausência delas, constituem ainda outro dos desafios atuais. Infelizmente, a grande maioria das doenças raras não tem cura. Neste sentido, os tratamentos disponíveis relacionam-se maioritariamente com o tratamento e redução de sintomas, prevenção de complicações e melhoria da qualidade de vida.

Nos últimos anos, a comunidade médica mundial tem procurado avançar com novas abordagens terapêuticas neste domínio. Este aumento de interesse, reflete a crescente consciencialização sobre a importância destes doentes, fator essencial para a promoção da sua qualidade de vida.

Simultaneamente e gradualmente, vão surgindo novas abordagens genéticas, baseadas em medicina personalizada e de precisão, conceitos muito usados em **DR**. Alguns estudos, sugerem ainda que estes avanços terapêuticos podem melhorar a qualidade de vida dos pacientes, apesar dos desafios económicos e da complexidade técnica associada. São tratamentos que podem aumentar a esperança para aqueles doentes que anteriormente não tinham qualquer solução terapêutica disponível ou viável.

Apesar dos avanços, ainda existem muitos desafios, tais como o acesso ao diagnóstico e tratamento que permanece desigual em alguns países, verificando-se um maior acesso nos países desenvolvidos, mas em sentido contrário, mais limitações nos menos desenvolvidos.

Globalmente, é fácil constatar que os desafios são numerosos, dos quais destaco: a falta de conhecimento por parte dos profissionais de saúde, o elevado custo dos medicamentos órfãos, a pouca comunicação entre as diferentes entidades (regulamentares; sociais; de saúde), a falta de tratamentos eficazes e a escassez de uma rede de apoio para pacientes e famílias. Na minha opinião, a colaboração entre os diversos *players* da saúde e o impulso dos avanços tecnológicos nesta área são essenciais para alcançar e transformar o panorama global das doenças raras, bem como uma maior compreensão social destas patologias.

Por fim, referir que o contexto clínico crónico e complexo dos doentes raros, exige uma abordagem multidisciplinar que envolva profissionais de saúde, como médicos das diferentes especialidades, enfermeiros, nutricionistas, farmacêuticos, fisioterapeutas, psicólogos, entre outros. O consciente entendimento das **DR**, tal como os avanços necessários nesta área da saúde são essenciais para melhorar a qualidade de vida dos pacientes e para ampliar o acesso a diagnósticos e a novos tratamentos.

É urgente, ampliar o conhecimento sobre DR e mobilizar a opinião pública no sentido de sensibilizar para a realidade destes doentes e das suas famílias. Falar sobre **DR** é igualmente uma oportunidade, quer na promoção do diagnóstico e tratamento, quer no fomento da inclusão social de quem vive com esta condição clínica, cujas necessidades nem sempre são atendidas e os obstáculos enfrentados são inúmeros.

Ainda existem muitos desafios, tais como o acesso ao diagnóstico e tratamento que permanece desigual em alguns países, verificando-se um maior acesso nos países desenvolvidos, mas em sentido contrário, mais limitações nos menos desenvolvidos.



HOSPITALIZAÇÃO DOMICILIÁRIA, O NECESSÁRIO APOIO E RECONHECIMENTO DOS CUIDADORES INFORMAIS

LILIANA GONÇALVES

Presidente Associação Nacional de Cuidadores Informais

Numa altura em que há um peso no sistema nacional de saúde, e a necessidade de acelerar respostas que possam acompanhar os doentes no domicílio, como seja a Hospitalização Domiciliária, prevendo-se ganhos em saúde para os doentes, sem a existência de cuidadores informais disponíveis, não se consegue o incremento de mais doentes ao cuidado em casa.

Colocando então as cartas em cima da mesa: **o que é preciso?**

Há cerca de 5 anos, surgiu o Estatuto do Cuidador Informal, a Lei 100/2019.

Que mudanças aconteceram? Poucas.

Como muitas vezes acontece no nosso país, as leis tardam a sair do papel para se concretizarem. Os poucos passos dados na alteração desta Lei, que sendo importante, surge com muitas lacunas, não integrou a desburocratização necessária e celeridade necessária ao tempo, por exemplo, de transição de um doente para casa.

Seria simplificado se de imediato pudesse ser reconhecido o Estatuto do Cuidador Informal, após avaliação da equipa de profissionais no planeamento e capacitação do cuidador para a preparação da transição do doente para o domicílio, e poder beneficiar de licença para cuidar, extensível pelo tempo necessário/duração dos cuidados sem perdas de remuneração, o que atualmente na lei não é possível.

Por outro lado, existem cuidadores a tempo parcial ou por conta própria, em que, não existindo um apoio financeiro, o cuidar implica perda financeira.

Um Estatuto que não existe para a maior parte dos cuidadores informais, e a falta da implementação de medidas de apoio, vai-nos fazer gastar mais dinheiro em saúde e sobrecarregar os cuidadores.



Seria simplificado se de imediato pudesse ser reconhecido o Estatuto do Cuidador Informal, após avaliação da equipa de profissionais no planeamento e capacitação do cuidador para a preparação da transição do doente para o domicílio, e poder beneficiar de licença para cuidar, extensível pelo tempo necessário/duração dos cuidados sem perdas de remuneração, o que atualmente na lei não é possível.

Pela poupança que geram ao Estado urge reconhecer a todos os cuidadores os seus direitos, não criando critérios artificiosos para dificultar o acesso a medidas de apoio, como seja o direito ao subsídio ao cuidador, garantir o apoio psicológico e o descanso ao cuidador gratuito, os seus direitos laborais e carreira contributiva.

Isto sim, seria o seu reconhecimento: garantias de serem apoiados.



FRANCISCA DELERUE

Diretora do Serviço de Medicina Interna, Diretora da Unidade de Hospitalização Domiciliária, Coordenadora da Equipa de Gestão de Altas, Coordenadora do Gabinete de Codificação – Hospital Garcia de Orta

Hoje assistimos a um aumento da esperança média de vida, que se associa a um acréscimo da prevalência das doenças crónicas, o que representa neste momento um problema transversal aos sistemas de saúde do mundo ocidental, conduzindo a uma sobrelotação dos serviços de urgência e à solicitação crescente do número de camas hospitalares. Tornou-se emergente providenciar uma alternativa aos cuidados prestados pelo tradicional modelo hospitalar.

A hospitalização domiciliária (HD) surge como uma opção de qualidade, segura, eficaz e de custo-efetivo.

Centra-se nas necessidades do doente, mais humanizada e sem as complicações inerentes à hospitalização convencional, oferecendo um serviço de qualidade com o rigor clínico e a visão holística e humanizada, sempre que a permanência no hospital seja prescindível. A Medicina Interna, enquanto especialidade generalista hospitalar, assume neste contexto um papel-chave na gestão do doente hospitalar, com comorbilidades no domicílio.

Em Portugal, o Hospital Garcia de Orta, EPE (HGO) foi o pioneiro na criação e implementação do primeiro programa de HD, inspirado na experiência do Hospital Universitário Infanta Leonor, em Madrid, criando a primeira UHD em 2015.

Em 2019 foi criado o Núcleo de Estudos de Hospitalização Domiciliária, da Sociedade Portuguesa de Medicina Interna, com o intuito de colaborar na formação, uniformização e partilha de conhecimentos entre as várias unidades. Este núcleo tem organizado desde 2020, anualmente, um curso e um Congresso Nacional.

A HOSPITALIZAÇÃO DOMICILIÁRIA SURGE COMO UMA OPÇÃO DE QUALIDADE, SEGURA, EFICAZ E DE CUSTO-EFETIVO

Atualmente encontram-se 40 unidades em funcionamento no SNS. Até novembro de 2024 foram tratados 44.869 doentes, com uma demora média de 9,3 dias de internamento, uma taxa de ocupação de 79%, só em 2024 até novembro foram retirados 99.855 dias de internamento dos hospitais convencionais.

Estes números correspondem a um hospital de média dimensão, com 375 camas, demonstrando, sem dúvida, a eficiência económico-financeira deste modelo.

Até novembro de 2024 foram tratados 44.869 doentes, com uma demora média de 9,3 dias de internamento, uma taxa de ocupação de 79%, só em 2024 até novembro foram retirados 99.855 dias de internamento dos hospitais convencionais.

A HD procura contribuir para um hospital sem muros, garantir mais e melhores acessos aos cuidados de saúde, criar um entorno psicológico mais favorável ao doente durante o período de tratamento, e valorizar o papel da família / cuidador.

A HD representa uma solução para o SNS perante um problema de sobrelotação, com as vantagens clínicas para o doente.

DESENVOLVE SOLUÇÕES (IM)POSSÍVEIS PARA PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA

tsimetria

JOÃO AIRES

Terapeuta Ocupacional da TSimetria

A TSimetria nasceu em 2013, dedica-se à comercialização de materiais ortopédicos e soluções para pessoas com mobilidade reduzida. É especializada em posicionamento e mobilidade em cadeiras de rodas manuais e elétricas, assim como desenvolve um trabalho de adaptação de comandos especiais em cadeiras elétricas. Além de comercializar todo o material, o seu foco de atividade mantém-se centrado em equipamento configurado e personalizado. João Aires, Terapeuta Ocupacional na TSimetria especifica as valências da empresa que faz autênticos “milagres” e transforma a vida de pessoas dando-lhe uma maior autonomia.

“Desenvolvemos cadeiras de rodas manuais, mas com sistemas integrados de posicionamento, cadeiras de rodas elétricas com especificidades, andarilhos configurados em que são incluídos acessórios, soluções de verticalização (colocar as pessoas na posição de pé quando não se conseguem levantar). Este é o tipo de material que a TSimetria comercializa. Sendo que o primeiro passo é a avaliação, depois faz a proposta que inclui a personalização adequada para cada caso. Enquanto a pessoa for utilizadora do nosso equipamento fazemos periodicamente o follow up, ações de formação e assistência técnica.”

“Ainda há muita desinformação de que a lei portuguesa prevê que uma pessoa com mobilidade reduzida tem direito a um equipamento pago a 100%. O papel da TSimetria é também informar, porque estes são materiais dispendiosos.” João Aires explica *“A entidade financiadora poderá ser o IIEFP se estiver inserido no mercado de trabalho, ou na procura ativa de emprego, desde que seja provado que esse equipamento é uma mais-valia para o desempenho da sua atividade profissional. A Segurança Social assume o financiamento quando é atestado que o beneficiário tem uma incapacidade superior a 60%.”*

É categórico quando afirma que pela sua experiência *“as pessoas desconhecem os seus direitos, ao mesmo tempo, a maior parte delas apenas conhece os equipamentos que existem nas lojas ortopédicas e não têm a mínima noção das soluções possíveis que podem ser adaptadas caso a caso. Mas desconhecimento está presente também nos profissionais de saúde.”*

QUANDO UM PORMENOR FAZ A DIFERENÇA PARA QUE A PESSOA TENHA MAIOR AUTONOMIA

Mas a empresa diferencia-se pela grande experiência no mercado, este é o conhecimento que a teoria não traz, e para além de soluções de posicionamento em cadeiras de rodas, transversais em manuais e elétricas. Esta equipa multidisciplinar distingue-se por resolver casos complexos, onde tem de existir uma abordagem mais específica e pormenorizada.

A empresa dá resposta a todas as solicitações que requerem uma abordagem integrada e inovadora e que resulta na adaptação de diferentes possibilidades. Também é verdade que a tecnologia e a inovação têm um papel fundamental no desenvolvimento de novas soluções, a TSimetria devolve a qualidade de vida e promove a inclusão, João Aires, relembra dois casos paradigmáticos: *“um aluno de Direito que tinha uma cadeira de rodas elétrica há muitos anos, mas não conseguia frequentar as aulas, porque o posicionamento da cadeira fazia-lhe dores no corpo, e ainda, não tinha acesso ao computador da faculdade.”*

A TSimetria encontrou a solução adequada para este aluno, que passou a conseguir ficar sentado todo o dia, além de que o comando da cadeira teve a possibilidade de integrar o acesso ao computador da faculdade, o que permitiu um maior envolvimento nas aulas e uma melhor qualidade de vida. No outro caso, foi uma pessoa que sofre de uma doença neuromuscular progressiva em que num Centro prescritor foi avaliada como não tendo capacidade para dirigir uma cadeira de rodas elétrica, mais uma vez a nossa equipa ultrapassou este desafio com várias adaptações que o tornou mais autónomo e sem dúvida mais feliz. Na realidade, transformar vidas é muito gratificante.”

“Ter todas as capacidades cognitivas é importante para conduzir uma cadeira de rodas elétrica de forma autónoma, mas não é fundamental ter essa condição para iniciar um processo de aprendizagem ou proporcionar a experiência de movimento. Nestes casos a oportunidade de experimentar muitas vezes revela boas surpresas, nomeadamente em pediatria.”

Cadeira de rodas manual pediátrica encartável.



A mais recente investigação define como pré-requisito para conduzir uma cadeira de rodas elétrica a motivação, por isso devemos sempre dar a oportunidade de experimentar. Mesmo que em alguns casos não consigam ter uma condução integralmente autónoma, ou que necessite de supervisão, o impacto que esta situação tem na vida de quem sempre foi empurrado é completamente transformador.”

O FUTURO INTEGRA CADA VEZ MAIS INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NESTES EQUIPAMENTOS

Para dar respostas a todos os desafios, a TSimetria incorpora o I&D nas soluções que apresenta, por isso existe a preocupação que as marcas que produzem os equipamentos que a TSimetria comercializa possuam laboratório de investigação. À parte disso, ainda integra um laboratório da Escola Superior de Saúde de Leiria, o Assistive Technology and Occupational Performance Laboratory (aTOPlab).

Em relação aos novos projetos, desejamos manter a cooperação com o aTOPlab e investir nesta parceria no âmbito da investigação. Mas ainda pretendemos avançar com um novo projeto no âmbito da mobilidade elétrica em pediatria.

“Obviamente que a inclusão de I&D neste tipo de equipamentos abre múltiplas oportunidades e ainda existe um potencial enorme a explorar.” Salieta o terapeuta ocupacional. *“Em relação aos novos projetos, desejamos manter a cooperação com o aTOPlab e investir nesta parceria no âmbito da investigação. Mas ainda pretendemos avançar com um novo projeto no âmbito da mobilidade elétrica em pediatria.”*



Desenvolvemos cadeiras de rodas manuais, mas com sistemas integrados de posicionamento, cadeiras de rodas elétricas com especificidades, andarilhos configurados em que são incluídos acessórios, soluções de verticalização (colocar as pessoas na posição de pé quando não se conseguem levantar).



Estamos abertos a novas parcerias, para em conjunto, desenvolver este novo desafio que está relacionado com a adaptação de brinquedos direcionados para a mobilidade elétrica em pediatria. Esta é uma área que tem um potencial enorme e que não está a ser devidamente explorada. Falamos, por exemplo de carrinhos elétricos para crianças com mobilidade reduzida.

Temos também a ideia de abrir uma academia com intenção de promover a disseminação de conhecimento que adquirimos com a nossa experiência e investigação. Atualmente, produzimos uma newsletter que pode ser encontrada nas nossas redes sociais e no site e que tem como objetivo a divulgação de informação essencial a cuidadores/familiares de pessoas com mobilidade reduzida, profissionais de saúde e também à sociedade em geral.”

Cadeira de rodas elétrica com unidade de assento pediátrica.

Verticalizador com movimento de braços e pernas - Glider.

Linha de Apoio Psicológico para Cuidadores Informais

960 199 759

ou

808 200 199

(custo de chamada local)



De segunda a sexta-feira

10h às 12h

15h às 18h



MOVIMENTO
CUIDAR
DOS CUIDADORES
INFORMAIS

MERCK embracing carers



A EXCELÊNCIA DA INVESTIGAÇÃO AO SERVIÇO DA SOCIEDADE E DA REGIÃO



PAULA VARANDAS FERREIRA
Diretora do Centro ALGORITMI

O nosso objetivo é não só criar conhecimento científico, mas também disseminá-lo e, com essa finalidade, desenvolvemos diversos projetos de capacitação e de transferência de conhecimento.

O Centro ALGORITMI é uma unidade de investigação da Escola de Engenharia – Universidade do Minho, que desenvolve atividade de I&D em áreas como tecnologias de informação e comunicação, eletrónica industrial e engenharia de sistemas.

Somos mais de 500 investigadores associados ao Centro ALGORITMI, temos 121 membros integrados, investigadores colaboradores também com doutoramento, assim como alunos de doutoramento. Estes alunos estão inscritos em Programas Doutorais, que são coordenados pelo Centro ALGORITMI, sendo estes Programas Doutorais essenciais para as nossas atividades investigação. Além disso, os investigadores do ALGORITMI estão envolvidos em diversos projetos de investigação, todos eles com resultados científicos muito relevantes e promissores, o que justifica também o nosso reconhecimento pela comunidade científica, a nível nacional e internacional. Estes projetos aportam ganhos sociais muito importantes, seja pela nossa estreita ligação à indústria, aos serviços ou à administração pública.

O nosso objetivo é não só criar conhecimento científico, mas também disseminá-lo e, com essa finalidade, desenvolvemos diversos projetos de capacitação e de transferência de conhecimento. Esta é uma forma de garantir também que estes conhecimentos vão ser utilizados e que trazem benefícios para a sociedade.

Relativamente a estes projetos de investigação, podemos destacar várias áreas de atuação como as cidades inteligentes, mobilidade sustentável, descarbonização da indústria e cidades, desenvolvimentos para a indústria automóvel ou para serviços como o setor do retalho ou setores mais tradicionais, como a agricultura e florestas. Destes projetos resultam desenvolvimentos diversos como sistemas de apoio às tecnologias de energias renováveis, veículo elétrico, digitalização, planeamento industrial, sensorização ou cibersegurança, entre muitos outros. Importa ainda referir projetos direcionados ao sector da saúde procurando contribuir para a sua eficiência, redução de custos e melhoria da qualidade de vida das populações.

O Centro ALGORITMI mantém como grandes objetivos estes desenvolvimentos científicos com ligação estreita ao tecido empresarial, setor social e governamental, fortalecendo estas parcerias, garantindo a transferência de conhecimento, promovendo o progresso societal e a excelência científica.

INVESTIGAÇÃO NA ÁREA DA GESTÃO HOSPITALAR



RUI LIMA
Coordenador do Grupo de Investigação em Engenharia e Gestão Industrial, do Centro ALGORITMI

Com a investigação realizada pretende-se **melhorar a gestão de operações em ambiente hospitalar**, incluindo contributos para os pacientes e para os profissionais de saúde

No âmbito das urgências hospitalares, quais as investigações que desenvolveu e em que consistem?

A equipa de investigação do Centro Algoritmi que tenho coordenado, tem vindo a desenvolver diversos projetos de gestão de operações com uma perspetiva Lean Healthcare, em várias áreas hospitalares, nomeadamente na urgência, consultas externas, radiologia, centro cirúrgico, entre outras. Destacam-se trabalhos na urgência, com uma tese de doutoramento, 5 teses de mestrado, e 5 artigos publicados. Estes trabalhos têm ajudado a caracterizar os fluxos dos pacientes e a sua relação com os recursos relacionados com o atendimento de saúde, de forma a realizar ações de melhoria no percurso do paciente. Um dos resultados obtidos permitiu criar um modelo genérico do fluxo na urgência para acelerar a criação de modelos de simulação de urgências hospitalares. Presentemente, estamos a desenvolver sistemas com dispositivos de baixo custo para seguimento dos pacientes no processo de urgência, para criar gémeos digitais. Desta forma será possível medir em tempo real o tempo de permanência, e agir sempre que necessário para a sua melhoria.

Em que consiste o curso que orienta “Engenharia e Gestão de Operações Hospitalares - Lean Healthcare”? A quem está destinado e as saídas profissionais?

Este curso foi desenvolvido no contexto do programa de formação “Aliança de Pós-Graduação da UMinho” (financiamento PRR/Next Generation EU), para que esta equipa de investigadores do Algoritmi partilhe conhecimento, efetuando um retorno para os profissionais de saúde e para a sociedade. O curso tem o objetivo de desenvolver competências de engenharia e gestão de operações, numa perspetiva Lean Healthcare. Assim, os profissionais de gestão intermédia ou de topo hospitalar, e outros profissionais desta área com grau de licenciatura, aplicam métodos Lean e funções de engenharia e gestão de operações, que têm sido estudados e desenvolvidas pelos investigadores, para propor soluções que reduzam o desperdício, eliminem problemas, e aumentem o desempenho do sistema sob o ponto de vista do paciente. Temos tido, entre outros, médicos, enfermeiros, e engenheiros, que trabalham em funções administrativas, de atendimento médico, de gestão ou de tecnologias de informação, a interagir em equipas interdisciplinares para solucionar problemas de engenharia e gestão de operações em ambiente real.

DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS QUE OTIMIZAM A QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE



MANUEL FILIPE SANTOS
Coordenador do Grupo de Investigação em Tecnologias e Sistemas de Informação
Líder do Laboratório em Sistemas de Dados Inteligentes
Centro de Investigação ALGORITMI

Projetos auguram o **aumento da qualidade de vida dos doentes**, da eficiência de processos e recursos, de custos e tempos de resposta.

Em que consistem os projetos na área da saúde que está a desenvolver no Centro Algoritmi?

O projeto designado por Data Science aplicada à diabetes para aumento de qualidade de vida do doente e de racionalização de custos em parceria com a Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E.P.E., tem o objetivo de permitir traçar o perfil da pessoa com diabetes, potenciando um diagnóstico de situação em tempo-real. Pretende-se complementarmente, disponibilizar meios para avaliar o impacto das medidas terapêuticas instituídas na qualidade de vida dos doentes, permitindo otimizar os custos de tratamento relativamente a desperdícios e ganhos em saúde. Foi implementado um sistema de suporte à decisão inteligente que permite com antecedência prever a probabilidade de os doentes virem a manifestar a doença.

O projeto designado por Controlo Inteligente de Infecção Hospitalar, em parceria com a Unidade Local de Saúde do Alto Ave, tem o objetivo de identificação atempada de infeções de forma automática. Trata-se de encontrar padrões na evolução do estado clínico do doente que estejam associados a altas probabilidades de vir a ter uma infeção do local cirúrgico. Foi implementado um sistema de suporte à decisão inteligente que permite com antecedência prever a probabilidade de os doentes virem a contrair infeção do local cirúrgico permitindo antecipar o tratamento e acompanhamento.

O projeto designado por Gestão inteligente de internamento como forma de aumentar a qualidade e eficiência, em parceria com a Unidade Local de Saúde do Tâmega e Sousa, E.P.E., tem como objetivo promover o aumento de eficiência no planeamento e gestão de camas, prevendo o fluxo de admissões e altas através de modelos de previsão. Foi implementado um sistema de suporte à decisão inteligente que permite com antecedência prever a afluência horária de doentes à urgência, a probabilidade de virem a ser internados e, para cada serviço de internamento, a previsão diária do número de admissões e altas.

Em comum, estes projetos auguram o aumento da qualidade de vida dos doentes, da eficiência de processos e recursos, de custos e tempos de resposta.

ASSOCIAÇÃO D'Ouro

Bagos D'Ouro

A **Bagos D'Ouro** é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) que nasceu em São João da Pesqueira, em 2010, com a missão de promover a educação de crianças e jovens do Douro, que vivem em situação de carência económica, como forma de inclusão social no território. Atualmente, a **Bagos D'Ouro** está presente em oito concelhos da região do Douro - São João da Pesqueira, Alijó, Tabuaço, Murça, Armamar, Mesão Frio e Carraceda de Ansiães, onde apoia mais de 250 crianças, de mais de 140 famílias.

Porquê no Douro?

O Douro é uma região marcada por diversos constrangimentos a nível social e económico - elevado índice de envelhecimento, elevadas taxas de analfabetismo, baixos níveis de escolaridade da população, elevado número de crianças e jovens em risco devido a contextos familiares disfuncionais (negligência, abandono, violência doméstica), elevados índices de emprego precário, falta de oportunidades profissionais, graves níveis de carência económica, elevadas taxas de consumo de álcool, baixos níveis de escolaridade dos pais e inerente desvalorização escolar, fraca resposta do sistema educativo e falta de programas de inclusão social das crianças/jovens provenientes de famílias mais carenciadas.

A região tem difíceis acessos que limitam a participação em atividades extracurriculares/apoio ao estudo, a crianças/jovens sem retaguarda familiar de apoio aos desafios escolares. Neste contexto, as crianças e jovens do Douro têm menor probabilidade de ter um percurso escolar equilibrado e bem-sucedido, permanecendo num ciclo vicioso de precariedade económica e de baixas qualificações que conduz a situações de exclusão social. As crianças e jovens da região constituem um grupo particularmente vulnerável e no qual é premente intervir.

ADN DA METODOLOGIA BAGOS D'OURO

A **Bagos D'Ouro** acompanha há 15 anos, de forma personalizada e em contexto de proximidade, o percurso educativo, pessoal, social e familiar das crianças e jovens desde o ensino básico até à sua integração na vida ativa, com uma variação de idades dos 6 aos 25 anos, através de encontros semanais ou quinzenais em escola e visitas domiciliárias bi-mensais. O acompanhamento escolar está no centro de toda a ação da **Bagos D'Ouro**, não deixando de envolver diretamente os pais, professores, voluntários e parceiros locais. Através deste acompanhamento, proporciona todas as oportunidades educativas necessárias, desenhadas caso a caso, para promover o sucesso escolar, evitar o abandono escolar precoce e para o desenvolvimento de projetos de vida de sucesso.

O Compromisso **Bagos D'Ouro**, assinado anualmente pelas crianças e jovens, mas também pelos seus pais ou outros familiares, é essencial na definição e responsabilização pelos objetivos a alcançar.

Na Bagos D'Ouro:

- **CAPACITAMOS** - Promovemos as competências pessoais, sociais e educativas adequadas a cada idade e dotamos cada criança/jovem de ferramentas essenciais para a construção de um futuro de sucesso;
- **ACOMPANHAMOS (EM PROXIMIDADE E A LONGO PRAZO)** - Damos apoio nas diferentes fases da vida e de acordo com as necessidades individuais de cada um, fomentando um crescimento pessoal, social e familiar saudável;
- **ENCORAJAMOS** - Desafiamos os nossos **Bagos D'Ouro** a quererem ser sempre mais e melhores, para que nenhum sonho seja impossível de alcançar.

A **Bagos D'Ouro** acredita que só a Educação permitirá inverter o ciclo de pobreza e promover a inclusão social das crianças e jovens que apoia.

No ano letivo 2023/24, a **Bagos D'Ouro** acompanhou mais de 100 famílias, num total de 177 crianças e jovens, contando com 29 estudantes universitários e 12 jovens integrados no mercado de trabalho.

Neste último ano letivo, as crianças/jovens apoiados pela **Bagos D'Ouro** obtiveram resultados muito positivos:

- Taxa de aprovação escolar média de 99%;
- Taxa média de cumprimento dos Compromissos ABO de 92%;
- Taxa de crianças/jovens que melhoraram o seu desempenho face ao ano anterior de 71%;
- Taxa de percursos diretos de sucesso (sem retenções) de 100%.

Para além deste acompanhamento regular e de proximidade, a **Bagos D'Ouro** procura proporcionar às crianças e jovens que acompanha outros projetos que lhes proporcionem um desenvolvimento integral.

SÃO EXEMPLOS DESSES PROJETOS:

Sarilhos do Amarelo - trabalha competências de autorregulação (emoções, comportamento, aprendizagem), apoia a transição para o 2º ciclo do ensino básico, promove o envolvimento escolar e a capacitação parental com vista à promoção da valorização escolar;

(Des)venturas do Testas - pretende promover as competências autorregulatórias dos alunos, sobretudo na mudança do 1º para o 2º ciclo do ensino básico, e, assim, construir uma verdadeira oportunidade de aprender a aprender;

Biblioteca com Asas - desenvolvido com alunos do 1º e 2º ciclos e seus pais, com o grande objetivo de contribuir, gradualmente, para aumentar o número de livros disponíveis em casa, criar atividades e desafios à volta da leitura, de modo a aumentar o gosto pela leitura e o número de livros que leem de forma autónoma, através da troca de livros entre pares: "amigos de leitura" da mesma idade.

Faz pArte! um projeto de inclusão social pela arte, cuja primeira edição ocorreu de outubro de 2021 a março de 2023, com mais de 240 horas de atividades de expressão artística, oferta inexistente nos territórios e para as crianças e jovens às quais a **Bagos D'Ouro** se dirige. Foram envolvidas mais de 982 crianças, jovens e comunidades envolventes, com a participação de 17 artistas.

Take Action | Realiza-te no Douro, projeto que visa promover a aproximação das crianças e jovens do Douro ao mundo das profissões, a fim de estimular e desenvolver o seu processo de exploração e orientação vocacional.

ENCONTRA-SE ESTRUTURADO EM 5 EIXOS:

Take Action Mini - 3º e 4º anos (2 dias) - com o objetivo de proporcionar uma primeira experiência educativa fora da zona de residência e de primeiro contacto com empresas;

Take Action Kids - 5º e 6º anos (4 dias) - programa residencial para proporcionar uma 1ª experiência prolongada fora da zona de residência, dar a conhecer diferentes empresas, aumentar o leque de profissões conhecidas, criar expectativas positivas quanto ao futuro e promover um maior conhecimento de si próprios;

Take Action I - 8º e 9º (5 dias) - programa residencial para "despertar" os jovens para as principais profissões e empresas de referência da região do Douro, promover o autoconhecimento e apoiar a escolha vocacional e o percurso escolar a seguir;

Take Action II - 10º e 11º (5 dias) - programa residencial que cria oportunidade de contacto com o mercado de trabalho, de acordo com os interesses dos jovens, com experiências de estágio de "Um dia" em 3 áreas profissionais à escolha;

Take Action Uni - 12º e Universitários (3 dias) - programa residencial que visa desenvolver competências pessoais e de superação nesta fase de transição, bem como potenciar relações de tutoria e suporte entre os jovens. Foca-se, também, na formação e capacitação na área do voluntariado, de forma a sensibilizar os jovens para o impacto que cada um pode ter no "outro" e na sua comunidade.

Inspirados pela Natureza dos Açores



@LACTACORES | WWW.LACTACORES.PT | LACTACORES@LACTACORES.PT



Prémio Cartaz AIC2025

Ano Internacional das Cooperativas

prémio
€1500

CANDIDATURAS
até 30 de abril
2025

tema
**AS COOPERATIVAS
CONSTROEM
UM MUNDO MELHOR**

Regulamento em www.cases.pt
ou através do QR Code

